

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Leonardo Rauthier Brandi**

**O soft power dos Brics: discussões sobre política cultural e Relações  
Internacionais**

Juiz de Fora  
2024

**Leonardo Rauthier Brandi**

**O soft power dos Brics: discussões sobre política cultural e Relações Internacionais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Linha de pesquisa: Narrativas, Imagens e Sociabilidades.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Brandi, Leonardo Rauthier.

O soft power dos Brics: discussões sobre cultura, política e relações internacionais / Leonardo Rauthier Brandi. -- 2024. 106 p.

Orientador: Rodrigo Christofolletti

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. BRICS. 2. soft power. 3. relações internacionais. 4. patrimônio cultural. I. Christofolletti, Rodrigo, orient. II. Título.

## **O soft power dos Brics: discussões sobre política cultural e Relações Internacionais**

**Leonardo Rauthier Brandi**

**O soft power dos Brics: discussões sobre política cultural e Relações Internacionais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em (dia) de (mês) de (ano)

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti - Orientador  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof. Dr. Fernando Gaudereto Lamas  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof. Dr. Raul Amaro de Oliveira Lanari  
Universidade Federal de Goiás

Dedico este trabalho aos que amo e que andam ao meu lado.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço do fundo do coração a todas as pessoas que estiveram ao meu lado durante esta jornada de pesquisa e aprendizado, contribuindo de maneiras inestimáveis para a realização desta dissertação.

Agradeço especialmente a Carolina Giroto de Oliveira, cujo apoio, companheirismo e incentivo foram fundamentais em todos os momentos. Aos meus pais, Marlon e Cida, pelo amor incondicional, compreensão e encorajamento constantes ao longo deste caminho. Aos meus irmãos, Rafael e Marlon, e suas famílias, pelo suporte e pelo exemplo de união e solidariedade.

Expresso minha gratidão à minha tia Rita e à Vanessa, assim como aos meus sogros, Carlos Humberto e Nilseia, por todo o apoio e compreensão oferecidos em cada etapa deste processo. A todos os meus sobrinhos, que trouxeram alegria e inspiração durante os momentos desafiadores desta jornada acadêmica.

Não poderia deixar de mencionar meu orientador, Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti, cuja orientação sábia e apoio constante foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Sou grato pelas diversas oportunidades, como uma publicação na revista Springer e por participar do grupo de pesquisa Patrimônio e Relações Internacionais – CNPq. Agradeço ao Prof. Dr. Fernando Gaudereto Lamas e ao Prof. Dr. Raul Amaro de Oliveira Lanari por integrarem a minha banca e por terem me dado bons conselhos na qualificação.

Agradeço também a todos os meus amigos, em especial Raphael, Lilian Godoy e Otto, cuja amizade e apoio mútuo foram pilares importantes ao longo do meu percurso no mestrado, principalmente pelo contexto pandêmico da Covid-19. Sem esquecer que essa dissertação não existiria sem o auxílio que recebi da CAPES.

A cada um de vocês, meu mais sincero obrigado por fazerem parte desta conquista e por tornarem esta jornada tão significativa e enriquecedora. Suas contribuições foram preciosas e ficarão eternamente marcadas em minha trajetória acadêmica e pessoal.

Para compreender o presentem, devemos aprender a olhá-lo de esquelha. (...) devemos aprender a olhar o presente à distância, como se víssemos através de uma luneta invertida. No final, a atualidade surgirá de novo, porém num contexto diferente, inesperado. (Carlo Ginzburd, 2014).

## RESUMO

A pesquisa tem como finalidade aprofundar o debate sobre o conceito Poder Brando (do inglês Soft Power) e relacioná-lo com as características culturais, ideológicas e políticas dos países integrantes do BRICS, bem como sua repercussão da atuação destes países membros (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a partir das mídias digitais, no período entre 2006 a 2020. O recorte temporal está relacionado com a 61ª Assembleia Geral da ONU, no dia 20 de setembro de 2006, em que os ministros das Relações exteriores Sergey Lavrov, da Rússia, e Celso Amorim, brasileiro – amigos de longa data desde da atuação de ambos em Nova York como diplomatas no início da década de 1990 – deram o início a constituição de um bloco que unisse países considerados em desenvolvimento. A partir deste encontro, decidiram organizar uma reunião informal dos ministros das Relações Exteriores do Brasil, da Rússia, da Índia e da China na missão brasileira das Nações Unidas. A relação diplomática entre estes países norteou o descontentamento à distribuição de poder dentro de instituições como o FMI, do Banco Mundial e da ONU na indisposição do G8 em incluir potências emergentes no poder de decisão. Estas pautas, vieram à tona quando o grupo se encontrou em Heiligendamm (Alemanha), em junho de 2007, onde os países envolvidos, reiteraram o compromisso de fazer pressão em conjunto para a reforma das estruturas financeiras globais. O conceito de Soft Power popularizado pelo cientista político, Joseph Nye, na década de 1990, busca compreender as alterações das políticas coercitivas denominadas por ele como Poder Duro (do inglês Hard Power), das operações militares e das ações econômicas, para uma política internacional menos tangível, que se destaca a disputa cultural que envolve as distintas formas de resistência, afirmações identitárias e a luta por direitos, pensando o patrimônio material e imaterial das grandes potências internacionais. Vamos nos esforçar para atender às novas demandas que surgem da sociedade em relação à história, a fim de compreender os atores culturais e sociais que foram silenciados e marginalizados pelos discursos dominantes. Isso permitirá que os países do BRICS repensem suas políticas patrimoniais e culturais sob uma perspectiva de poder brando. As análises foram realizadas a partir dos periódicos eletrônicos disponibilizados pela BBC (British Broadcasting Corporation, com capilaridade internacional e o jornal Global Times, do Partido Comunista Chinês para constituir uma perspectiva alternativa à narrativa ocidental. Já na esfera dos Brics, utilizaremos

acervos digitais da Folha de S. Paulo, Izvestia, The Times of India, Global Times e The Times Live, dando ênfase na aplicabilidade do poder brando nas relações internacionais desses países e os principais aspectos que constituem o seu poder persuasivo. São os corolários desta reunião que se busca analisar na pesquisa, tendo como ponto de partida a publicação dos meios de comunicação descritos acima.

Palavras-chave: soft power; relações internacionais; BRICS; política cultural.

## ABSTRACT

The research aims to deepen the debate on the concept of Soft Power and relate it to the cultural, ideological, and political characteristics of the BRICS member countries, as well as its impact on the activities of these member countries (Brazil, Russia, India, China, and South Africa), through digital media, from 2006 to 2020. The temporal framework is related to the 61st UN General Assembly on September 20, 2006, where the foreign ministers Sergey Lavrov of Russia and Celso Amorim of Brazil - longtime friends since their work as diplomats in New York in the early 1990s - initiated the formation of a bloc that would unite developing countries. Following this meeting, they decided to organize an informal meeting of the Foreign Ministers of Brazil, Russia, India, and China at the Brazilian mission to the United Nations. The diplomatic relationship between these countries guided the dissatisfaction with the distribution of power within institutions such as the IMF, the World Bank, and the UN in the reluctance of the G8 to include emerging powers in decision-making. These issues came to light when the group met in Heiligendamm (Germany) in June 2007, where the involved countries reiterated their commitment to jointly press for the reform of global financial structures. The concept of Soft Power, popularized by political scientist Joseph Nye in the 1990s, seeks to understand the changes in coercive policies he refers to as Hard Power, military operations, and economic actions, towards a less tangible international politics that highlights the cultural struggle involving different forms of resistance, identity affirmations, and the fight for rights, considering the material and immaterial heritage of major international powers. We will strive to meet the new demands arising from society regarding history, in order to understand the cultural and social actors who have been silenced and marginalized by dominant discourses. This will enable BRICS countries to rethink their heritage and cultural policies from the perspective of soft power. The analysis will be conducted using electronic journals provided by the BBC (British Broadcasting Corporation, with international reach) and the Global Times, a newspaper of the Chinese Communist Party, to provide an alternative perspective to Western narratives. In the BRICS sphere, we will use digital archives of Folha de S. Paulo, Izvestia, The Times of India, Global Times, and The Times Live, emphasizing the applicability of soft power in the international relations of these countries and the main aspects constituting their persuasive power. It is the corollaries of this meeting

that we seek to analyze in the research, with the publication of the media described above as the starting point.

Keywords: soft power; international relations; BRICS; cultural policy.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Desenho 1 - América Invertida

29

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Lista de Projetos Aprovados pelo NBD	45
Tabela 2	– Aparição de Brics nos mecanismos de buscas	57
Tabela 3	– Brics e soft power nos mecanismos de busca	58

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC - American Broadcasting Company  
ACR - Arranjo Contingente de Reservas  
BBC – British Broadcasting Corporation  
BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China  
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul  
CHNM - Center For History and New Media  
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
EUA – Estados Unidos da América  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul  
MEC – Ministério da Educação  
NBD – Novo Banco de Desenvolvimento  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PIB – Produto Interno Bruto  
PPP – Parceria Pública Privada  
TV – Televisão  
UE – União Europeia  
UFBA – Universidade Federal da Bahia  
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 1 - O PESO DE UM ACRÔNIMO NO NOVO MILÊNIO</b>	<b>27</b>
1.1 - As relações conceituais entre poder brando e os brics	<b>37</b>
1.2 - O pêndulo da política cultural nas disputas diplomáticas	<b>41</b>
1.3 - Uma análise dos embates internos nas instituições multilaterais como ONU, FMI e Banco Mundial	<b>45</b>
<b>CAPÍTULO 2 - O LUGAR DA INTERNET NA RELAÇÃO ENTRE PODER BRANDO E BRICS</b>	<b>52</b>
2.1 - Uma breve análise sobre o desenvolvimento da internet na contemporaneidade	<b>54</b>
2.2 - Horizontes Digitais: Debates e Novas Conclusões na História Digital	<b>58</b>
2.3 - Perspectivas sobre o BRICS na Cobertura Midiática	<b>60</b>
<b>CAPÍTULO 3 - O DESPERTAR DAS POLÍTICAS CULTURAIS DO BRICS</b>	<b>81</b>
3.1 - Uma análise comparativa nas políticas culturais dos BRICS	<b>83</b>
3.2 - Considerações frente às políticas culturais dos BRICS	<b>86</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>	<b>101</b>

## INTRODUÇÃO

A bagagem que os Brics carregam na economia mundial há de ser considerada, concomitantemente ao peso de suas tradições culturais e políticas. Dentro do recorte temporal estabelecido para esta pesquisa, vamos analisar como se constituiu a aparição do conceito em 2001 até a constatação de que entre 2003 e 2007, o crescimento do PIB do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul representou 65% da expansão econômica mundial.<sup>1</sup> Todas essas mudanças produziram transformações no decorrer das duas décadas iniciais do século XXI.

O poder de compra destes países chegou a superar o de países da União Europeia ou dos Estados Unidos, mas não foi somente às questões econômicas que trouxeram luz a este tema, mas também a necessidade de enxergar os embates que se entrelaçam com política cultural, sociedade e cultura do Tempo Presente<sup>2</sup>. As disputas que evocam o patrimônio nacional e internacional, vêm sendo reivindicadas e disputadas, principalmente pelos países em desenvolvimento perante os países desenvolvidos, como iremos observar na vontade dos países membros dos Brics em tornar-se porta-voz dos que buscam por mais participação na decisão da política internacional e seguindo a diretrizes do respeito à diversidade, direitos e resistência.

A definição de cultura é ampla na literatura - e contamos com as mais diversas definições. Para os gregos antigos o termo deriva do latim *colere*, que inicialmente denota agricultura, cultivo da terra, mas que posteriormente o conceito ampliou-se e foi incluído a ideia de “cuidado com a mente”. A conceituação que vamos nos debruçar nesta pesquisa, será a de um sociólogo e antropólogo dos Estados Unidos famoso no século XX, Ralph Linton, que definiu a cultura como “configuração de comportamentos aprendidos e resultado do comportamento, cujos elementos componentes são compartilhados e transmitidos pelos membros de uma sociedade específica” (Ohnesorge, 2020, p. 41). A importância da cultura recebe um novo impulso na literatura de relações internacionais após os eventos 11 de setembro e a sua

---

<sup>1</sup> SANCHES, Mariana. Qual é o futuro dos Brics após guerra da Ucrânia - e como Brasil se equilibra no bloco?. **BBC News Brasil**, Washington, 5 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60991122>. Acesso em: 15/04/2024.

<sup>2</sup> Os autores com os quais vamos trabalhar na perspectiva da História do Tempo Presente nesta pesquisa são Agnès Chauveau, Peter Burke, Rodrigo Christofolletti, Stephanie Dennison.

repercussão, marcando o início do século XXI com um novo rearranjo da política externa dos EUA e do ocidente, principalmente do que se diz respeito às questões de segurança, meio ambiente e política cultural. Por isso, buscar entender o surgimento dos Brics e o seu desenrolar, é entender as transformações que vieram a acontecer após o fim da Guerra Fria.

Uma nova categoria de fontes documentais para pesquisa histórica nasceu a partir da internet, como fontes digitais. Para os pesquisadores do Tempo Presente, é fundamental reconhecer que após a sua consolidação e da sua popularização, contamos com um acervo ilimitado de novas fontes; esta gama gigantesca no século XXI tornou-se cada vez mais presente nas pesquisas históricas como fontes primárias<sup>3</sup>.

Foi com a fundação do Institut d'Historie du Temps Présent, entre os anos de 1978 e 1980, na França, que a História do Tempo Presente se estabeleceu como um campo de conhecimento. Com o financiamento do Centre National de la Recherche Scientifique, sob liderança de Henry Rousso, a temática contemporânea passou a ser o centro das atenções para os historiadores. A concepção de passado-presente, ou como era interpretado o “seu próprio tempo”, surgindo a definição de uma cronologia para delimitar o campo de estudo e a delimitação de um corpus documental para os historiadores utilizarem. Vamos considerar os impactos políticos do final do século XX, como o fim da União Soviética ou a queda do Muro de Berlin, serão importantes para os historiadores e suas tentativas de explicar o presente.

De forma distinta de outros campos de pesquisa histórica, a História do Tempo Presente transborda os que forem se aventurar no campo de pesquisa com fontes documentais escritas, orais e visuais. A existência dos chamados “documentos sensíveis” relativos a eventos históricos, e processos que ficam sob guarda judicial, tornam-se eventuais obstáculos para os historiadores. Como podemos pensar na fundação criada por Julian Assange<sup>4</sup> em 2006, dedicada à publicação de informações

---

<sup>3</sup> O que nós conhecemos como Internet, é uma rede de computadores de alcance mundial que faz a conectividade entre milhões de computadores. Estes equipamentos eram inicialmente, computadores de mesa, estações de trabalho baseadas em UNIX e servidores que armazenam e transmitem informações com os sites e mensagens de e-mail. A cada ano que passa, mais aparelhos se conectam às redes, com o PDAs (Personal digital assistant, ou palmtop), televisões, notebooks, celulares, automóveis etc. Por isso, o termo “rede de computadores” parece estar defasado em sua aplicação à internet.

<sup>4</sup> Ficou mundialmente conhecido por divulgar grandes volumes de documentos secretos, como os relatórios das guerras do Afeganistão e do Iraque e os telegramas diplomáticos dos

e documentos confidenciais obtidas por fontes anônimas, revelando práticas muitas vezes ocultas e frequentemente controversas. Os documentos que envolvem esta organização são um bom exemplo dos desafios do historiador de Tempo Presente e a sua relação com as fontes documentais e sua pesquisa. Porém, os historiadores que trabalham com este campo, exige uma seleção e classificação rigorosa frente às grandes quantias de fontes e as alterações dos acontecimentos ainda latentes na sociedade. A relação dos desafios apresentados neste parágrafo com os Brics, se tornou um grande demonstrativo das alterações que podem ocorrer com os países membros do bloco no decorrer do recorte temporal utilizado nesta pesquisa, seja com mudanças de governo que enfraqueceram as relações diplomáticas ou as fortaleceram.

Mesmo com o universo digital em voga, a grande maioria das fontes documentais que se consagraram no ofício do historiador é a que se delimita nos aspectos da materialidade do papel, e esta pesquisa, está em consonância com os Annales, escola para a qual o “reinado do papel” começou a ruir a partir da concepção de Lucien Febvre na defesa da ampliação do conceito de documento. Por isso, vamos destacar a importância de pensar a produção historiográfica nos meios digitais, para compreendermos as especificidades do Tempo Presente e possibilitar novas análises que saiam do arquétipo do historiador “rato de arquivo” e suas alegorias que remontam a figura do pesquisador.

Ao nos debruçarmos sobre a ideia de Febvre de que o conhecimento histórico deveria ser ampliado na perspectiva documental, produzindo a pesquisa a partir de diversas fontes, entendemos que:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de Pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de

historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entreatajuda que supre a ausência do documento escrito?  
(Febvre apud Goff, 1992, p. 540)

Com essas palavras, podemos justificar as fontes digitais como ferramentas para o ofício do historiador, como as diversas resistências à incorporação de novas categorias documentais. Para a História do Tempo Presente, a adaptação às novas técnicas e tecnologias da informação se demonstra essencial, por isso, não podemos negligenciar essas fontes. Nesta pesquisa, boa parte do seu desenvolvimento foi em período pandêmico e o mundo digital se tornou solo fértil para elaboração desta dissertação. Não olhar para a Internet como fonte primária é não entender as atitudes, o modo de pensar e os valores que se consolidam a partir da alta capilaridade e popularização da rede mundial de computadores.

Devido à facilidade de acesso e a sua amplitude tecnológica, basta um aparelho conectado para troca de informações em escala global e ocorrer a propagação de informação. Por isso, vamos nos atentar aos jornais que disponibilizam seu conteúdo por meio de artigos, blogs e vídeos de forma gratuita e de fácil acesso como é o caso das plataformas da BBC (British Broadcasting Corporation) e Reuters, ambas com uma capilaridade internacional consolidada, além do jornal Global Times do Partido Comunista Chinês para constituir uma perspectiva antagônica à narrativa ocidental. Na esfera doméstica, utilizaremos acervos digitais da Folha de S. Paulo.

A elaboração desta pesquisa e nossa apreensão sobre os conceitos de “países em desenvolvimento, subdesenvolvidos, desenvolvidos e emergentes” se afasta de maneira decisiva da ideia datada de Terceiro Mundo<sup>5</sup>. Para elucidar esta problemática, o Brasil nos servirá de exemplo, tornando possível afirmar que o Brasil se constitui como um país em desenvolvimento e emergente, simultaneamente por apresentar significativos avanços sociais e econômicos em relação às últimas três décadas, mas sem conseguir solucionar problemas estruturais historicamente

---

<sup>5</sup> Conceito criado por Alfred Savvy, referindo-se a todos os países que não estavam alinhados nem com o bloco Soviético nem com o capitalista NATO. Como ele salientou na altura “o terceiro mundo é nada e pretendo alguma coisa.”. E por isso, este conceito já não se encaixa neste contexto, por reconhecermos que o mundo precisou de novos conceitos como “emergentes” para compreender os novos rearranjos.

instituídos como as limitações de infraestrutura, baixos índices educacionais e da saúde, o limitado desenvolvimento humano e a altíssima concentração de renda. Por isso utilizaremos o conceito de países emergentes com características de subdesenvolvimento. Essa ideia será aplicada nesta pesquisa como chave de compreensão para todos os países integrantes dos BRICS.

O conceito “Terceiro Mundo” não será utilizado, por ser anacrônico e, sobretudo, por entendermos que “emergente” é o vocábulo mais adequado para compreendermos as estruturas do século XXI. O termo “emergente” foi introduzido no universo econômico na década de 1980 por Antoine van Agtmael e vai estar associado ao universo das economias desenvolvidas. Para ele, os países de “Terceiro Mundo”, como eram nomeados os países em desenvolvimento, não conseguiam atrair a atenção de investidores externos e eram prejudicados pela imagem que se reverberam destes países terceiro mundistas. A compreensão de que esta denominação não refletia com clareza as transformações que alguns países estavam passando.

O sentimento de não estarem conformados com a governança internacional que se constituiu na estrutura de poder depois da Segunda Guerra Mundial, possibilita que os Brics pensem em novas práticas nas políticas institucionais que demonstrem sua atuação no FMI, Banco Mundial, G20, ONU e nas novas instituições que foram criadas no decorrer do nosso recorte temporal, com isso, possam influenciar outros países, principalmente os emergentes e os em desenvolvimento.

Os por quês/e para quês que precisam de mais influência e poder decisório nas instituições de decisões políticas serão alvo de nossa atenção nesta pesquisa. Uma das perguntas que pretendemos fazer é: qual a diferença para os países menores, de menor renda e mais frágeis, possuírem ou não poder de decisão? Em que isso impacta no diagrama político das potências tradicionais, perante os BRICS? Se não conseguirem destacar a diferença e não ficarem transparentes na atuação dos países estudados aqui, será avaliado como mera disputa de poder (Batista Junior, 2019, p. 247).

O contexto de fecundação do Brics é muito pertinente ao Brasil, pois, na conjuntura internacional, o cenário do encontro do G-20 em Cancún no México, para Celso Amorim, era de romper a hegemonia das políticas que beneficiam apenas as grandes potências e marginaliza os países em desenvolvimento de atuarem de forma ativa na tomada de decisão:

[...]O traço essencial dessa nova fase era a forte participação de países em desenvolvimento, mesmo nos grupos mais restritos. Estava claro que já não seria mais possível para as duas maiores potências comerciais (Estados Unidos e União Europeia) costurar um acordo entre elas e, depois impô-lo aos demais, com pequenos ajustes aqui e ali, como estavam acostumados a fazer. A partir desse ponto, se acordo houvesse, ele teria de incluir países como Brasil e Índia. Esse foi o grande ganho do G-20 em Cancún. (Amorim, 2013, p.94-95)

A diferença de atuação do NBD com o FMI e Banco Mundial vai ser destacado no capítulo I para discutir os impactos da ampliação de instituições que busquem auxiliar com linhas de crédito não só os países emergentes, mas outros países em desenvolvimento. De acordo com Paulo Nogueira Batista Jr.<sup>6</sup> (2019) o banco dos Brics preza pelo respeito à soberania nacional, sem impor condições, nem obrigar reformas políticas institucionais que enfraquecem setores estratégicos como infraestrutura e a ênfase do banco em financiar projetos que utilizam energia de fontes renováveis<sup>7</sup>.

A conclusão de que o acesso às fontes jornalísticas se tornaria mais viável em tempos de pandemia da COVID-19, potencializou a minha ânsia para estudar este bloco econômico que só teve sua fecundação de fato, pela intensa vontade política de alguns agentes políticos brasileiros que iremos destacar no decorrer da pesquisa.

Contamos também com um grande acervo digital, com matérias jornalísticas abordando o tema. Todos os jornais que foram usados nesta pesquisa contam com um grande acervo de artigos digitais que corroboram o trabalho, quando se trata dos Brics entre os anos de 2006 a 2020.

O objetivo desta pesquisa é compreender as relações existentes entre o conceito de Soft Power, popularizado por Joseph Nye, e aprofundar o debate sobre questões relacionadas aos BRICS, sob a ótica da política cultural e das relações internacionais. Com o desenvolvimento desta pesquisa historiográfica, será possível um estudo minucioso sobre a temática da diplomacia e dos valores culturais que

---

<sup>6</sup>Paulo Nogueira Batista Jr. economista brasileiro, conhecido por defender uma política econômica soberana. Foi diretor-executivo no FMI, em Washington, por indicação do ministro Guido Mantega, e vice-presidente do NBD, o banco dos BRICS, por indicação do Governo Dilma Rousseff.

<sup>7</sup> Apesar de instituições como o FMI e Banco Mundial utilizar do soft power, como abordar valores que questionem o desequilíbrio político global, enfrentar a desigualdade, combater a corrupção e fortalecer a governança, é nítida a preocupação com a seguridade fiscal, levando reformas em setores como a previdência social, enfraquecimento do sindicalismo e diminuição do investimento em infraestrutura. Nesta pesquisa iremos analisar os relatórios anuais do FMI, com ênfase nos BRICS e avaliar a sua relação, contradições e oposições ao NBD e ACR.

influenciam a atuação dos países integrantes do Brics e sua práxis política, visando abrir novas possibilidades e salientar as principais continuidades e rupturas deste agrupamento de países emergentes, no contexto político-cultural dentro do recorte temporal preestabelecido.

Para Jim O'Neill, a emergência deste acrônimo acontece pelo fato do peso econômico que os quatro países do BRIC<sup>8</sup> acumulam no PIB global no início do século XXI. O Brasil planejou sua política externa em conjunto com o agrupamento a partir de 2006, com a proposta de governança com a Rússia, Índia e China nas Relações Internacionais. Em 2011, na III Cúpula<sup>9</sup> dos BRIC, a África do Sul foi convidada para entrar no grupo, após a anterior, que ocorreu em Brasília no ano de 2010, em que a Índia foi convidada a entrar para o grupo. Portanto, em 2011, o acrônimo receberá o “S” de *South Africa*.

A produção historiográfica sofreu ataques gravíssimos no decorrer do governo Temer e, principalmente, no governo de Bolsonaro<sup>10</sup>, com reflexo da descrença na ciência e em diversas áreas do conhecimento, tornando os espaços de produção científica vozes que deveriam ser silenciadas. Como a alteração das políticas de Estado do Brasil, a partir da reeleição de Lula em 2022, os Brics retornaram ao foco da política brasileira sob o protagonismo brasileiro no seu processo de expansão. Esta política nefasta foi explicitada de forma cristalina já na posse do ministro das relações exteriores de Bolsonaro, fortalecendo o discurso obscurantista e reforçando o negacionismo no Tempo Presente.

Para responder aos estímulos de todas essas questões, o primeiro capítulo tem como principal objetivo compreender o surgimento do acrônimo Brics e suas continuidades/rupturas no decorrer do Tempo Presente. A hipótese que dará a tônica à nossa análise é de que, a partir do declínio da União Soviética e a hegemonia dos

---

<sup>8</sup> Para Neill acrescentar a letra “S” de África do Sul no acrônimo BRICS não era viável por acreditar nas diferenças do seu PIB com os demais países signatários, e por isso desacreditar no viés político deste grupo que nós iremos destacar.

<sup>9</sup> Foi realizada em Sanya, na República Popular da China, em 14 de abril de 2011. Todos os chefes de Estado compareceram ao evento.

<sup>10</sup> Ao pensar em Ernesto Araújo, veremos de forma muito nítida como será sua performance diplomática. Em seu discurso de posse já se destaca o questionamento de conceitos que iram desacreditar diversas instituições como *liberdade, verdade, pátria, ordem global* e outros diversos conceitos que pertencem ao bolsonarismo. Ele usa esta frase “*Gnosesthe ten aletheian kai he aletheia eleutherosei humas*” traduzido do grego se lê “Conhecerei a verdade e a verdade vos libertada”.

EUA, foi formado um novo grupo de países insatisfeitos com a grande capilaridade e capacidade de tomar decisões políticas<sup>11</sup> nas principais instituições internacionais como FMI, ONU, Unesco e Banco Mundial. Dessa forma, o Brics visa dar voz a esses países marginalizados que querem ser ouvidos, sendo de extrema importância para a história do Tempo Presente.

De forma contemporânea à consolidação do conceito de poder brando de Joseph Nye, este primeiro capítulo explicará como estes países buscam influenciar os outros ao final do século XX, a partir das políticas culturais que reverberam nas mídias digitais. Portanto, convencem os seus leitores de que determinadas políticas culturais são interessantes para a construção de uma sociedade que possa cintilar valores reconhecidos internacionalmente. Além disso, neste capítulo buscaremos compreender o papel de políticas culturais, a sua relação com o soft power e as relações internacionais. Neste capítulo será fundamental para compreender como as mídias digitais atuam na construção de determinadas narrativas que em determinado recorte temporal se tornam antagônicas, já num outro momento, elas corroboram com a manutenção do discurso hegemônico dos EUA e da EU. Também será abordado as mídias que destacam o descontentamento dos BRICS.

Será levantada questões que nos fará pensar em como a Internet e os jornais digitais atuam na construção do imaginária social sobre a temática dos BRICS, como desencadeou a resposta destes países aos ditames do mundo hegemônico que se demonstra ineficientes para responder às demandas dos países emergentes e dos países silenciados nas disputas diplomáticas. Com isso, este capítulo buscará entender a gênese deste acrônimo, os seus descontentamentos, a sua consolidação e o papel das mídias eletrônicas neste cenário.

O segundo capítulo terá como foco a análise qualitativa do acrônimo BRICS nos jornais digitais que adquiriram significativa capilaridade no desenvolvimento da *internet*. Para isso, analisaremos como esse conceito emerge nesses jornais disponíveis na internet com o início de uma cooperação factual entre estes países, buscando analisar as principais transformações, quais foram as alterações em sua RI com o mundo. O conceito de soft power será utilizado para analisar os artigos de

---

<sup>11</sup> É importante entendermos que apesar do Brasil estar representado dentro do mapa ocidental, nós somos considerados membros refratários desta sociedade, não compartilhamos dos mesmos valores, principalmente dos países membros da UE e dos EUA.

jornais eletrônicos disponíveis nestes sites, sem deixar de lado suas políticas culturais que utilizam como demonstrações das respectivas identidades nacionais. Para contextualizarmos a ideia do tema de Patrimônio Cultural, se torna fundamental compreendermos que a Constituição brasileira de 1988 consolida a ideia de que “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”<sup>12</sup>.

Será abordada e criticada a dicotomia clássica (material e imaterial), compreendendo o patrimônio como uma equivalência de ambas e não uma partição estanque. O patrimônio cultural se torna fundamental na compreensão da relação do Brasil com estes países, pela Constituição Federal brasileira de 1988, para reconhecer e consolidar a ideia de que “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Artigo 216, caput, da Constituição Federal de 1988). A concepção de material e imaterial vai estar dentro da ideia de patrimônio cultural por entendermos hoje que exista a essência destas duas categorias de patrimônio e receba diferenciação dispensada no tratamento da legislação ao tema. No Brasil, é sabido que desde a década de 1930 e promulgado em 2000, o Decreto 3551 regulamenta e reafirma o que está na Constituição brasileira de 1988, salvaguardando o patrimônio imaterial na constituição e no que vamos utilizar neste capítulo.

O papel do patrimônio cultural que vamos destacar futuramente, será fundamental para pensarmos no patrimônio como política cultural, na relação dos países envolvidos nesta pesquisa e no papel patrimonial que permeia as relações internacionais, destacando a figura do Luíz Inácio Lula da Silva e a sua atuação diplomática. Vamos observar que o uso de uma política ativa e altiva, termo utilizado por Celso Amorim na campanha diplomática brasileira, de fazer relações internacionais que não trouxeram benefícios apenas para o Brasil, mas também para os países envolvidos. Uma política diplomática justa, honesta e afirmativa vai permear o contexto brasileiro no recorte utilizado aqui.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Artigo 216, caput, da Constituição Federal de 1988.

<sup>13</sup> Para Frantjesco Ballerine o soft power vai ser tratado no âmbito da cultura, que segue principalmente o pensamento de Nye, onde afirma-se que o poder brando de um país reside

Por fim, o terceiro capítulo, terá como principal objetivo, avaliar quais foram os principais descontentamentos que os Brics levantaram ao *status quo* estadunidense e da União Europeia no decorrer das duas décadas iniciais do século XXI. Dessa maneira, cria-se um grupo que se opõe à hegemonia consolidada após o fim da URSS e à hegemonia dos EUA. Assim, países como a China e Rússia, constituíram o seu patrimônio cultural frente à imagem que refletem de regime autoritário<sup>14</sup>. Temos o Brasil, a Índia e a África do Sul representando os valores democráticos que a comunidade internacional compactua e reconhece. O que iremos destacar neste capítulo será os espaços que cada país vai ter nas relações internacionais, compreendendo a reação dos Brics frente à bem-sucedida propagação da cultura popular americana, como produtos, tecnologia, comida, música e outros fatores que fizeram dos ideais e valores dos EUA tão receptivos no mundo.

O que será identificado nos discursos dos jornais estudados nesta pesquisa dará o tom de como as políticas culturais dos países signatários dos Brics ecoam de formas diferentes no decorrer do Tempo Presente, ressaltando como cada jornal destaca uma narrativa distinta no que cabe à atuação desses países nas relações internacionais. Isto posto, veremos como determinados acontecimentos mudam a imagem do poder brando de cada país, com suas práxis no mundo político. Nesta perspectiva, podemos destacar a eleição de um presidente que fez o uso político do passado ditatorial brasileiro (1964-1985) e sua postura de subserviência aos EUA de Trump em 2018; a anexação da Crimeia pelos Russos em 2014; o apoio africano à China após diversos investimentos no desenvolvimento do continente e na defesa dos direitos humanos, indo contra os interesses ocidentais de frear os avanços dos chineses no continente. Essa não linearidade do soft power do Brics será destrinchada no decorrer do terceiro capítulo, deixando as lacunas sobre esse tema abertas para discussão e construção de um debate mais amplo e coeso na comunidade acadêmica.

---

em sua essência na cultura, seja a que o autor considera sendo elitizada ou a popular, em seus valores e políticas.

<sup>14</sup> É importante compreendermos que estamos considerando a China e a Rússia um Estado autoritário a partir de uma concepção de democracia liberal de Nação e de estrutura política dos EUA e EU, que demonstra abominação destes países pelos não ocidentais.

## 1 O PESO DE UM ACRÔNIMO NO NOVO MILÊNIO

A partir da evidente corrosão da ordem econômica internacional contemporânea, instaurada no pós-guerra, a incapacidade do agrupamento de países em desenvolvimento, potencializou a busca por lidar com os desafios relacionados com o tempo presente. A dificuldade de conseguir desenvolver um trabalho de cooperação com novos agentes internacionais, que neste caso não conseguem orquestrar as novas demandas levantadas pelos novos rearranjos políticos nas esferas regionais e internacionais, incentivou a criação de blocos econômicos ao longo das últimas três décadas (1990 - 2020). Alguns exemplos dos sintomas desta exaustão são a forma como o FMI reorganizou/reformou o poder de decisão dos países membros desde 2010 e a tentativa de inclusão do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, evento destacado neste primeiro capítulo da dissertação.

É sabido que o eurocentrismo consolidou e moldou uma perspectiva de mundo, principalmente do que consideramos ser ocidental. No entanto, ao olharmos para a evolução econômica do mundo, antes do século XIX, constata-se que o ocidente não foi a vanguarda na criação de riqueza global. Para Jacques Le Goff (1992), um historiador medievalista, é importante identificar as rupturas, porém é fundamental compreendermos as continuidades. De forma imprudente, os europeus determinaram, após o processo de industrialização, a pouca importância dos países “subdesenvolvidos” na história. Marginalizando diversas culturas, povos e sociedades que, a partir da não linearidade da história, em uma época não muito distante, foram os centros gravitacionais da economia mundial, como a China e a Índia. Os deslocamentos geográficos das economias mais ricas do mundo no decorrer da história nos servem de alerta para reconhecermos alguns aspectos fundamentais para relacionarmos o fim da hegemonia dos EUA com a ascensão dos BRICS. Os agrupamentos de países mais ricos sofreram alterações no decorrer do tempo, sem respeitar consensos previamente estabelecidos pelos estudiosos do período, a partir de diversas conjunturas estruturais que possibilitaram a modificação do *status quo* de determinadas épocas.

A hegemonia dos EUA não dependeu apenas da sua grande capacidade de coerção, seu hard power, que utilizou dos embargos comerciais ou sua capacidade bélica, mas também de sua capacidade de resolução de crises que assolam a

estabilidade e segurança internacional. Quando pensamos em coerção e persuasão, a invasão do Iraque<sup>15</sup> em 2003 é uma ótima demonstração para entendermos essa relação entre o poder coercitivo e persuasivo. Essa invasão desnecessária, cujo pretexto era a “guerra ao terrorismo”<sup>16</sup>, ocasionou uma grande instabilidade na comunidade internacional. Em 2002, os Estados Unidos tentaram, por meio da ONU, legitimar a sua invasão ao país árabe, defendendo a hipótese de um gigantesco arsenal de armas químicas. Sem sucesso, após diversas inspeções da própria ONU, George W. Bush insistiu na veracidade de suas denúncias e pediu autorização do Conselho de Segurança para promover uma invasão ao país. Sem o aval da Organização das Nações Unidas, deu-se início à guerra, com forças estadunidenses e britânicas. Essa política nefasta produziu desconfiança internacional sem precedentes para os EUA e acentuou a importância de criar contrapesos no sistema internacional e a necessidade de se constituir um mundo multilateral e menos hegemônico.

Certamente, as iniciativas voltadas a reforçar a cooperação do eixo Sul-Sul são perceptíveis com a criação e o desenvolvimento do Ibas<sup>17</sup> (Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul). Este fórum foi fundamental para entendermos que as três nações contam com certa afinidade em seus processos democráticos e em suas características multiculturais, cada uma em um continente do mundo em desenvolvimento. Durante sua viagem<sup>18</sup> para a África do Sul, em 1994, Celso Amorim

---

<sup>15</sup>Para Celso Amorim, em seu livro *Breve Narrativas Diplomáticas*, destacou-se que a posição do Brasil quanto à guerra foi fiel à sua tradicional defesa da paz e contrária ao unilateralismo dos EUA. Em junho, do mesmo ano que ocorreu o encontro dos dois líderes Lula-Bush e resultando na criação de grupos de trabalho sobre energia, comércio e outros temas. Isso é uma demonstração da política ativa e altiva do governo brasileiro.

<sup>16</sup>Foi a operação Liberdade, com mais de 30.000 soldados iraquianos mortos e mais de 7.000 civis na invasão dos EUA no Iraque em 2003. Conflito que teve uma curta duração, sendo uma guerra convencional, Bagdá foi tomada pelos EUA e aliados em 21 dias e a partir daí o declínio do governo de Saddam Hussein.

<sup>17</sup>É uma iniciativa trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul, desenvolvida no intuito de promover a cooperação Sul-Sul. Os ministros das relações exteriores dos respectivos países formalizaram o lançamento do Fórum de Diálogo IBAS em encontro realizado em Brasília, em 6 de junho de 2003, o qual resultou a “Declaração de Brasília”, com os objetivos principais de: cooperação em temas comuns de importância internacional; promoção de oportunidade de comércio e investimento entre as três regiões que os países fazem parte; a redução da pobreza e o desenvolvimento social; troca de informação trilateral, melhorias nas práticas internacionais, tecnologias e habilidades e promover a cooperação em áreas como clima, cultura, defesa, educação, energia, saúde, comércio, investimento em turismo e transporte.

<sup>18</sup> O texto de Celso Amorim sobre a sua viagem para a África do Sul, pode ser encontrado no artigo publicado em 13 de junho de 1994 no *Jornal do Brasil*.

(2013), representando o Brasil no governo do presidente Itamar Franco, notou que o país, que entraria para o Brics em 2011, até então fechado pelo apartheid e sob sanções econômicas da comunidade internacional, tinha semelhanças notórias com o Brasil em aspectos como renda, desigualdade social e, principalmente, no grande potencial de mudança.

Essa cooperação Sul-Sul não é uma vontade do tempo presente se pensarmos na relação do processo de constituição dos países ao sul da linha do equador. Ao pensar nessa cooperação entre Brasil, Índia e África do Sul, a imagem que me vem à cabeça é o “mapa invertido” da América do Sul (figura 1).

Desenho 1 - América Invertida (1943), desenho de Joaquín Torres García



Fonte: Wikimedia Commons, 2006

O mapa invertido da América do Sul tornou-se uma importante representação da insatisfação com a hegemonia dos países do Norte, produzida pelo artista plástico uruguaio Torres García<sup>19</sup>. Ele nos faz pensar para além de um mapa meramente invertido. A relação desta figura com o descontentamento do Brics e do Ibas deve ser percebida de uma forma mais complexa e ampla do que os acrônimos e a imagem nos levam a refletir e enxergar o mundo que nos rodeia.

<sup>19</sup> Joaquín Torres García (1874-1949) foi um artista uruguaio, que viveu muitos anos no exterior, entre destinos na Europa e nos Estados Unidos, influenciado pelo Cubismo revolucionou o cenário artístico do seu país. Pelo aspecto de valorização do lado sul da linha do Equador.

Nesta pesquisa, iremos avaliar a crítica do autor à hegemonia exercida pelos países e pela cultura do Norte. Como o poder brando conta com valores culturais sendo um dos seus principais pilares de análise, a crítica de Torres Garcia será pertinente para a presente pesquisa. Garcia (1935)<sup>20</sup> afirma “[...] na realidade nosso Norte é o Sul. Não deve haver norte, para nós, senão por ocasião ao nosso Sul. Por isso, pomos agora o mapa ao contrário, e assim temos a ideia correta de nossa posição, e não como querem no resto do mundo. A ponta da América, ao prolongar-se, a partir de agora, assinala insistentemente o Sul, nosso Norte”.

Com a sua “América Invertida”, o artista apresenta uma crítica à constante busca pela globalização e pela “homogeneização” da cultura e dos povos, além da valorização de tudo que é do hemisfério Norte, com ênfase no mundo dos EUA e dos povos da União Europeia. Dessa crítica, vê-se o potencial de se pensar em constituir uma política multilateral que dê voz aos povos que, anteriormente, no século XX, foram espoliados pelos países que, no século XXI, estão sob a condição de desenvolvidos. Um potente instrumento do *soft power* é o reconhecimento de valores culturais pelo mundo. O eurocentrismo precisa ser reconhecido como uma estrutura que constitui uma visão de mundo ocidental. Países como o Brasil, Índia e África do Sul contam com um tecido cultural múltiplo, sendo essencial olharmos para o mapa do mundo e reconhecer o Sul como o nosso Norte.

A necessidade de enxergarmos as inconsistências da hegemonia do Norte da linha do Equador e a sua incapacidade de trazer soluções para as crises globais pode ser observada ao pensarmos no “Efeito Obama”, tendo o *soft power* como instrumento de compreensão desse fenômeno. O presidente Barack Obama, ao assumir a Casa Branca em 2009, buscou a recuperação da imagem dos Estados Unidos e da sua popularidade entre os mais diversos públicos estrangeiros, recuperando assim um pouco da imagem do país nas Relações Internacionais e do seu poder brando. De fato, sua figura conseguiu reverter a imagem do país na opinião pública europeia após as consequências da invasão do Iraque no governo de Bush (2001 – 2009). No término dos dois mandatos de Bush, ele detinha o índice recorde de 80% de rejeição devido à sua administração e à promoção da “Guerra ao Terror” após os ataques de 11 de setembro de 2001.

---

<sup>20</sup>Pinacoteca. Joaquín Torres Garcia. Disponível em: <<https://pinacoteca.org.br/programacao/joaquin-torres-garcia/>>. Acesso em: 03/12/23.

Mesmo envolvido em dois conflitos, um no Iraque e outro no Afeganistão, Obama foi condecorado com o Prêmio Nobel da Paz de 2009. Um ponto curioso sobre isso é que uma das suas principais estratégias foi a intensificação do uso de drones para combater o terrorismo no Oriente Médio, desconsiderando o espaço aéreo de países que não estavam em guerra, como Paquistão, Iêmen, Somália, Líbia e no continente Africano, resultando na morte de diversos civis. Durante seus dois mandatos, o envio de tropas foi uma medida protelada por ele, mas, em julho de 2012, o governo americano admitiu a morte de 116 civis, além de 2500 combatentes. De acordo com o *Bureau of Investigative Journalism* de Londres (2012), entre 482 e 1077 civis foram mortos por drones. Esse prêmio Nobel da Paz foi concedido com base no discurso de redução do envio do contingente de soldados no Afeganistão, questionando se deveria ou não ampliar para 108 mil americanos na guerra.

O poder brando está diretamente ligado às personalidades, uma vez que o status quo da indústria beligerante dos norte-americanos é mantido, sob o discurso de aproximação com o mundo islâmico e o foco na política externa multilateral, reatando laços diplomáticos com países como Irã e Coreia do Norte e negociando com Cuba sobre os embargos econômicos. Obama ao apresentar uma agenda política diferente do seu antecessor, se preocupa em retornar o debate sobre as mudanças climáticas e em reduzir a intervenção militar em outros países, com o intuito de retomar um pouco do prestígio no cenário internacional. Entretanto, as soluções para as crises internacionais continuaram descaracterizadas e o mundo permaneceu desconfiado dos americanos. Com o decorrer do recorte temporal estabelecido nesta pesquisa, será possível analisar o poder persuasivo para além das formas tradicionais e perceber que na relação entre líderes, a partir da apreciação ou desconsideração, compreensão ou indiferença, o *soft power* se comporta de uma forma multifacetada.

Alguns questionamentos se tornam fecundos nesta pesquisa: como os Brics conseguiram instrumentalizar suas vontades contestatórias? O mundo irá se atentar para novas possibilidades de reorganização das relações internacionais? Esse acrônimo com vontade de contestação oferecerá soluções plausíveis para as problemáticas do tempo presente? Os mecanismos de persuasão desses países alteraram significativamente ao longo dos anos de sua consolidação até 2020? Buscaremos responder a esses questionamentos de forma acessível para que os interessados por BRICS, políticas culturais e soft power possam refletir e dialogar com a presente pesquisa.

Celso Amorim (2008), ministro das Relações Exteriores dos dois primeiros governos Lula (2003-2011), é um personagem interlocutor de grande importância nesta pesquisa. Para o autor, os Brics estavam na moda em 2008 com “[...] um objetivo claro, no contexto dessas coalizões de geometria variável. Sem arroubos nem bravatas, chegou a hora de começar a reorganizar o mundo na direção que a esmagadora maioria da humanidade espera e precisa.”<sup>21</sup>. Para analisarmos como esses países utilizam seu poder e persuasão nas relações diplomáticas, visando a concretização dessas mudanças no cenário internacional, examinaremos como seus interesses e os das nações coirmãs se refletiram nessas estruturas. Essas questões se tornam palpáveis ao analisarmos qualitativamente os artigos de jornais que destacam as ações coordenadas dos Brics em instâncias das relações internacionais, como por exemplo, os encontros anuais da cúpula do ONU, evidenciando como esses países são capazes de influenciar as votações e modificar os resultados por meio do soft power.

Com uma análise mais criteriosa, é possível detectar de forma coerente o espaço dos líderes e daqueles que compõem os bastidores das discussões diplomáticas, levando em consideração o carisma atribuído a eles pelo público. Nesse contexto, utilizaremos os jornais eletrônicos como fonte de pesquisa. Ao considerarmos a concepção de líder carismático de Max Weber, o papel do líder e o seu carisma torna-se relevante. O gabinete que está por trás dos diálogos políticos deve ser avaliado, assim como a relação de Celso Amorim com Luiz Inácio Lula da Silva, Sergey Lavrov com Vladimir Putin ou Barack Obama com Hillary Clinton, como secretária de Estado dos Estados Unidos (2009 – 2013). Podemos afirmar com certeza que tudo que é declarado por uma figura política faz toda diferença na disputa política. Nesse sentido, Hendrik W. Ohnesorge (2020, p.134) que sucedeu a Kissinger nos bastidores da política norte-americana, afirma que “as relações entre nações são baseadas em valores compartilhados, mas também em personalidades”. O elemento pessoal importa mais nos assuntos internacionais do que muitos esperariam, para o bem ou para o mal. ”

---

<sup>21</sup> Amorim. 2008. “Os BRICS e a reorganização do mundo”. Folha de S.Paulo, 08 de junho de 2008.

Paulo Nogueira Batista Jr.<sup>22</sup> (2019) destaca como o Brasil consegue fazer com que seus interesses tenham uma ampla penetração por todas as regiões do mundo através do seu *soft power*, em conjunto com as instituições diplomáticas brasileiras. Para que isso possa acontecer, é necessário esforço e organização política internamente, a fim de utilizar sua influência no jogo diplomático.

“[...] e ressalvados os períodos em que domina o obscurantismo, como o atual, somos um celeiro de soft power, aceitos e recebidos com simpatia, mundo afora. O nosso serviço diplomático para dar apenas um exemplo, é reconhecido em toda parte como um dos melhores do mundo. Quando a nossa política interna se organiza minimamente, a ação internacional do Brasil pode se fazer sentir nos quatro cantos do planeta.” (Júnior, 2019, p. 16)

A necessidade de atentarmos para a não linearidade do Brics<sup>23</sup> em relação à vontade política e a importância atribuída por seus integrantes/representantes é fundamental, visto que os países signatários buscaram dialogar mais em determinados momentos e apresentaram maior distanciamento em outros, em função de uma ampla variedade de acontecimentos ocorridos na esfera internacional e nacional, como será evidenciado ao longo desta pesquisa. É importante reconhecermos que, para o Brasil, essa aliança tem sido umas das principais do país nas últimas duas décadas.

O trabalho conjunto entre os países signatários dos Brics só começou a ocorrer em 2006, motivo pelo qual o conceito destacava a existência de quatro países, entre eles o Brasil, Rússia, China e Índia. Embora individualmente seja possível identificar atributos que os associam, coletivamente mostram-se incapazes de projetar e/ou planejar políticas conjunturais que atendam às suas demandas no cenário internacional. Em 2020, um ano crucial para este projeto de dissertação, o Brasil encontrava-se em uma situação singular, devido às políticas adotadas pelo governo Bolsonaro, que levaram o país a ser considerado um pária<sup>24</sup> na conjuntura

---

<sup>22</sup>Paulo Nogueira Batista Jr. economista brasileiro, conhecido por defender uma política econômica soberana. Foi diretor-executivo no FMI, em Washington, por indicação do ministro Guido Mantega, e vice-presidente do NBD, o banco dos BRICS, por indicação do Governo Dilma Rousseff.

<sup>23</sup>Os BRICS vão apresentar contextos distintos no decorrer do recorte temporal avaliado nesta pesquisa, por isso, a partir das conjunturas multifacetadas das Relações Internacionais de cada país signatário com o mundo, torna-se uma necessidade destacar estas transformações.

<sup>24</sup>A partir da diplomacia trágica do bolsonarismo, em primeira análise o Ernesto Araújo, que adotou posições submissas aos interesses da União Europeia e dos EUA. Usaremos a ideia de que o Brasil, diferente dos anos de governo Lula (2002 a 2010) e Dilma (2011 a 2016), que defendia uma política externa soberana e multilateral, também a figura do Brasil como um

internacional. Para Paulo Nogueira Batista Jr. (2019), nos tempos de Temer e no início do governo Bolsonaro, é significativa a tentativa de reduzir o Brasil à condição de quintal do Grande Irmão do Norte. Quando assumiu o cargo de diretor executivo do FMI em 2007, Junior (2019) certificou que os Brics ainda não existiam como aliança política real, como é sabido pelo próprio economista de investimentos Goldman Sachs, Jim O'Neil.

A cúpula de Ecaterimburgo ocorreu na Rússia em 2009 e foi a primeira do grupo a contar com a presença de todos os quatro líderes do executivo de cada país membro do então BRIC. Apesar da diversidade entre os países membros, todos estavam dispostos a coordenar suas ações em diversos temas de interesse internacional. As principais diferenças entre eles residiam nos interesses econômicos, nas dimensões geopolíticas e culturais. Embora a China visse vantagens em negociar com a União Europeia e com os Estados Unidos, os atritos entre os Brics e muitos países ocidentais surgiram devido ao desrespeito aos direitos humanos e à falta de democracia no contexto internacional.

Nessa circunstância, a instrumentalização de questões que agravam os atritos e a promoção da temática de democracia para fins de “mudança de regime” ou imposição de condições e processos mais convenientes para os países ocidentais, como, por exemplo a recusa em repatriar bens culturais<sup>25</sup> e a negação da manutenção física desses bens em seus territórios e ambientes culturais e naturais de origem, a fim de que possam ser estudados em benefício de toda a humanidade, conforme adotado pela Convenção da Unesco em 1970. Todos os países dos Brics têm processos de repatriação de bens que foram retirados em diferentes momentos históricos (Silva, 2020). As repatriações destes bens culturais tornaram-se questões

---

país em desenvolvimento, com capacidade de levantar as inquietudes dos países marginalizados do poder de decisão no cenário internacional, contra os interesses da UE e dos EUA nas instituições multilaterais, como a ONU, FMI, Banco Mundial e UNESCO. Muitas vezes diversos países foram impedidos ou silenciados, por decisões tomadas nestes órgãos que não os beneficiam. Por isso ficou nítida a necessidade de estudar essas transformações e como o Brasil, uma figura atuante nestes cosmos, se tornou um país à margem da tomada de decisões das Relações internacionais e do convívio da comunidade internacional. Um país que sempre foi bem visto, passou a se encontrar cada vez mais isolado.

<sup>25</sup> Etienne Clément ensina que o roubo, a exportação e a importação ilícitas colocam o patrimônio cultural sob risco de danos, pois certos bens são deslocados de seu ambiente, de onde se originaram e onde estavam dispostos em harmonia. A autora considera que a exportação ilícita dos bens culturais que representam uma parte do patrimônio cultural priva os povos da possibilidade de serem admirados, estudados e conhecidos por seus filhos.

significativas para cada país, à medida que buscam recuperar itens que foram retirados durante períodos coloniais, conflitos e outros momentos históricos.

No contexto das repatriações, é pertinente destacar alguns processos envolvendo os países do BRICS e o seu contexto histórico-cultural de forma concisa. No Brasil, muitos artefatos, incluindo peças de arte sacra e indígena, foram levados para museus e coleções particulares na Europa durante o período colonial. Um exemplo notável é o manto tupinambá, que reacendeu o debate sobre a restituição de relíquias brasileiras após a Dinamarca concordar em devolver este artefato do século XVII, que esteve em Copenhague desde 1689. Na Rússia, muitos artefatos foram retirados do país durante e após as Guerras Napoleônicas e a Segunda Guerra Mundial.

A Rússia tem se empenhado em recuperar esses itens por meio de negociações bilaterais e ações judiciais internacionais. Um exemplo recente é a obra “O Jardim do Convento” de Max Liebermann, que foi saqueada durante a Segunda Guerra Mundial e levada para a Alemanha, sendo devolvida recentemente à Rússia junto com outras obras. A Índia está em processo de repatriação de diversos artefatos coloniais e joias, incluindo o famoso diamante Koh-i-Noor. Este diamante, atualmente parte das joias da Coroa Britânica, possui uma história de aproximadamente 5 mil anos e é considerado um patrimônio cultural de grande importância para os indianos. A China também está ativa na repatriação de suas antiguidades, como os Bronzes de Yunnan, que foram levados para a Europa e os Estados Unidos no século XIX e início do século XX. O país tem utilizado tanto meios diplomáticos quanto judiciais para recuperar esses itens. O governo sul-africano está envolvido na repatriação de relíquias dos povos San e Khoi, incluindo restos mortais que foram levados para o exterior. Exemplos dessas repatriações incluem itens que estavam no Museu Britânico, no Reino Unido. Esses exemplos ilustram os esforços contínuos dos países do BRICS na recuperação de seus patrimônios culturais, sublinhando a importância da repatriação para a preservação e valorização de suas identidades culturais.

A contestação dos Brics está também na busca de reivindicar sua cultura, no processo de recuperar artefatos que foram levados para os museus coloniais na Europa e Estados Unidos, que tiveram sua formação a partir da celebração da história colonial que trazia troféus da Índia, do continente africano e de todos os lugares que contavam com colônias. O processo de repatriação de bens culturais e históricos é complexo e contínuo para os países dos Brics, envolvendo esforços diplomáticos,

legais e éticos, com cada país enfrentando seus próprios desafios e realizando avanços significativos na recuperação de sua herança cultural.

Por isso, é necessário pensar alguns aspectos que tornaram esse acrônimo tão complexo, com pretensões de questionarmos a ordem hegemônica, bem como seu poder brando, como algo não unívoco. Em diversos países ocidentais, suas políticas domésticas enfrentam problemáticas relacionadas aos direitos humanos e à promoção dos valores da democracia liberal. O mesmo ocorre no âmbito internacional. Para Jorge Tavares Silva (2017), os Brics e os países emergentes necessitam de um cenário internacional estável para o seu desenvolvimento e, portanto, assumem grandes responsabilidades financeiras na resolução de problemas internacionais. Eles se encontram em um contexto de correção de desvios internos e injustiças históricas que, por muito tempo, favoreceram os países ocidentais.

Conceber como países emergentes utilizam suas tradições milenares, ao mesmo tempo em que buscam soluções para suas mazelas sociais, pode servir de exemplo para a compreensão de um conjunto de ideias que sustentam uma maior participação das relações políticas e econômicas no âmbito internacional: “Afinal, para que o poder brando funcione é preciso coerência e certa dose de generosidade.” (Ballerini, 2015, p. 44).

A teledramaturgia e/ou novelas no Brasil assumem dimensões colossais quando pensamos que até a infraestrutura interna do país sofre alterações. Torna-se fundamental destacar o papel da novela “Avenida Brasil” na reorganização do horário nobre da emissora, que sofria com uma perda constante de audiência (Ballerini, 2015). Ao apresentar o contexto social da classe média brasileira e das mulheres, o telespectador sente-se representado pela novela, estabelecendo uma relação dinâmica de transferência entre a novela e a vida real desse grupo. A novela se tornou um fenômeno até os seus últimos episódios.

O fato de ter milhares de famílias assistindo à novela chamou a atenção da rede de televisão ABC dos EUA, que destacou uma possível crise no sistema elétrico brasileiro devido ao grande número de televisores ligados ao mesmo tempo. Podemos também destacar a alteração de um comício da presidente Dilma Rousseff em apoio a Fernando Haddad como candidato à prefeitura de São Paulo, por coincidir com o último episódio da novela. As novelas brasileiras frequentemente atuam de forma a influenciar os seus telespectadores, levando debates sobre temas como a reforma agrária (O Rei do Gado), crianças desaparecidas (Explode Coração) e outros, o que

pode ter efeitos colaterais se essas novelas veiculam valores antagônicos aos direitos humanos.

O poder brando do Projac<sup>26</sup> se manifesta de diversas formas. Nilson Xavier (2007), em "*Almanaque da telenovela brasileira*", lembra que assim como o brasileiro se deixa seduzir por um universo diferente do seu, o mundo também se encanta com a singularidade social, natural e cultural do Brasil. O Brasil é visto como exótico, com suas paisagens, costumes e hábitos, e a abordagem das mazelas sociais em obras com reconhecimento nacional e internacional. Podemos destacar que o crescente número de turistas dos países que pertencem aos Brics, principalmente no Brasil, tem muito a ver com características das mídias digitais e políticas adotadas em conjunto pelos setores de turismo desses países, como foi destacado no segundo capítulo.

## 1.1 AS RELAÇÕES CONCEITUAIS ENTRE PODER BRANDO E OS BRICS

O conceito de poder brando vem sendo utilizado profundamente na internet, permitindo, assim, abranger a análise histórica para compreensão da aplicabilidade desse conceito e a interlocução existente entre diplomacia de cada país integrante dos Brics, além da reflexão sobre as mudanças na atuação desses países no cenário político internacional a partir das primeiras décadas do século XXI. O poder brando passou a ser utilizado nos meios acadêmicos para compreender a nova organização política que se constituiria no mundo contemporâneo após o fim da Guerra Fria em 1991. O autor da obra "*Bound to Lead: the changing nature of American power*", Joseph Nye Jr (2004) iniciou a consolidação desse conceito a partir das novas formas de interação das relações diplomáticas, estabeleceu suas bases teóricas e anunciou o poder brando como um novo modelo de atuação nas relações internacionais das grandes potências já no final do século XX, como podemos observar:

Poder brando é a habilidade de influenciar os outros a fazer o que você deseja pela atração em vez da coerção. O poder coercitivo seria a ostentação militar e sanções econômicas, classificados como poder bruto, enquanto a identidade cultural, ideológica e política comporia o poder brando. (Nye Jr., 2004, p. 19)

---

<sup>26</sup> Conhecido como Projac (abreviatura para Projeto Jacarepaguá), os Estúdios Globo, é o coração da TV Globo. Foi inaugurado em 2 de outubro de 1995, é considerado o maior complexo da produção de conteúdo televisivo da América Latina e um dos maiores do mundo, por isso, a sua importância para compreensão do poder brando brasileiro a partir deste estúdio tão relevante na projeção da cultura brasileira nas instâncias internacionais e nacionais.

Tentaremos abranger a análise desta pesquisa evocando o conceito de poder brando na história contemporânea, tendo como nicho de análise os países dos Brics. A fundamentação teórica da presente pesquisa caracteriza o conceito de poder brando ou soft power, criado na década de 1990 por Nye Jr, com o acrônimo Brics, para compreendermos a atuação desses países. O alinhamento político de países como a Rússia e o Brasil é caracterizado por Oliver Stuenkel (2015) como uma possível qualificação de uma nova ordem global emergente. É preciso aprofundarmos nosso debate perante este recorte temporal, onde se deram os primeiros passos para reafirmar esse projeto político e econômico para a pesquisa acadêmica. Assim, avaliar a relação dos BRIC (Rússia, Índia e China) com o Brasil potencializa a ideia de ter o Brasil como um parceiro econômico multipolar.

As consequências do conflito entre Rússia e o Ocidente, desde a crise na Ucrânia e a anexação da Crimeia em 2014, fez com que mais de 40 países, incluindo todos os desenvolvidos e sob liderança dos EUA, adotassem sanções econômicas. O país perdeu acesso a diversas fontes de financiamento internacional, ficando impossibilitado, por exemplo, de tomar empréstimos no Banco Mundial e no Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERB). Até então, a Rússia recorreu ao financiamento desses dois bancos (Batista, 2019).

As políticas governamentais são importantes de serem legitimadas tanto no cenário internacional, quanto no doméstico. O poder brando precisa ser reconhecido<sup>27</sup> internamente e externamente, embora as políticas externas se destacam na literatura do poder brando (Ohnesorge, 2020). As políticas domésticas serão incluídas, como sugere Hendrik W. Ohnesorge. Para compreender os esforços dos signatários dos Brics, é fundamental identificarmos a relação entre política externa e interna de cada país. Com a ausência de soluções para as crises que marcaram o início do século XXI, abre-se espaço para uma nova geopolítica e, com isso, a corrida desses países

---

<sup>27</sup> O Brasil no primeiro governo Lula, mesmo com imensos desafios para lidar com a crise Venezuela e as negociações com a ALCA, o Brasil demonstrou que começava a acumular credenciais para ações diplomáticas mais amplas no contexto mundial, se pensarmos que temas complexos que envolvem a Palestina e o Irã. Com estas movimentações, é possível analisar de forma consistente a atuação de um país que quer emanar o seu poder brando no cenário internacional com a tentativa do Brasil em levar resoluções para crises longínquas de forma pacífica, por exemplo. O conselheiro de Lula para assuntos internacionais se chama Marcos Aurélio Garcia, e sua posição, sairá em defesa de um mundo multilateral onde possa destituir os E.U.A e a U.E do seu quadro hegemônico da governança global.

em apresentar soluções para o cenário internacional e nacional. Dessa forma, a condução desses países é focada em demonstrar que estão dispostos a agir para além dos próprios interesses nacionais em prol do bem comum global, incluindo a defesa dos direitos humanos, o desenvolvimento de políticas sustentáveis, o respeito aos direitos internacionais e a legitimação do princípio da autodeterminação dos povos.

Nosso recorte temporal está relacionado com a 61ª Assembleia Geral da ONU, no dia 20 de setembro de 2006, quando os ministros das relações exteriores de ambos países, Sergey Lavrov, da Rússia, e Celso Amorim, brasileiro<sup>28</sup>, iniciaram tratativas para a criação do bloco. A relação entre esses países ficou nítida quanto ao descontentamento em relação à distribuição de poder do FMI, do Banco Mundial e à indisposição do G8 em incluir potências emergentes.

O poder brando tem como instrumentalização o seu poder de persuasão, a partir das ideias emanadas por um determinado país. O cenário, portanto, é a formação dos Brics, espaço no qual ideais são direcionados pelo conjunto de valores das instituições que compõem os países em análise. No que diz respeito aos elementos que compreendemos como tangíveis, o poder duro ou hard power é a coerção baseada nas políticas apoloéticas a intervenções militares e aos embargos econômicos utilizados pelos Estados Unidos no contexto que compreendemos como a História Contemporânea.

É interessante delimitarmos a repercussão dessas ideias que serão destacadas nas mídias digitais, portanto, importantíssimos para a formação das especificidades do imaginário social perante a atuação dos países membros deste agrupamento de países emergentes no desenvolvimento econômico.

O poder brando está diretamente relacionado com a lógica industrial de bens simbólicos da Indústria Cultural, que identificamos no século XIX, o advento da revolução industrial e o surgimento de uma cultura de massa. A consolidação de uma sociedade de consumo fará dos jornais uma ferramenta de comunicação de massas que será representada em diferentes instâncias. A cultura não será vista como instrumento de crítica e conhecimento, mas como um produto a ser consumido pelos leitores dos jornais estudados nesta pesquisa.

---

<sup>28</sup>Eram amigos de longa data desde da atuação de ambos em Nova York como diplomatas no início da década de 1990.

A ideia de parcialidade jornalística ficará explícita nesta pesquisa, ao observarmos como diferentes jornais tratam os mesmos temas, legitimando e influenciando projetos políticos e econômicos. Uma das ideias desta pesquisa foi pensarmos na cultura de massa sendo influenciada pela mídia, alterando efetivamente a compreensão e a atuação do mundo diplomático. A busca por uma padronização de valores e ideias será a concepção do universo que o mundo após Guerra-Fria e hegemonia americana nos deixarão de herança, até o processo de contestação dos signatários dos Brics no cenário internacional.

Dos periódicos da BBC e sua altíssima capilaridade, é possível perceber que entre os anos delimitados (2006 - 2020), os Brics e seus países membros exportaram para o mundo um espectro de países singulares, que foram destacados com o desenvolvimento da pesquisa. Podemos salientar as transformações que ocorreram com o poder brando do Brasil e a sua atuação nas relações internacionais, a partir dos desdobramentos dos governos Lula/Dilma, o enfraquecimento das instituições políticas com o desenrolar do golpe político-institucional de 2016, com Temer empossado como presidente, até a eleição de Bolsonaro em 2018 e as alterações nas práticas institucionais do Brasil e suas consequências.

A atuação de países como a Rússia, que herdou uma grande influência econômica e militar da era soviética, nos contextos geopolíticos internacionais, e a China, como uma potência em ascensão, aumenta a necessidade de compreendermos as características do soft power e do hard power desses países. Isso faz com que a China deflagre uma luta incessante com os valores que são irradiados por países como Estados Unidos e os da União Europeia. Esses valores políticos e culturais influenciam diretamente na construção da imagem que esses países sofreram na internet. Sobre o papel da cultura nas relações internacionais:

Os produtos culturais são recursos que podem, ou não, se converter em soft power. Tudo depende do contexto e, para transformar produtos culturais – sejam eles populares ou sofisticados – em poder de atração, é necessário que esses produtos culturais traduzam valores universais, ou sejam amplamente compartilhados pela comunidade internacional. (Christofolletti, 2017, p. 15).

Nesse sentido, buscaremos identificar quais foram os aspectos culturais e políticos que foram adotados nas esferas nacionais e institucionais dos BRICS e que foram apresentados nos jornais eletrônicos utilizados nesta pesquisa de 2006 a 2020.

No tópico a seguir, vamos nos debruçar na relação entre diplomacia e as políticas culturais para inquirir como a cultura foi utilizada, questionada e reafirmada na construção do soft power de cada país signatário dos Brics para emanar sua coerção perante o mundo no início do século XXI.

## **1.2 O PÊNDULO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NAS DISPUTAS DIPLOMÁTICAS**

Para destacarmos uma tipificação da transformação de produtos culturais em poder brando, devemos lembrar da influência que a cultura tem na preservação dos patrimônios mundiais (Christofoletti, 2017). Essa concepção de que os fatores ligados ao patrimônio cultural são ferramentas de traduções de valores para outros países serviu como fundamentação para compreendermos que a atuação dos países integrantes do Brics na política internacional se utilizou de esforços nas convenções internacionais para evidenciar a preocupação quanto à instituição com as pautas destacadas pela UNESCO para salvaguardar o patrimônio internacional e, com isso, a busca pela inserção dessas práticas institucionais para ter uma melhor representação nas mídias e também nas relações internacionais.

O tempo presente está ancorado em diferentes usos públicos do passado, e suas representações têm sofrido constantes alterações nos consensos que a constituem. O patrimônio consagra-se pela espessura do eurocentrismo e sua capilaridade na consolidação das identidades nacionais. O pêndulo do patrimônio como política cultural, ao se movimentar, se depara com países constituindo sua própria concepção do que deve ser valorizado, apreciado e reconhecido como representação de sua identidade. Por isso, as políticas culturais constantemente serão usadas como reprodução do status quo ou como uma luta contra a história única e hegemônica que se consolidou com o fim da Guerra Fria. Se os Brics emanam uma voz no cenário internacional de contestação do domínio dos países desenvolvidos no poder de decisão na política internacional, é necessário constituir uma história plural onde os povos de diferentes culturas possam pertencer e ser respeitados.

Com a consolidação do grupo no decorrer dos anos, torna-se possível construir uma história mais multifacetada, com espaço para um Brasil além do carnaval e do futebol, uma Rússia além do personalismo de Vladimir Putin, uma Índia para além do hinduísmo e da Yoga, uma China além do Partido Comunista da China e uma África do Sul para além do apartheid e de Mandela.

No site do Ministério da Educação, a Assessoria de Comunicação Social, do portal MEC, destaca que os cinco países integrantes do Brics têm demonstrado o que os governos podem alcançar por meio de investimento político e financeiro contínuo na educação e têm emergido como líderes em níveis mais elevados. Dos países que serão utilizados como referência para este estudo, analisaremos também as políticas adotadas por esses países no plano educacional, como, por exemplo, a inserção de todas as crianças na escola como mecanismo do poder brando, como projeção afirmativa nas relações internacionais.

Na educação fundamental, por exemplo, a Índia está perto de alcançar a meta de ter todas as crianças dentro da escola, enquanto em 1999 abrigava apenas uma em cada cinco crianças. Entre 1990 e 2012, a quantidade de adultos analfabetos na China foi reduzida em 70%. No ensino superior, no período 1999-2012, o número de estudantes aumentou mais de cinco vezes na China, quase triplicou no Brasil e na Índia, mais do que dobrou na África do Sul e aumentou em mais de um terço na Rússia. (Brasil, 2015, p.1)

Destacamos aqui a necessidade de enxergarmos de maneira mais ampla a utilização da produção cultural dos países integrantes dos Brics e sua relação entre o uso das relações internacionais, que, para Guerardi (2006), são os fatores políticos que dão a tônica de promoção e inserção internacional desses países, privilegiando questões culturais e iniciativas que atraem aliados na esfera diplomática.

A manutenção do poder brando em certas instituições ocorre pelas mãos da família e da escola. Nas teorias de Bourdieu (2019) e de Joseph Nye (2019), é possível entender essa junção pelo hábito de constituir concepções de mundo a partir dos filmes introduzidos pelos pais e como certas narrativas, como a do "American way of life", são introduzidas nos núcleos familiares e nos espaços escolares. Em contrapartida, a Lei 10.639 (Brasil, 2003), tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas em sua totalidade. Mesmo que o país enfrente diversas resistências em relação a essa lei, o ensino dessa temática ainda

exige muita vontade política, iniciativas pontuais, campanhas de conscientização e atividades que defendem a cultura afro-brasileira.

O ensino de História no Brasil encontra esse desafio, principalmente pelo viés europeizante que permeia todas as relações brasileiras, desde as mais sutis, como filmes considerados clássicos da TV, até a música, como a própria imagem do Brasil. É muito mais fácil compactuarmos com o estilo de vida americano do que identificarmos de forma nítida as raízes do Brasil.

Se considerarmos o peso que o carnaval tem na cultura brasileira, a disputa de narrativas que corroboram com a ideia dessa lei, o espaço carnavalesco é constantemente disputado entre "Eu quero um país que não está no retrato", comissão de frente da Mangueira (2019), que reivindica por um Brasil que não é mostrado, levantando um debate público sobre os heróis brasileiros já estabelecidos na historiografia: negros e indígenas tiveram um papel fundamental na construção da identidade brasileira, mais do que aparecem na história presente em livros didáticos, obras cinematográficas e literatura em geral, que pertencem aos espaços públicos e privados, representando escolas e o núcleo familiar. O que temos? Temos a certeza de que não são os negros, indígenas, mulheres e não europeus que permeiam a história pública em geral, pela mídia tradicional ou pelos próprios livros didáticos. Para compreendermos a importância dessa discussão, o Brasil é o país mais negro fora do continente africano, com a população negra representando mais de 50% da população total. O racismo está institucionalizado dentro do espaço escolar e familiar, por isso, essa lei é uma potente prática educacional de promoção e superação dessa problemática.

Após destrincharmos este conceito e o seu contexto político, esta pesquisa levantará a hipótese de que as mídias eletrônicas comportam uma importante ferramenta para adquirir as informações que podem estar ligadas à ideia de poder brando e à capacidade coercitiva dos países integrantes dos Brics. A partir do que é destacado nessas mídias, podemos notar a potencialidade dos países envolvidos, bem como o enfraquecimento dos mesmos na perspectiva da aplicabilidade desse conceito tão difundido nos jornais e meios acadêmicos. Ao observarmos minuciosamente a historiografia contemporânea, é perceptível que os estudos relacionados à atuação dos Brics na política internacional ainda são recentes, mas já apresentam resultados significativos. Rodrigo Christofoletti (2017) destaca as características singulares do poder brando, que se apresenta com uma natureza

singular por ser intangível, sendo também difícil de quantificar a capacidade de um país em sua influência coercitiva. O que é amado em um país, em outro pode representar repulsa.

Há uma grande produção acadêmica nas Relações Internacionais que utiliza o conceito de Joseph Nye, o que permite preencher as lacunas na compreensão histórica da diplomacia de países em ascensão econômica no século XXI com o poder persuasivo de suas instituições e como elas atuam nas mídias digitais. No que se diz respeito ao *soft power* e aos seus recursos utilizados nas políticas governamentais, Ohnesorge (2020) destaca alguns indicadores na relação entre o conceito de poder brando e políticas governamentais, nos quais nos debruçamos para embasar nosso estudo:

- (1) os principais componentes e objetivos identificados na estratégia global de um ator<sup>29</sup>, bem como sua legitimidade percebida;
- (2) os meios pelos quais busca alcançar seus objetivos declarados. Assim, a relação geral entre *hard power* e *soft power* na política externa deve ser considerada, pois se há uma baixa frequência no uso da força militar para alcançar os seus objetivos, geralmente aumenta o poder brando de um ator;
- (3) a importância atribuída aos interesses nacionais e também estar disposto a abrir mão de seus interesses em determinados contextos para buscar resoluções de problemas globais.
- (4) Existe o grau de conformidade das políticas selecionadas, obtendo legitimidade e credibilidade pela comunidade internacional, que podem ser consideradas fontes poderosas de poder brando. (Ohnesorge, 2019, p. 71)

No entanto, após destacarmos estes quatro indicadores, o poder brando está interligado com dois recursos: o primeiro são os valores que são emanados por um ator e o segundo são as suas políticas adotadas e absorvidas pela comunidade internacional. O poder brando derivado dos recursos dos valores de um ator pode ser indicado a partir da representação e defesa dos valores dentro das esferas nacionais e internacionais, a sua consistência com o seguimento desses valores expressos na atuação e prática política e o grau de envolvimento em instituições e estruturas

---

<sup>29</sup> A concepção de ator é multifacetada, podendo ser um Estado Nacional, empresa, um indivíduo ou uma ONG. A literatura que debate o conceito *soft power* destaca que a constituição do conceito é reverberada por diferentes instituições, diferenciando da concepção que negava a atuação do que é “não governamental”. A natureza não governamental, é moldada por atores da sociedade civil, como indivíduos, universidades, empresas ou fundações, a cultura pode ser disseminada por meio do comércio, intercâmbios, contatos pessoais, turismo e o patrimônio. Até mesmo a dimensão privada de disseminar a cultura se torna cada vez mais importante, como a internet e os smartphones já apresentados.

multilaterais em contraste com a ação unilateral já destacada aqui, como a invasão do Iraque. O multilateralismo é um ingrediente importante para a consolidação do poder brando de um país, como é defendido pelos Brics em sua consolidação em 2006 como um grupo com voz ativa nas relações multilaterais. Para Nye Jr e Ohnesorge (2020), a principal moeda do poder brando é a atração com base em valores compartilhados, na justiça e no dever dos outros de contribuir para políticas consistentes com esses valores compartilhados e, com isso, consultas multilaterais são mais propensas a gerar mais poder brando do que a mera assertividade unilateral de valores. Essa relação entre valor e política será fundamental para compreendermos as intencionalidades dentro dos bastidores dos que constroem e manejam o soft power.

Os recursos que fundamentam o poder brando são repartidos em três instâncias. A primeira que vamos considerar é a cultura, por entender que seu poder de persuasão faz com que se torne atraente em outras regiões com costumes completamente diferentes. Os valores políticos são o segundo pilar, pois é necessário manter uma boa dose de coerência nas esferas domésticas quanto no exterior. A terceira instância é a política externa, já que dentro das relações internacionais, a diplomacia deve ser enxergada como legítima e possuidora de autoridade moral. São esses três pilares do conceito de Nye que vamos nos debruçar para entendermos os Brics e seus agentes, que são diversos e heterogêneos.

### **1.3 UMA ANÁLISE DOS EMBATES INTERNOS NAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS COMO ONU, FMI E BANCO MUNDIAL**

Uma análise crítica das instituições, como o FMI, o Banco Mundial, torna-se necessária para compreender o papel do NBD (New Development Bank)<sup>30</sup> ou Banco dos Brics nas relações internacionais. A própria ideia de opor-se aos meios tradicionais de acesso ao crédito, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, é interessante para entender as relações de valores e políticas com o poder brando. Paulo Nogueira Batista Jr. (2019), com sua visão crítica sobre o

---

<sup>30</sup> O NBD (New Development Bank), também conhecido como Banco dos BRICS, foi criado em 2014. A declaração formal de estabelecimento ocorreu em 15 de julho de 2014, durante a 6ª Cúpula do BRICS, realizada em Fortaleza, no Brasil. O NBD foi criado pelos países do BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - como uma instituição financeira multilateral com o objetivo de fornecer financiamento para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento.

funcionamento dessas instituições, destaca diversas contradições e seu descontentamento com a distribuição de poder do FMI, Banco Mundial e G8. O caso do Fundo Monetário Internacional (FMI), seu viés neoliberal faz com que ocorra um embate interno entre os países desenvolvidos, que buscam manter o status quo e impor políticas de austeridade fiscal aos países em desenvolvimento, e os países emergentes, que muitas vezes sofrem as consequências dessas políticas, não conseguindo superar os status de "emergentes" ou "em desenvolvimento". É de extrema importância uma maior representação dos países em desenvolvimento no coração do FMI e uma abordagem mais equilibrada em termos de políticas econômicas.

Os estudiosos e críticos sustentam por muito tempo que os Brics se constituíam de forma artificial, sem capacidade de atuarem de forma coordenada no tabuleiro diplomático. As diferenças históricas, culturais, políticas e econômicas entre os integrantes eram a causa dessas críticas. Para Batista Jr. (2019), começa a ocorrer afinidade de pontos de vista entre as cadeiras do Brasil, Rússia e Índia dentro do G-20 e do FMI a partir de 2008 para temas estratégicos. Dentro do FMI, os diretores executivos dos cinco países passaram a se encontrar com muita frequência para coordenar posicionamentos sobre temas relacionados às diretorias e outras iniciativas de interesse entre eles. Cada passo dado dentro da instituição demandava muita preparação e articulação para atender aos interesses de cada país, sendo que "[...] o esforço de articulação é trabalhoso, às vezes penoso, mas produz frutos" (Jr., 2019, p. 256).

A administração do FMI e seus diretores executivos dos países desenvolvidos fazem o que podem para detectar e explorar diferenças de posições entre os BRICS. Uma das maiores dificuldades da organização se dava pela distância geográfica. Os ministros de finanças e presidentes de Banco Central passaram a se encontrar com mais frequência, de duas a três vezes por ano em média. As cúpulas dos Brics ocorriam anualmente com o encontro de todos os chefes de Estado e às margens das cúpulas do G-20. Contra a alegação de Jim O'Neill, a atuação coordenada entre esses países estava acontecendo e ganhando cada vez mais destaque e grandes proporções, como a criação do NBD e sua consolidação. Foi na cúpula do G-20, em 2011, no Cannes, por iniciativa brasileira, que os líderes dos cinco países passaram a se encontrar regularmente duas vezes por ano.

A Organização das Nações Unidas (ONU) não é representativa e seu poder é concentrado nas mãos dos países mais ricos. Há uma tensão entre as potências ocidentais e os países em desenvolvimento, especialmente em questões relacionadas à governança global, com os países desenvolvidos buscando manter sua influência e os países em desenvolvimento buscando maior participação e equidade nas decisões.

Quanto ao Banco Mundial, Nogueira Batista Jr. (2019) também enfatiza a necessidade de reformas na instituição para que ela se torne mais democrática e reflita melhor os interesses dos países em desenvolvimento. Ele critica o papel do Banco Mundial na imposição de políticas de ajuste estrutural que podem ser prejudiciais aos países em desenvolvimento, bem como a falta de transparência em suas operações. Em resumo, o autor argumenta que tanto o FMI, a ONU e o Banco Mundial são palcos de embates internos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, com os países mais ricos frequentemente dominando as decisões e impondo políticas que podem ser desfavoráveis aos países em desenvolvimento. Ele defende uma maior representatividade e uma abordagem mais equitativa nessas instituições.

Os valores compartilhados entre os países signatários dos Brics foram explícitos desde a sua gênese, fazendo com que esse grupo começasse a adotar atitudes na diplomacia na ONU e na OMC, de forma cooperativa. À medida que o diálogo entre os países foi avançando, potencialidades foram se revelando até o início do século XXI, como, por exemplo, a necessidade de se tomar medidas de apoio a países em desenvolvimento que são mais pobres (Celso Amorim, 2013). Nos bastidores da RI, a hipótese de se constituir um G-3+2 (Brasil, África do Sul e Índia mais Rússia e China) viria a se constituir no que conhecemos de fato como BRICS. Esse processo de criação dos BRICS, formado por grandes economias emergentes, foi identificado em 2001 pelo economista Jim O'Neill.

A concepção de os países membros do Ibas contarem com maior capacidade de mediação não se constitui de uma análise simplória, até porque a transição democrática por eles é reconhecida pela comunidade internacional, permitindo, de certa forma, uma distância da arrogância política típica dos ocidentais que se consideram "o lado certo da história", tanto da China quanto da Rússia, que demonstram mais dificuldades com temas que envolvem valores reconhecidos pela

comunidade internacional, como, por exemplo, tudo que está no entorno do que consideramos como os direitos humanos<sup>31</sup>.

Os traços em comum dos Brics são suas dimensões econômicas, geográficas e populacionais. Por esse motivo, todos eles têm capacidade de atuar com autonomia em relação às potências ocidentais. Para Paulo Nogueira Batista Jr. (2019), isso também se aplica à África do Sul pelo seu crescimento. Esse aspecto da autonomia de decisão é crucial para entender que países emergentes e em desenvolvimento, mesmo os que têm o mesmo porte, não contam com essa capacidade, pelo menos não na mesma medida. Em muitos casos, o que podemos notar nas diversas instituições diplomáticas é a relação de dependência e alinhamento aos Estados Unidos ou aos principais países da União Europeia.

Conforme os Brics adquirem capilaridade no cenário internacional, vai ser na prática cotidiana do seu trabalho nas instituições como FMI, no Banco Mundial, no G-20 e nas instituições que vierem a aparecer, que eles mostram aos demais países, particularmente aos outros países em desenvolvimento, por que e para que querem mais influência e poder de decisão. Para os países menores, mais frágeis ou com menor PIB, quais as diferenças que a alternância do poder de decisão seja transferida das potências tradicionais para os Brics? Pode parecer óbvio para os observadores e estudiosos, mas se a diferença não for clara, o soft power dos Brics e sua atuação conjunta serão vistas como mera disputa de poder.

Uma das singularidades do NBD em relação às outras instituições de crédito é a sua distribuição equitativa do capital e do poder de voto, com cada um dos sócios fundadores detendo 20% do total. Das principais instituições financeiras multilaterais, nenhuma apresenta essa característica. No banco dos BRICS, nenhum país desempenha o papel hegemônico que os EUA têm no FMI e no Banco Mundial, ou a

---

<sup>31</sup> Um importante fator para pensarmos na universalidade de valores, é entender que os direitos humanos são uma potente ferramenta do poder brando. Se a política doméstica e a externa não estão de acordo, e a imagem que se exporta de determinados países, pode mudar com o decorrer do tempo, mas países como China e a Rússia, adotaram políticas que não são bem recebidas como a política de controle de natalidade na China ou a perseguição às comunidades LGBTQI+ na Rússia vão constituir certa dificuldade de serem aceitos pela comunidade internacional e na proposição de resolução de crises do tempo presente. No decorrer do recorte temporal que estabelecemos nesta pesquisa, conseguimos avaliar de forma concisa políticas adotadas por chefes de Estado, que vão ser mal recebidas pela comunidade internacional.

China no AIIB<sup>32</sup>, com esses países tendo poder de veto sobre decisões cruciais para os outros países membros.

O Novo Banco de Desenvolvimento adotou a estratégia para o ciclo final do nosso recorte temporal (2017 a 2021), propondo a estimulação de projetos de infraestrutura sustentável, com a alocação de  $\frac{2}{3}$  de seus recursos para essa área e o restante do montante para projetos tradicionais de infraestrutura. Para Massonetto (2018) ao possibilitar o financiamento com o uso de moeda local, reduziu de forma significativa os riscos cambiais, com ênfase em produção de energia limpa, infraestrutura de transportes, irrigação, desenvolvimento urbano sustentável e cooperação econômica entre os membros.

A soberania nacional<sup>33</sup> é um dos focos do NBD, por não impor condicionalidades e nem pretensões de preservar ou reformar as instituições dos países tomadores do crédito cedido pelo banco. As cartilhas impostas por instituições como FMI e Banco Mundial, em muitos momentos, impuseram a partir de requisitos mínimos para aqueles que forem receber crédito, como, por exemplo, a redução de investimento em infraestrutura pelo Estado e a entrega de uma fatia desse investimento para a iniciativa privada ao enfraquecimento dos sindicatos, como ocorreu no Brasil. Se para receber acesso ao crédito é necessário adotar uma agenda neoliberal, estas instituições já demonstram qual sua intenção com os países que os procurarem como instrumento para superação de crises.

O NBD já em seu primeiro ano de operação aprovou os primeiros projetos em todos os países-membros, com investimentos de US\$911 milhões. Até fevereiro de 2018, o Banco contava com 13 projetos aprovados, totalizando US\$2,52 bilhões (tabela 1).

Tabela 1 – Lista de Projetos Aprovados pelo NBD

---

<sup>32</sup>Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura veio como exemplo para entendermos que em instituições financeiras multilaterais, pode acontecer de um país ou um grupo de países ter o controle político e de decisão da instituição, como acontece no banco proposto pela China como alternativa para o FMI.

<sup>33</sup>O Banco divide as suas operações em três tipos: a) projetos com garantia soberana; b) empréstimos sem garantia soberana para instituições financeiras nacionais (controladas por governos); c) transações sem garantia soberana, para o setor privado ou empresas públicas sem garantia de governos. Segundo definição do próprio NBD.

País	Mutuário	Valor	Modalidade	Setor
Brasil	BNDS	US\$ 300 mi	Sem garantia soberana	Energia renovável
Rússia	EDB/IIB	US\$ 100 mi	Sem garantia soberana	Energia renovável
	Governo(Judiciário)	US\$ 460 mi	Com garantia soberana	Infraestrutura social
	Governo(Governo de Bashkortostan)	US\$ 68,8 mi	Com garantia soberana	Infraestrutura de transportes
Índia	Canara Bank	US\$ 250 mi	Com garantia soberana	Energia renovável
	Governo (Governo de Madhya Pradesh)	US\$ 350 mi	Com garantia soberana	Infraestrutura de transportes
	Governo (Governo de Madhya Pradesh)	US\$ 470 mi	Com garantia soberana	Saneamento básico
	Governo (Governo de Rajasthan)	US\$ 345 mi	Com garantia soberana	Irrigação (agricultura)
China	Governo (Shanghai Lingang Hongbo New Energy Development Co. Ltda.)	RMB 525 mi (US\$ 81 mi)	Com garantia soberana	Energia renovável
	Governo (Fujian Investment and Development Group)	RMB 2 bi (US\$ 298 mi)	Com garantia soberana	Energia renovável
	Governo (prjetos em Changsha, Zhuzhou e Xiangtan)	RMB 2 bi (US\$ 300 mi)	Com garantia soberana	Saneamento básico
	Governo (província de Jiangxi)	US\$ 200 mi	Com garantia soberana	Energia
África do Sul	ESKOM	US\$ 180 mi	Com garantia soberana	Energia renovável

Referência: Massonetto (2018).

Mesmo com o Banco aprovando dentro do prazo de seis meses os projetos destacados na tabela anterior e com a captação de mais de RMB 3 bilhões, junto ao mercado de capitais da China, o NBD se deparou com algumas dificuldades operacionais, como os projetos aprovados não terem conseguido desembolsar os recursos para iniciá-los. O desafio para se consolidar como uma instituição viável no cenário internacional é imenso, mas possível. Apesar desta instituição financeira ser recente, ela se caracteriza como um campo fecundo para estudos futuros para compreender como os Brics estão buscando construir a sua agenda regulatória.

A participação das moedas nacionais no comércio da Rússia<sup>34</sup> com os países do Brics aumentou significativamente nos últimos anos, conforme relatado pela chefe do banco central russo, Elvira Nabiullina, à agência de notícias RIA Novosti. Em 2023, essa participação atingiu 85%, em comparação com apenas 26% dois anos antes. Além disso, a participação do Brics no comércio exterior da Rússia dobrou nos últimos dois anos, alcançando 40%. O Brics, originalmente composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, viu sua expansão com a inclusão de Arábia Saudita, Irã, Etiópia, Egito e Emirados Árabes Unidos em janeiro do ano corrente. Atualmente, o grupo representa 35% do PIB mundial em termos de paridade de poder de compra (PPC). A Rússia, na presidência rotativa dos Brics em 2024, está discutindo com os demais membros do bloco a integração de infraestruturas de pagamento nacionais, com 159 instituições de 20 países já conectadas à alternativa russa ao SWIFT, o Sistema de Transmissão de Mensagens Financeiras, ou SPFS. A prioridade para a Rússia neste ano é aumentar os pagamentos em moedas nacionais dentro do bloco.

---

<sup>34</sup> Link de acesso: <<https://horadopovo.com.br/desdolarizacao-avanca-85-do-comercio-russia-brics-ja-e-em-moedas-nacionais/>>

## 2 O LUGAR DA INTERNET NA RELAÇÃO ENTRE PODER BRANDO E BRICS

Analisar a internet como fonte primária implica o reconhecimento de sua influência, inicialmente, na construção do imaginário social em diversos temas, incluindo as possíveis relações entre poder brando e patrimônio cultural. Esta pesquisa encontra-se diretamente associada ao processo de expansão da *internet*, com isso, possibilitou que as pessoas obtivessem informações de maneira ágil, especialmente por meio de seus telefones celulares, uma vez que todas as grandes corporações ligadas à imprensa se adaptaram a esse novo espaço no decorrer do século XXI.

Desde o despertar até o adormecer, os dispositivos móveis nos acompanham, motivo pelo qual os principais meios de comunicação buscam estratégias para nos alcançar. As mídias tradicionais, como jornais impressos, televisão e rádio, ainda desempenham um papel significativo nesse contexto informativo envolvente. Contudo, como ressaltado na introdução e no capítulo I, com o advento da expansão da *internet*, as informações também ampliaram sua abrangência e, sobretudo, sua velocidade de propagação.

Nossa intenção é realizar uma análise teórico-metodológica acerca das fontes disponíveis na *internet*, visando obter embasamento para sua aplicação na construção do conhecimento histórico. Nas últimas décadas do século XX, presenciamos o surgimento de uma nova tipologia de fonte histórica, representada pelas fontes disponíveis na *internet*.

Araújo Sá (2008) foi um dos pioneiros a abordar as fontes oriundas da *internet* no âmbito da História. Ele reconheceu a importância de revisitar a prática histórica diante do advento dessas novas mídias tecnológicas. O encurtamento do tempo e a disseminação das memórias cotidianas estavam provocando eventos e mudanças na percepção do presente (Sá, 2008). Foi possível observar que "a velocidade passou a redefinir o cenário cultural desde o final dos anos oitenta, transformando o sentido do tempo, marcado pelo instantâneo, o imediato, o encurtamento da espera" (Sá, 2008, p.1). O autor destacou a ausência de reflexões metodológicas no campo, apontando a escassez de pesquisas para a negligência de muitos historiadores em relação a esses registros, bem como para as dificuldades de preservação visando acessos futuros.

Acerca do caráter histórico, a tradição pautada em documentos escritos tendo o papel como suporte, levou a presença de poucas dissertações e teses que utilizam fontes digitais como documentação cabível para sustentar um trabalho historiográfico. A necessidade de adaptação dos historiadores perante à tecnologia manifesta a fragilidade em lidar com a nova demanda. Sobre esse ponto, Fábio Chang de Almeida (2011, p. 11) destacou a ideia a seguir:

Para os historiadores que buscam compreender o presente, negligenciar as fontes digitais e a Internet significa fechar os olhos para todo um novo conjunto de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que vêm se desenvolvendo juntamente com o crescimento e popularização da rede mundial de computadores.

Anita Lucchesi (2015) observou que a utilização de fontes da internet na produção de textos históricos ainda é incerta para os historiadores, apesar dos benefícios proporcionados pela rede, como trocas de materiais e textos. Ela destacou que a internet possibilita a produção de textos históricos sem rigor, especialmente por parte do público não especializado. Lucchesi (2015) introduziu a noção de "Historiografia Digital", enfatizando que ela não deve ser vista apenas como uma calculadora de arquivos e documentos, mas como uma rede que traz novos desafios aos historiadores do presente. A autora abordou a questão do apagamento repentino de sites oficiais ou plataformas, levantando a preocupação sobre como recuperar ou acessar *links* citados após a desativação dessas páginas, uma questão que ainda carece de respostas conclusivas por parte dos especialistas em diversas áreas.

Intitulada por Manuel Castells (2005) como a "sociedade em rede", as sociedades contemporâneas, impulsionadas por inovações comunicacionais, como a *internet*, possibilitaram o estabelecimento de uma estrutura social fundamentada na rede digital, através da concepção de que não era a tecnologia que moldava a sociedade, mas sim a sociedade que delineava a sua configuração. As necessidades, valores e interesses sociais são os elementos que conferem significado e modelam a tecnologia. Nesse contexto, ele caracterizou a sociedade em rede da seguinte maneira:

Uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processa e distribui informação a partir de conhecimento

acumulado nos nós dessas redes [...]. É um sistema de nós interligados. (Castells, 2005, p. 20)

As relações nas sociedades em rede são interconectadas e propiciam o estabelecimento de processos colaborativos, reduzindo as produções individuais. As formas de relacionamento, trabalho, produção e até mesmo a vida dos sujeitos sociais passam por alterações significativas. A colaboração é a tendência predominante e a internet exemplifica de maneira notável essa transformação. Indivíduos que se encontram e compartilham experiências digitalmente acabam gerando cada vez mais a partir de uma teia social.

O presente trabalho se concentra em diferentes fontes disponíveis na *internet*. Pela facilidade de uso do computador e a sua possibilidade de acessar os mais variados tipos de textos, esta pesquisa dispôs de todo o seu desenvolvimento a partir dela, com acesso ao conteúdo teórico de forma exclusiva na *internet*. Os trabalhos que tivemos acesso, em sua maioria foram gratuitos e alguns livros comprados para enriquecimento desta dissertação.

Utilizaremos como exemplo a análise da relação entre a imprensa na *internet* e a cobertura de notícias acerca dos BRICS. Esse enfoque permitirá compreender a dinâmica da construção da memória coletiva em relação a esse bloco econômico. A internet, um fenômeno de caráter global, transformou-se em uma poderosa ferramenta de comunicação devido à sua acessibilidade e à ampla cobertura proporcionada por essa tecnologia inovadora. Com apenas um computador conectado à rede, é possível ter acesso a um eficiente instrumento para a troca de informações em nível global (Almeida, 2010). Segundo Lévy<sup>35</sup>, uma característica fundamental da *internet* é a aparente redução das distâncias, modificando a percepção do mundo pelos seus usuários. De certa forma, a *internet* eliminou as barreiras geográficas nas comunicações, permitindo a circulação praticamente instantânea de informações em escala mundial.

## **2.1 - Uma breve análise sobre o desenvolvimento da internet na contemporaneidade**

---

<sup>35</sup> LÉVY, Pierre. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. In: **Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura**. MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da. Porto Alegre: Sulina/EDIPUCRS, 1999-a.

Uma grande manifestação do desenvolvimento da *internet* são suas contradições por apresentar um grande potencial de incentivar e emancipar os seus usuários, porém, de outra forma, devido à sua relação com estruturas resultantes da produção técnica oligárquica, liderada pelos Estados Unidos, podemos ressaltar o seu poder de perpetuar as desigualdades sociais (Silva; Ziviani; Ghezzi, 2019). Um exemplo nítido da importância da *internet* e suas possíveis contradições, foi a pandemia de covid-19 que promoveu a adoção do ensino remoto pelo governo brasileiro e de boa parte do mundo, por meio de transmissões pela TV aberta e aulas online por plataformas de rede. Pela falta de estrutura física e ausência de políticas públicas, muitos estudantes foram prejudicados por não conseguirem acesso à rede. Foi feito um levantamento<sup>36</sup> da organização “Todos Pela Educação” que destacou o aumento de 171% em relação a 2019, antes do surto da covid-19. Foram 244 mil crianças de 6 a 14 anos que estavam fora do sistema educacional brasileiro em 2021.

Neste segundo capítulo, vamos procurar construir argumentos que corroborem para entender o desenvolvimento da *internet*, da sua criação aos dias de hoje. Foi no final da década de 1960, a partir do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, as pesquisas militares e de estratégias que visavam a segurança nacional, que surgiu a *internet* dentro de um contexto de Guerra Fria. Qual o principal objetivo dos EUA em desenvolver pesquisas deste tipo? Era a de criar mecanismos de defesa em caso de ataque dos soviéticos, evitando a vulnerabilidade de informações sensíveis, garantindo assim o sigilo das informações que afetassem a soberania nacional. Desse modo, a rede de computadores Arpanet<sup>37</sup> foi uma resposta do governo ao Sputnik (Burke; Briggs, 2006).

O início da Arpanet (*Advanced Reserch Projects Agency Network*) era restrito, conectando o setor militar dos Estados Unidos com as faculdades e seus centros de pesquisa. A ideia que sustentava este projeto era desenvolver a capacidade de

---

<sup>36</sup>Disponível em: <https://www.uninter.com/noticias/mais-de-3-milhoes-de-alunos-nao-tiveram-acesso-a-internet-durante-a-pandemia> Acesso: 18/10/2023.

<sup>37</sup>“Desse modo, a rede de computadores Arpanet (Silva, 2001) foi criada, em 1969, para que houvesse compartilhamento e descentralização das informações, diminuindo o risco de que estas fossem perdidas e/ou divulgadas em caso de ataque físico ao Pentágono, por exemplo. O sistema de transmissão de dados também permitia que a comunicação entre cientistas e militares se mantivesse em caso de bombardeio. A conjuntura desse momento era regida por um modelo de economia majoritariamente público, por meio do incentivo e do financiamento do governo norte-americano, cuja ênfase primordial era militar e acadêmica.” (Silva; Ziviani; Ghezzi, 2019, p. 12)

sobreviver a danos causados por uma guerra nuclear e a algum risco para a infraestrutura física de comunicação. Enquanto o Pentágono avaliava a Arpanet como uma estrutura de soberania, as universidades enxergavam como uma forma de obter a comunicação livre para a comunidade acadêmica. Em 1975, a rede tinha dois mil usuários (Burke; Briggs, 2006). A partir daí, principalmente na década de 1990, diferentes tipos de tecnologia vão ser integradas e, neste sentido, a rede se diversifica e cresce.

Foi com o lançamento da *World Wide Web* (www ou web), que os dados passaram a ter maior robustez, por serem partilhados em maiores escalas (Oliveira, 2014). A empresa Netcraft<sup>38</sup>, fez um levantamento sistêmico de usuários na rede, e afirmaram que em 1995, eram 19 mil usuários. Em 1997, a *internet* atingiu o número total de sites de um milhão. Em 2000 eram 20 milhões, 2003 eram 40 milhões e em 2008 mais de 158 milhões; em julho de 2010 já se contabilizavam mais de 205 milhões de sites na *internet* (Almeida, 2010).

O conhecimento histórico necessitou se reinventar perante a *internet*, mas é importante entendermos, que foi necessário se adequar às demandas dos jornais impressos, por exemplo. O século XXI de fato foi inundado por informações a partir da *internet*, mas foi assim com o rádio, televisão e telefones. Nucia Oliveira (2014, p.26) expressa:

Não entendo que a internet seja um lugar mais revolucionário do que foram outras mídias, como o rádio, o cinema ou a televisão. Cada um deles, a seu tempo e modo, provocou estranhamentos, mas também suscitou aprendizados e encantamentos. Lembrando o que diz Gilberto Gil em outro trecho da música citada como epígrafe, “o rádio fez pelo avô do menino “internetinho” o mesmo que faz por ele: deixar que descubra o mundo!” Também não compreendo que a internet tenha o poder de substituir todas essas mídias.

O historiador Carlo Ginzburg (2010) em Porto Alegre, participou de uma conferência com o título de “História na era do Google” onde vai destacar os impactos da internet frente a produção de conhecimento. Ferramentas como o Google, não transformam a práxis da leitura, nem a fragmentam; o que ocorre na verdade é a intensidade de informações das quais vamos ter acesso rapidamente (Ginzburg, 2010; Oliveira, 2014). Ginzburg (2010) acrescenta que tais ferramentas sem nossas

---

<sup>38</sup> “July 2010 Web Server Survey”. Disponível em: <<http://news.netcraft.com>>. Acesso: 20/10/2023.

perguntas seriam meras máquinas sem vida, reconhecendo o espaço virtual como um ambiente potencialmente democrático, mas destacando a necessidade do domínio de certos conhecimentos. Dessa forma, levanta-se sobre os historiadores uma reflexão: a forma como lemos e escrevemos na internet não podem ser esquecidos ou menosprezados, são dados históricos que podem ser momentâneos e de certa forma instáveis, ela representa uma significativa fatia do bolo do que construímos como passado, presente e futuro.

A *internet* possibilitou o crescimento do potencial de formação e de distribuição de banco de dados<sup>39</sup>, objetos das novas mídias, como a utilizada nesta pesquisa, os artigos de jornais disponíveis na rede, podem ser compreendidos como bancos de dados estruturados na perspectiva mais simples do que são estas estruturas de armazenamento de dados (Vieira, 2015). De fato, esta possibilidade vai ser interessante para estudiosos de diversas áreas do conhecimento, pela capacidade de formação e da comunicação entre os seus pares, como, por exemplo, no campo historiográfico, tornou-se possível a criação de acervos consideráveis<sup>40</sup> para a construção e a popularização dos seus saberes, à vista disso, a possibilidade de quebrar as barreiras impostas pela distância física (Oliveira, 2014).

Os bancos de dados vão ser considerados como expressão cultural seguindo a análise do historiador da arte Erwin Panofsky, enxergando a perspectiva linear uma demonstração simbólica da era moderna, e colocando esta nova estrutura de armazenamento de informações tão variadas, como uma forma simbólica da era da computação. Tal como o filósofo Jean-François Lyotard, em seu livro “A Condição Pós-Moderna”, denominou-se de “Sociedade computadorizada” (Manovich, 2015, p.8) - uma nova forma de organizar nossas experiências em relação a nós mesmos e ao

---

<sup>39</sup> Na ciência computacional, banco de dados é definido como uma coleção estruturada de dados. Os dados armazenados em um banco de dados são organizados de forma a permitir agilidade na busca e na recuperação por um computador, ou seja, não há nada além de uma simples coleção de itens. (Vieira, 2015, p. 8)

<sup>40</sup> O site da Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, por exemplo, disponibiliza um banco de dados digital em seu site oficial, para obter acesso a diversas dissertações e teses de 2006 até as suas mais recentes publicações, que neste caso, são referentes a dez de outubro de 2023. No próprio navegador é possível classificar as buscas ‘data do documento’, em ‘ordem’ crescente ou decrescente, por ‘páginas’ e por ‘registros’. O acesso ao repositório é possível a partir do link a seguir: <[https://repositorio.ufjf.br/jspui/browse?type=program&value=Programa+de+P%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o+em+Hist%C3%B3ria&sort\\_by=2&order=DESC&rpp=20&etal=0&submit\\_browse=Atualizar](https://repositorio.ufjf.br/jspui/browse?type=program&value=Programa+de+P%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o+em+Hist%C3%B3ria&sort_by=2&order=DESC&rpp=20&etal=0&submit_browse=Atualizar)>

mundo. Por conseguinte, o cenário pós-morte de Deus (Nietzsche), o declínio das Grandes Narrativas do Iluminismo (Lyotard) e a ascensão da Web (Tim Berners-Lee), o mundo se apresenta com uma vasta e desestruturada coleção de imagens, textos e outros registros de dados. Nesse contexto, é possível considerarmos a modelagem do mundo como um banco de dados é igualmente relevante que busquemos desenvolver uma inspiração, uma forma de analisarmos a relação da escrita historiográfica com os bancos de dados nos tempos da computação (Manovich, 2015).

O surgimento da *internet* provocou significativa alteração na forma de lidar com as informações e a sua disponibilização, sem eliminar a relevância da cultura escrita e da imprensa em nossa sociedade. Na escrita do tópico a seguir, vamos dedicar um subcapítulo sobre a História Digital.

## **2.2 Horizontes Digitais: Debates e Novas Conclusões na História Digital**

A compreensão dos percursos delineados por Anita Lucchesi (2015) revela-se crucial para a concepção e desenvolvimento da Historiografia Digital no contexto brasileiro. A análise desses caminhos permite uma apreciação mais aprofundada do trabalho pioneiro realizado pela historiadora, proporcionando uma compreensão mais significativa da interação entre a disciplina histórica e a internet. O diálogo e embate de duas tendências historiográficas vão ser destacadas por Lucchesi no que cabe a compreensão do campo historiográfico Digital (Oliveira, 2014, p. 31). A primeira é a vertente italiana, chamada de Storiografia Digitale, a segunda é a americana Digital History; mesmo que sendo da mesma tendência, são distintas entre si.

O surgimento da chamada *Digital History* pode ser identificado na década de 1990, na universidade de George Mason, novos projetos vão ser elaborados a partir de novas mídias. Veio deste novo espaço de pesquisa que a informática e suas tecnologias, buscavam democratizar o acesso, a manipulação de conteúdos históricos disponíveis na *internet* e formas de preservar o passado. Um dos projetos<sup>41</sup> elaborados no Center For History and New Media (CHNM), coordenado por Daniel Cohen e Roy Rosenzweig, no ano de 2005, foi um ótimo guia para o trabalho de professores e estudantes de história. O projeto disponível no website, propôs um guia

---

<sup>41</sup> O projeto “Digital History: A Guide to Gathering, Preserving and Presenting the Past on the Web” está disponível no *link* a seguir: <<http://chnm.gmu.edu/digitalhistory/>>

com listas para constituição de produção do que chamamos de História Digital, ou como Cohen e Rosenzweig (2005) apresentam o “trabalho histórico online”, oferecendo questões relacionadas à produção de um projeto, como alcançar o público leitor, direitos autorais, técnicas de interatividade, digitalização de material e como fazer a continuidade do material disponibilizado na *internet* se manter na rede em caso de alterações técnicas da rede mundial de computadores (Oliveira, 2014) .

O advento da Digital History, também conhecida como História Digital, teve seu início na década de 1990, particularmente na Universidade de George Mason. Nesse contexto, novos projetos começaram a ser concebidos, utilizando as potencialidades das novas mídias. A partir desse novo domínio de pesquisa, a informática e suas tecnologias emergiram com o objetivo de democratizar o acesso, possibilitando a manipulação de conteúdos históricos disponíveis na *internet* e desenvolvendo meios para preservar o passado.

Um notável exemplo desse movimento foi o projeto realizado no Center for History and New Media (CHNM), sob a coordenação de Daniel Cohen e Roy Rosenzweig, no ano de 2005. Este projeto, disponibilizado em seu site, propôs um guia abrangente para orientar professores e estudantes de história. O guia aborda questões pertinentes à constituição da História Digital, também referida por Cohen e Rosenzweig (2005) como "trabalho histórico online". O material oferece diretrizes relacionadas à produção de projetos, incluindo estratégias para atingir o público leitor, considerações sobre direitos autorais, técnicas de interatividade, digitalização de materiais e abordagens para manter a continuidade do conteúdo online diante de eventuais alterações técnicas na rede mundial de computadores (Oliveira, 2014).

As bases estabelecidas pelo professor Rolando Minutti (2001) configuram o que é conhecido como Storiografia Digitale italiana, conforme descrito em sua obra "Internet e il mestiere di storico - Riflessioni sulle incertezze di una mutazione". Nessa publicação, Minutti aborda as avaliações relativas às possibilidades e incertezas enfrentadas pelos historiadores diante da emergência da internet e suas transformações. Na literatura italiana, essas obras não apresentam conclusões definitivas, dada a sua natureza altamente reflexiva sobre a interseção entre história e internet. Contudo, destacam-se aspectos significativos relacionados à denominada "revolução digital" (Lucchesi, 2013).

As exigências impostas aos historiadores nesse contexto visam ressaltar a importância de reflexões sobre as tecnologias e a experimentação criativa com elas

(Dantas, 2008). A análise dessas duas correntes historiográficas revela um interesse comum na busca por novas abordagens na escrita da história, utilizando a internet como ferramenta e fonte de estudo. Esse movimento como o surgimento de um novo campo de estudo, uma nova área de conhecimento no âmbito da História, tornando a relação com a internet um "novo problema" para a disciplina (Oliveira, 2014).

O historiador francês Noiret (apud Lucchesi, 2013), membro do grupo italiano, conceitua os estudos de "História online" como trabalhos científicos que utilizam a internet para disseminação e se baseiam no hipertexto<sup>42</sup> para reelaborar a escrita historiográfica, frequentemente incorporando fontes e elementos consultados durante a pesquisa. Essa conceituação, quando aplicada à historiografia digital, destaca a possibilidade de difundir pesquisas científicas e promover a incorporação de fontes de trabalho produzidas na internet.

As possíveis conclusões acerca da interseção entre internet e História são abundantes. No entanto, neste subcapítulo, destaca-se que os historiadores, por meio da internet, têm acesso a fontes que são rapidamente construídas e reconstruídas (Oliveira, 2014). Enfrentamos a dinâmica de informações em constante transformação, a instabilidade dos conteúdos armazenados na rede, conferindo à investigação da história digital um caráter singular e fascinante. Por outro lado, fica evidente a complexidade inerente à compreensão do processo de construção de discursos históricos, representando um desafio significativo, conforme ressaltado por Ginzburg (2010), cujo ponto de partida, como sugere, frequentemente reside em uma pergunta inicial.

### **2.3 Perspectivas sobre o BRICS na Cobertura Midiática**

A caracterização deste capítulo será delineada mediante a análise integrada entre soft power, Brics e imprensa, alinhada às normas desta pesquisa historiográfica. Os periódicos empregados nesta investigação encontram-se integralmente disponíveis na internet, abrangendo um intervalo temporal pré-definido de vinte anos (2001 a 2021). Após a seleção criteriosa dos jornais com maior abrangência em cada país membro do bloco econômico, bem como a inclusão de um jornal não vinculado a

---

<sup>42</sup>Hipertexto é o que encontramos disponível pelas redes de computadores, compostos por nós e conexões, que podem ser acessados aleatoriamente desde qualquer máquina (computador, celulares etc) e por qualquer usuário, em qualquer lugar do mundo e simultaneamente.

esse bloco, realizou-se uma análise quantitativa robusta, visando identificar as principais ocorrências relacionadas ao conceito de poder brando dos BRICS, a partir dos artigos veiculados na rede mundial de computadores.

A acessibilidade proporcionada pela conectividade à *internet*, a gratuidade na obtenção dos artigos e a facilidade na caracterização dos conceitos Brics nos jornais respectivos viabilizaram a condução rigorosa desta pesquisa. O advento de novas mídias, como a utilizada neste estudo, propiciou a problematização e utilização eficaz na geração de conhecimento a partir dos artigos de jornais disponíveis nesses sites (Cezarinho, 2018).

O processo de preservação das fontes digitais está condicionado a diversos fatores, notadamente a interseção entre economia e técnicas de preservação dessas fontes. A tentativa de estabelecer um monopólio documental pode comprometer o futuro do passado, dado que tais iniciativas muitas vezes se restringem a empresas privadas, a exemplo do serviço de hospedagem da Google e da Microsoft, que disponibiliza o armazenamento dos documentos online (Sá apud Cezarinho, 2008).

A dinâmica desta pesquisa foi avaliar cada país tanto no âmbito nacional quanto na esfera internacional, entrelaçando com os conceitos nos artigos disponibilizados na *internet*, contudo, o conceito de poder brando emprega estratégias persuasivas em vez de coercitivas. Como já foi destacado no primeiro capítulo, os recursos utilizados por ele, que incluem elementos culturais como a diplomacia, música, cinema, religião, moda e esporte, contribuem para uma percepção ampliada do país. Diante disso, considerando o *soft power* como componente na formação da identidade nacional e a escassez de conteúdo brasileiro relevante para o estudo, sugere-se que as notícias selecionadas nos jornais fornecem uma base rica para análise, destacando a confluência entre História e relações internacionais, tendo a imprensa como fonte para construção desta dissertação.

Os resultados deste estudo foram derivados de uma análise de vinte anos (2001-2021) dos arquivos de jornais de grande circulação, incluindo, na esfera nacional, a Folha de S. Paulo, além dos principais jornais de cada país membro dos Brics e da BBC. Todos os jornais foram acessados gratuitamente pela internet. Para contextualização inicial, os jornais oferecem recursos avançados de pesquisa nos quais é possível inserir palavras-chave específicas, como "BRICS", e visualizar as ocorrências ao longo do tempo. É importante ressaltar que foram selecionados exclusivamente materiais que mencionam diretamente o termo "BRICS" e suas

conexões com conceitos como " poder brando ", "diplomacia cultural", "relações internacionais" ou "patrimônio cultural", dadas as restrições temporais e a amplitude do estudo de mestrado.

De forma geral, foram mais de 11 mil reportagens, todas disponibilizadas na *internet*, reafirmando a dimensão que a rede mundial de computadores adquiriu no decorrer do século XXI e o desafio do historiador frente a essa imensidão de informações.

As classificações dos artigos foram divididas em política, economia e cultura, o que permitiu a avaliação de 11.638 artigos publicados nos seguintes jornais: 1) Folha de S. Paulo; 2) Izvestia; 3) The Times of India; 4) Global Times; 5) The Times Live; 6) BBC;<sup>43</sup>.

As buscas nos mecanismos de pesquisa dos respectivos sites revelaram uma diferença significativa no número de artigos publicados, especialmente quando os dois conceitos foram pesquisados juntos no mesmo texto do artigo disponível. As palavras "soft power" e "Brics" tiveram menor aparição nos mecanismos de pesquisa dos jornais.

Tabela 2 – Aparição de Brics nos mecanismos de buscas

Brics	Política	Economia	Cultura	Total
Folha de S. Paulo	1850	1295	400	3545
Izvestia	212	156	88	456
The Times of India	1123	1080	588	2791
Global Times	1033	856	315	2204
The Times Live	1450	529	254	2233
BBC	156	128	65	349

Fonte: de autoria própria (2023).

As tabelas 2 e 3 foram importantes para reafirmamos que a cultura não está no epicentro dos debates que envolvem Brics, mas que a Política Cultural existe neste contexto e, portanto, é uma área que podemos fazer diferentes questionamentos para aprofundar o debate sobre programas de cooperação cultural entre os países membros.

<sup>43</sup> Os jornais de 1 a 5 representam os jornais dos BRICS e a BBC como jornal de fora do grupo, para avaliarmos como se configuram as publicações relativas a eles, e se mantem o comportamento de uma menor quantidade de publicações envolvendo cultura.

Na tabela 2 é possível afirmar que aproximadamente 14,68% dos artigos são classificados como cultura, e isso, demonstra como o debate envolvendo questões econômicas e políticas<sup>44</sup> estão no epicentro da imprensa. Já a tabela a seguir apresenta algumas características diferentes, ao demonstrar similaridades na tabela dois, com a diferença de que “poder brando” e “Brics” aparecem em poucos artigos quando pesquisamos nas ferramentas de pesquisa.

Tabela 3 – Brics e soft power nos mecanismos de busca

Brics e soft power	Política	Economia	Cultura	Total
Folha de S. Paulo	15	11	2	28
Izvestia	-	-	-	-
The Times of India	7	4	3	13
Global Times	-	-	-	-
The Times Live	328	285	111	724
BBC	156	112	51	319

Fonte: de autoria própria (2023).

O mecanismo de busca do jornal Izvestia (Rússia) e Global Times (China) não apresentaram resultados para o conjunto de palavras, o que possibilitou apenas a busca pelos conceitos de forma separada, não interessando para esta pesquisa. Este problema na forma de busca, é uma das limitações que tivemos por questões técnicas do próprio site que não disponibilizou uma tecnologia que identificasse a ligação entre os dois conceitos nos artigos disponíveis em seu site.

No próximo subtópico, realizaremos uma análise cuidadosa dos jornais e artigos selecionados, visando compreender a forma como as informações são apresentadas e interpretadas. Ao examinar a estrutura e o conteúdo dos jornais escolhidos, buscaremos identificar padrões editoriais, viés político e tendências na cobertura de temas relacionados aos Brics e cultura. Além disso, exploraremos a maneira como os artigos são elaborados, considerando a argumentação, o embasamento em fontes e a persuasão utilizada para transmitir ideias e opiniões. Esta

<sup>44</sup> Política: 50,02%; Economia: 34,74%:

análise crítica nos permitirá uma visão mais abrangente e aprofundada do panorama midiático atual.

### **2.2.1 Folha de S. Paulo**

O jornal escolhido para o Brasil foi a Folha de S. Paulo, comumente referida como apenas Folha, é um dos principais jornais brasileiros e um dos mais antigos em circulação no país. Fundado em 1921, tem sua sede na cidade de São Paulo e é reconhecido por sua cobertura jornalística abrangente e análises profundas sobre política, economia, cultura e outros assuntos de interesse nacional e internacional.

A Folha de S. Paulo tem uma história marcada por momentos importantes do jornalismo brasileiro e é conhecida por sua postura editorial independente e crítica, além de seu compromisso com a liberdade de imprensa.

Ao longo dos anos, o jornal expandiu sua presença para o meio digital, com os primeiros artigos sobre os Brics, em 6 de novembro de 2003, mantendo uma forte presença online com seu site e mídias sociais.

Além da cobertura diária de notícias, a Folha é conhecida por seu jornalismo investigativo, análises políticas e editoriais que frequentemente geram debates e reflexões na sociedade brasileira. Com uma equipe de jornalistas experientes e uma abordagem editorial diversificada, a Folha de S.Paulo continua a desempenhar um papel importante no cenário midiático e político do Brasil.

O primeiro artigo a aparecer no mecanismo de busca da Folha de S. Paulo é referente a 6 de novembro de 2003 com o título de “Brasil tem potencial para ser a quinta maior economia do mundo, diz estudo”<sup>45</sup> onde o banco de investimentos Goldman Sachs aponta reformas estruturais essenciais para os então Bric se garantirem como uma potência econômica. O primeiro que traz a temática cultural na imprensa brasileira ocorre em 18 de julho de 2004, com a entrevista de Jim O’Neill por Leonardo Souza, apresentando a superação da economia alemã pela brasileira em 2036, a China ultrapassará os Estados Unidos em 2041 e a Índia superando o Japão em 2032. Para ele, no período deste artigo o Bric integrará o G6 e vão mudar as relações de poder e comércio existentes no globo. O presente artigo destaca a necessidade da China em aumentar a importância da cultura de consumo, melhorar a

---

<sup>45</sup>Link de acesso: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u25772.shtml>>

qualidade do sistema financeiro, com reformas estruturais e fazer algum tipo de transição política.

O próximo artigo, vai destacar uma relação entre cultura, economia e política interessante para a presente pesquisa. Em 2008, o colunista Nelson de Sá<sup>46</sup> vai relacionar a produção do etanol brasileiro e os dados considerados “impactantes” sobre o impacto ambiental para sua produção ser menor do que o petróleo. Citou as condições similares à escravidão nos canaviais brasileiros, com a condenação da Anistia Internacional do trabalho degradante nas plantações de cana no país. O presente artigo visa explorar a relação entre cultura, economia e política, que se destaca relevante para a pesquisa em questão. Em 2008, o renomado colunista Nelson de Sá estabeleceu uma conexão entre a produção de etanol no Brasil e dados considerados "impactantes" acerca de seu menor impacto ambiental em comparação com o petróleo. O autor destacou as condições de trabalho semelhantes à escravidão presentes nas plantações de cana-de-açúcar brasileiras, resultando na condenação da Anistia Internacional por práticas de trabalho degradante neste setor do país.

O texto ressalta a apreciação do jornal "Miami Herald", sediado na Flórida, em relação à missão de paz brasileira liderada pelo Brasil no Haiti, culminando na Parada LGBTQ+ em São Paulo e sua correlação com eventos semelhantes ocorridos na Rússia no ano anterior. Este artigo desempenha um papel significativo ao analisar a interseção entre o soft power e os Brics, ao relacionar a produção de etanol, a missão de paz brasileira no Haiti e o "Orgulho do Brasil" com a Parada LGBTQ+. Ele destaca como o Brasil procura persuadir globalmente sua imagem como nação comprometida com o meio ambiente, a paz e os direitos humanos. No entanto, o artigo também revela contradições, como a exploração laboral em indústrias verdes e a violência enfrentada pela comunidade LGBTQ+ tanto no Brasil quanto na Rússia.

A análise do próximo artigo receberá o título de “Apenas bons amigos” e é referente a 21 de setembro de 2008, com redação de Ernane Guimarães Neto<sup>47</sup>. Em entrevista com o economista João Paulo Reis Velloso, ex-ministro do Planejamento, aborda o futuro próximo da China e da Índia em 2050, preferindo focar em um horizonte mais imediato. Ele sugere que, nos próximos vinte anos, o crescimento econômico da China e da Índia não resultará necessariamente em um aumento

---

<sup>46</sup>Link de acesso: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2905200827.htm>>

<sup>47</sup>Link de acesso: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2109200806.htm>>

significativo de sua projeção geopolítica, devido a questões relacionadas à liderança chinesa e à superestimação do potencial indiano. Velloso destaca o potencial do Brasil como um terceiro centro de tecnologia da informação, sendo que Europa e EUA buscam alternativas nesse setor. A Folha de S. Paulo perguntou para o economista se esses países membros do então Bric vão estar mais ocidentalizados ou nós é que estaremos mais orientalizados? Para ele, há uma mudança do centro geoeconômico para a Ásia, possivelmente também do centro geopolítico, sem necessariamente ocorrer uma ocidentalização. Os países asiáticos desejam preservar seus valores, apesar de haver uma influência em menor escala do Ocidente, que por sua vez mantém um "complexo de superioridade". Entretanto, o consumismo está presente, evidenciado pelo padrão de consumo semelhante ao do Brasil, Europa e EUA, especialmente observado no Japão e em algumas regiões costeiras da China, onde o consumo de produtos traz consigo aspectos culturais. Com isso, é possível identificar os aspectos culturais como uma moeda fundamental para o desenvolvimento destes países, colocando a cultura como moeda para alavancar a economia.

O artigo selecionado para finalizar a análise da Folha de S. Paulo será o de Candido Mendes<sup>48</sup>, com o título de "O país de Obama e a América de Lula", vai apresentar a campanha eleitoral americana destaca a falta de importância dada à América Latina pelos candidatos. McCain cometeu uma gafe ao referir-se ao primeiro-ministro Zapatero como político latino-americano, enquanto Obama não mencionou a fronteira com o México em seu discurso sobre a abolição de muros. A ascensão política dos Brics, especialmente do Brasil, contrasta com a negligência dos EUA em relação à região. A Unasul, proposta pelo Brasil, pode representar um esforço final para a América Latina pensar globalmente. A Conferência de Mérida evidenciou a mudança de liderança na região, com líderes como Morales e Correa rompendo com elites dominantes e buscando uma distribuição equitativa de renda. O Brasil, com sua estabilidade democrática, destaca-se entre os Brics. Para um futuro governo Obama, entender o Brasil de Lula é fundamental para compreender a América Latina.

### **2.2.2 Izvestia**

---

<sup>48</sup> Link de acesso: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2310200809.htm>>

O Izvestia foi um dos principais jornais da União Soviética. Fundado em 1917, desempenhou um papel crucial na divulgação das políticas do governo comunista e na disseminação de informações para o público soviético. Seu nome, "Izvestia", significa "Notícias" em russo.

Durante o período soviético, o Izvestia era controlado pelo Partido Comunista e servia como um órgão oficial de divulgação das políticas do governo. Após o colapso da União Soviética em 1991, o jornal passou por mudanças significativas, incluindo a privatização e uma tentativa de modernização para se adaptar às novas realidades políticas e sociais da Rússia pós-soviética.

Embora tenha mantido sua presença como um dos principais jornais russos, o Izvestia enfrentou desafios em sua transição para uma economia de mercado e em um ambiente midiático mais diversificado. Hoje, o jornal continua a operar como um jornal diário em Moscou, abordando uma variedade de questões políticas, econômicas e sociais na Rússia e no mundo, mas sua influência e alcance podem ter diminuído em comparação com seus dias de glória durante a era soviética.

Dos 456 artigos disponíveis em seu site, 88 abordaram a cultura com ênfase e passaram pela análise criteriosa do conteúdo. O Izvestia está disponível de forma gratuita e na língua russa, porém, os navegadores possibilitam fazer a tradução do conteúdo para o português. O foco de análise desta pesquisa foi analisar qualitativamente o material e destacar os que foram considerados importantes para o trabalho.

O primeiro registro do acrônimo disponível no site é referente à 16 de agosto de 2011, redigido por Maria Sarycheva com o tema político e econômico, correlacionando os países emergentes como motores de crescimento econômico. Para a autora, quando a confiança nas economias fortes do mundo diminui, as atenções se voltam aos países em desenvolvimento, como o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), em busca de crescimento econômico durante os períodos de crise. Contudo, a expectativa de que esses países possam liderar a recuperação econômica global é frequentemente decepcionada, como evidenciado pela recente queda nos mercados bolsistas dos países do BRICS. Apesar das esperanças renovadas em mercados emergentes, os investidores permanecem céticos quanto ao seu potencial de liderança econômica, especialmente diante da interdependência global e da falta de desenvolvimento financeiro em muitos desses países. Embora alguns analistas acreditem que os países em desenvolvimento ainda possuem um

potencial subestimado, a crise atual revela uma busca por alternativas de investimento, indicando uma mudança na dinâmica econômica global, onde os investidores procuram diversificar seus portfólios além do dólar e das obrigações americanas<sup>49</sup>.

Com a temática de cultura, foi em 24 de outubro de 2012 que identificamos uma publicação com ênfase neste eixo da nossa pesquisa. Autoridades chinesas alocaram cerca de 107 milhões de dólares para a criação do "Parque Mo Yan" no condado de Gaomi, terra natal do ganhador do Nobel. Inspirado no filme "Red Kaoliang", baseado na obra do autor, o parque abrange aproximadamente 650 hectares dedicados ao cultivo de kaoliang, mesmo que os agricultores locais tenham abandonado esse cereal devido à falta de rentabilidade. O projeto também prevê a reconstrução da casa onde Mo Yan viveu com seu pai, agora parte do parque, embora relatos sugerem que o autor tenha negado a reconstrução para atrair turistas. Além disso, Gaomi já possui um museu dedicado a Mo Yan, que será expandido para ocupar quatro andares de uma casa próxima à escola local, exibindo mais de 5 mil livros doados pelo escritor, além de materiais tradicionais sobre sua vida e obra<sup>50</sup>.

O seguinte artigo vai ser um relevante para compreendermos a atuação dos Brics de forma conjunta nos aspectos culturais. Com o título de "Bollywood chega a Hollywood"<sup>51</sup> o artigo escrito por Kirill Razlogov (2016), vai apresentar o 1º Festival Internacional de Cinema dos países BRICS, e o que foi decidido durante a cúpula do grupo no ano anterior em Ufa, visa criar uma alternativa ao modelo ocidental de festivais cinematográficos. A iniciativa, impulsionada pelo presidente russo e pelo primeiro-ministro indiano, busca rivalizar com eventos como o Festival de Cinema de Veneza, destacando a competição entre Bollywood e Hollywood. Além disso, o festival revive a tradição de submeter filmes para exibição competitiva pelos estados participantes. O evento incluiu filmes de diversos temas e estilos, com destaque para "Thithi" e atuação de Yulia Peresild. O próximo BRICS Film Festival será realizado em Chongdu, China. Para Razlogov (2016). Ao revisar os programas de outros países antes do festival, percebi que a seleção não foi baseada apenas em critérios artísticos, mas também visava apresentar a diversidade temática e estética do cinema de cada nação. A programação incluiu desde representações refinadas e irônicas da vida rural

---

<sup>49</sup>Link de acesso: <<https://iz.ru/news/497426>>.

<sup>50</sup>Link de acesso: <<https://iz.ru/news/538335>>.

<sup>51</sup>Link de acesso: <<https://iz.ru/news/631358>>.

até filmes de grande sucesso de bilheteria, refletindo o amplo espectro da arte cinematográfica. Um exemplo notável foi "Bajirao Mastani", um melodrama épico que explora conflitos vitais entre culturas e crenças, ressoando globalmente. O impacto desses filmes foi tão significativo que um acordo foi estabelecido para incluir um programa sobre as regiões da Índia no próximo Festival de Cinema de Moscovo.

Outro estudo de caso importante que usaremos será a primeira aparição da atriz Lucelia Santos, que protagonizou a série "Escrava Isaura", em Moscou numa conferência de imprensa em 24 de dezembro de 2018. A atriz foi para Rússia para apoiar a iniciativa da mídia russa TV BRICS de criar uma redação internacional unificada para os países do Brics. A série brasileira foi lançada em 1976, na União Soviética, a estreia de "Slave Izura" ocorreu na televisão central em 16 de outubro de 1988<sup>52</sup>.

Para finalizar as análises dos artigos pertinentes da imprensa Russa, outra atuação intra-brics possível de ser destacado foi a possibilidade de lançar uma plataforma online para concorrer com a Netflix<sup>53</sup>, após a aquisição dos direitos autorais da série Russa "Better Than People" e a sua proibição de ser exibida na Rússia e China. Essa discussão contou com Osmar Terra, representando o Brasil como Ministro de Assuntos da Sociedade Civil do Brasil e representantes do Ministério da Cultura da República Popular da China e do maior produtor chinês de conteúdo audiovisual, o China Media Group. Este serviço de streaming poderá ser utilizado por cineastas dos Brics que procuram financiamento para suas obras e plataformas para sua apresentação. As autoridades brasileiras também sugeriram que o NBD pudesse fornecer fundos para este projeto.

### **2.2.3 The Times of India**

O The Times of India é um dos jornais mais antigos e influentes da Índia. Fundado em 1838, o jornal tem sede em Mumbai e é conhecido por sua cobertura abrangente de notícias locais, nacionais e internacionais.

O jornal desempenha um papel significativo na formação da opinião pública na Índia e é reconhecido por sua qualidade jornalística e reportagens investigativas. Além

---

<sup>52</sup>Link de acesso: <<https://iz.ru/827192/2018-12-24/rabynia-izaura-vpervye-priekhala-v-rossiiu>>

<sup>53</sup>Link de acesso: <<https://iz.ru/935608/2019-10-24/strany-briks-mogut-sozdat-sobstvennuuialternativu-netflix>>

de sua versão impressa, o The Times of India mantém uma forte presença online, alcançando um amplo público em todo o país e no exterior.

Com seções dedicadas à política, economia, cultura, esportes e entretenimento, o The Times of India aborda uma variedade de temas e questões importantes para a sociedade indiana. Sua influência e reputação o tornam uma fonte confiável de informações para milhões de leitores em toda a Índia e além.

O primeiro artigo que aborda o Brics é referente a 3 de novembro de 2003 com o título de “Goldman Sachs como Goldman Sachs?”<sup>54</sup> onde aborda o estudo recente realizado por economistas da Goldman Sachs, em Nova York, sobre a crescente importância dos países BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China - atraiu atenção global. O vice-primeiro-ministro indiano fez um trocadilho com o nome da empresa, referindo-se ao relatório como "Goldman Sach". O relatório sugere que a Índia poderá se tornar a terceira maior economia do mundo até 2050, embora sua posição atual seja a quarta, logo atrás do Japão. A Índia já ultrapassou o Japão em termos de PIB medido pela paridade do poder de compra (PPC), mas ainda está atrás em termos de taxas de câmbio do mercado. A análise da Goldman Sachs destaca as mudanças demográficas e seu impacto no crescimento econômico, projetando um crescimento consistente entre 5 e 6 por cento ao ano para a Índia nas próximas cinco décadas, apesar das incertezas sobre o declínio do crescimento na China a partir de 2010.

O próximo artigo<sup>55</sup> avaliado é de 26 de dezembro de 2009 com o título traduzido do inglês “Caminho para a prosperidade”, o autor Abheek Barua apresentou o surgimento da Índia como uma potência econômica global nas últimas décadas foi marcado por uma série de transformações significativas. Inicialmente identificada como parte do acrônimo 'BRIC' - composto por Brasil, Rússia, Índia e China - por economistas do banco de investimento Goldman Sachs em 2001, a Índia experimentou um período de reestruturação econômica após a liberalização de seus mercados em 1991. Essa liberalização marcou uma mudança fundamental, resultando em uma queda drástica nas tarifas de importação e na abertura dos mercados indianos para competidores globais.

---

<sup>54</sup>Link de acesso: <<https://timesofindia.indiatimes.com/business/india-business/goldman-sachs-as-goldman-sach/articleshow/263734.cms>>

<sup>55</sup> Link de acesso: <<https://timesofindia.indiatimes.com/business/india-business/paths-to-prosperity/articleshow/5379699.cms>>

No entanto, a transição não foi isenta de desafios. Empresas indianas tiveram que se adaptar a um ambiente competitivo, abandonando a segurança dos mercados protegidos e enfrentando concorrentes desconhecidos em um novo campo de batalha comercial. A liberalização também expôs os consumidores indianos a flutuações nos mercados financeiros e mudanças comportamentais, como o aumento do endividamento para gastos pessoais.

Ao longo dos anos 2000, a Índia experimentou um crescimento econômico substancial, impulsionado pela indústria de TI, o florescimento do setor de serviços de TI e a democratização do acesso à tecnologia, especialmente a telefonia celular. No entanto, o país enfrentou desafios significativos, incluindo questões de desigualdade social, infraestrutura precária e falta de recursos críticos.

A crise financeira global de 2008 teve um impacto significativo na Índia, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais cautelosa e regulamentada para o crescimento econômico. A década de 2010 trouxe consigo uma ênfase renovada na inclusão social e na criação de um ambiente empresarial mais favorável, refletido em iniciativas como o Sistema Nacional de Garantia de Emprego.

Olhando para o futuro, a Índia enfrenta o desafio de equilibrar o crescimento econômico com a estabilidade social e a sustentabilidade ambiental. Aprofundar os mercados financeiros, melhorar a infraestrutura e fortalecer as relações internacionais são vistos como passos cruciais para garantir o crescimento sustentado e inclusivo nos próximos anos.

O próximo artigo<sup>56</sup> com o título traduzido “A Índia está pronta para aceitar gays?” de 28 de junho de 2009, o autor discute a questão da criminalização da homossexualidade em vários países, com um foco particular na situação na Índia. Apesar de muitos países terem descriminalizado a homossexualidade, a Índia mantém leis arcaicas que punem tal comportamento, colocando-a em desacordo com uma tendência global em direção à aceitação e legalização da diversidade sexual.

Países como China, Brasil e Rússia já revogaram suas leis anti-homossexuais, enquanto a Índia continua a manter tais leis, tornando-se uma exceção dentro do grupo BRIC. Além disso, no contexto do Sul da Ásia, países como Nepal têm adotado políticas mais inclusivas em relação à comunidade LGBT.

---

<sup>56</sup> Link de acesso: <<https://timesofindia.indiatimes.com/india/is-india-ready-to-accept-gays/articleshow/4711224.cms>>

O texto também destaca a mudança de postura dos Estados Unidos sob a administração Obama, que reverteu sua posição anterior e passou a apoiar a descriminalização da homossexualidade em nível internacional. Esta mudança reflete uma tendência global em direção à igualdade e ao reconhecimento dos direitos das pessoas LGBT.

A Índia, portanto, é instada a seguir o exemplo de outros países e a abandonar suas leis discriminatórias, alinhando-se com as normas internacionais de direitos humanos e contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a diversidade sexual.

O último artigo que utilizaremos para analisar este jornal será o “Baahubali será exibido no festival de cinema Brics”<sup>57</sup>, ocorreu em 16 de janeiro de 2016 na última cúpula diplomática anual dos países membros do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o Primeiro-Ministro indiano Narendra Modi propôs a realização de um festival de cinema como uma forma de fortalecer os laços culturais entre as nações do bloco. A proposta foi prontamente aceita e resultou na organização do primeiro Festival de Cinema do BRICS, que aconteceu na Índia de 2 a 6 de setembro, antecedendo a cúpula do BRICS agendada para outubro. A Índia selecionou quatro filmes para representá-la no festival, incluindo "Baahubali: The Beginning" do diretor Rajamouli, juntamente com outros filmes aclamados como "Bajirao Mastani" (em hindi), "Thithi" (em canarês) e "Cinemawalla" (em bengali). Cada país participante enviará quatro filmes, totalizando 20 filmes em exibição. O filme "Skiptrace", estrelado por Jackie Chan, será exibido na cerimônia de encerramento. Um júri será responsável por julgar os prêmios de Melhor Filme, Melhor Diretor e Melhores Atores, demonstrando o desejo de reconhecimento e prestígio por parte da Índia nesse evento cultural internacional.

#### **2.2.4 Global Times**

O Global Times é um jornal chinês de língua inglesa, conhecido por sua abordagem nacionalista e pró-governo. Fundado em 1993 como uma extensão do People's Daily, o jornal é publicado pelo grupo de mídia do Partido Comunista Chinês.

---

<sup>57</sup> Link de acesso:

<<https://timesofindia.indiatimes.com/entertainment/telugu/movies/news/baahubali-to-be-screened-at-brics-film-festival/articleshow/53856036.cms>>

O Global Times tem como objetivo promover a perspectiva chinesa sobre assuntos domésticos e internacionais, além de defender as políticas e interesses do governo chinês. Ele aborda uma variedade de tópicos, incluindo política, economia, cultura e relações internacionais, muitas vezes apresentando opiniões e análises que refletem a visão oficial do governo chinês.

Devido à sua posição como um meio de comunicação estatal, o Global Times é considerado uma importante fonte de informações sobre a política e a sociedade chinesas, embora sua perspectiva tenda a ser parcial em favor das políticas e posições do governo. O jornal também mantém uma presença significativa online, alcançando audiências globais com sua cobertura de notícias e editoriais.

A ferramenta de pesquisa do Global Times permite selecionar o recorte temporal, facilitando a busca por Brics e cultura em seu site. O primeiro artigo<sup>58</sup> com a temática desta pesquisa foi publicado no dia 08 de junho de 2009 com o título de “Bric aumentam compras de reservas em dólar dos EUA” avaliando os países do bloco e o seu aumento nas compras de dólares significativamente desde antes do congelamento dos mercados de crédito em setembro. Esse aumento nas reservas cambiais, que ultrapassa os 60 bilhões de dólares em maio, visa limitar os ganhos cambiais em meio à recessão global, que estão restringindo as exportações. Embora os líderes dos países do Bric tenham sugerido a substituição do dólar, suas recentes compras de dólares mostram a dependência contínua dessas economias da moeda de reserva mundial. A Rússia propôs a consideração de uma nova unidade de câmbio durante uma reunião em junho, enquanto China e Brasil discutem a possibilidade de afastar-se do dólar em favor do yuan e do real. Um declínio mais acentuado do dólar prejudica as exportações dos BRIC e agravaria a crise global de crédito. O dólar ainda mantém sua importância, representando a maior parte das reservas do banco central, conforme relatado pelo FMI. Goldman Sachs prevê que os BRIC poderão superar o G7 em tamanho econômico coletivo até 2035.

O próximo artigo<sup>59</sup> avaliado em tradução nossa recebeu o título de “Urbanização será motor de crescimento do Brics”, publicado em 24 de março de 2011 por Wang Xinyuan, destacou que até 2030, as economias das cinco principais potências emergentes, incluindo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS),

---

<sup>58</sup> Link de acesso: <<https://www.globaltimes.cn/page/200906/435482.shtml>>

<sup>59</sup> Link de acesso: <<https://www.globaltimes.cn/page/201103/637386.shtml>>

devem representar metade da produção econômica global, impulsionadas principalmente pela urbanização. A adição da África do Sul expandiu o grupo, que agora compreende 42% da população mundial, mas esse número deve diminuir para 37,1% até 2030. A urbanização, com uma média de 44,2% entre os BRICS, é vista como o principal catalisador do crescimento econômico, especialmente para países com baixas taxas de urbanização, como Índia, China e África do Sul. A China, por exemplo, espera aumentar sua taxa de urbanização de 47% para 70% até 2030. Apesar deste artigo abordar questões econômicas, o processo de fortalecimento da urbanização ocorre mudanças estruturais na cultura nacional, com mudanças significativas na indústria cultural.

A matéria a seguir<sup>60</sup> com o título traduzido do inglês “Brics prometem cooperação em matéria de alterações climáticas”, publicado em 17 de setembro de 2013, destacou o bloco econômico emergente BRICS, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, e o anúncio de planos para reforçar a cooperação para lidar com as mudanças climáticas por meio de uma série de resoluções conjuntas. Durante a 16ª Reunião Ministerial do BRICS sobre Mudanças Climáticas, realizada em Foz do Iguaçu, Brasil, os representantes dos cinco países emitiram uma declaração conjunta destacando o compromisso com o sucesso da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, agendada para novembro em Varsóvia, Polônia. Eles também concordaram com a Plataforma de Durban para Ação Reforçada (ADP), estabelecida em 2011, e enfatizaram a necessidade de uma abordagem equilibrada entre os vários aspectos da mitigação, adaptação, financiamento, capacitação e transferência de tecnologia. Os BRICS reiteram a importância do princípio de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” e exortaram todos os países a se comprometerem com medidas adequadas às suas circunstâncias e capacidades individuais. A próxima Reunião Ministerial do BRICS está agendada para o quarto trimestre de 2013, na China.

Para concluir as análises deste jornal, o artigo<sup>61</sup> intitulado como “Chefe da ONU elogia países por combaterem o aquecimento global”, publicado em 05 de maio de 2014, o autor vai destacar que o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, elogiou os esforços do bloco Brics no combate ao aquecimento global durante a

---

<sup>60</sup> Link de acesso: <<https://www.globaltimes.cn/page/201309/811961.shtml>>

<sup>61</sup> Link para acesso: <<https://www.globaltimes.cn/page/201405/858404.shtml>>

Ascensão de Abu Dhabi, uma pré-cúpula para a cúpula da ONU sobre o clima em Nova Iorque. Ban destacou a importância das contribuições dos países BRICS, ressaltando que estão no caminho para se tornarem desenvolvidos, mas instou-os a aumentar seus esforços diante da urgência climática. Ele elogiou a China por liderar a promoção da energia verde e a África do Sul pelo estabelecimento do Southern African Power Pool. Ban enfatizou que todos os estados devem apoiar os esforços para combater as mudanças climáticas e convidou líderes de todo o mundo a se unirem em uma "corrida ao topo". Os países BRICS defendem o princípio das "responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades" na luta contra as alterações climáticas, conforme declarado em uma reunião conjunta no Rio de Janeiro em setembro do ano anterior.

### **2.2.5 The Times Live**

The Times Live é a versão online do jornal "Sunday Times", um dos principais jornais da África do Sul. O Sunday Times tem uma longa história de jornalismo investigativo e reportagens abrangentes sobre questões locais, nacionais e internacionais. O Times Live oferece uma plataforma digital onde os leitores podem acessar notícias, análises, opiniões e recursos multimídia, abordando uma ampla gama de tópicos, incluindo política, economia, cultura, esportes e muito mais. É uma fonte popular de informação e debate na África do Sul e alcança uma audiência diversificada tanto dentro do país quanto no exterior.

O primeiro artigo<sup>62</sup> que aborda a temática desta pesquisa é referente a 10 de setembro de 2009, com o título traduzido "Educação: indo além para os alunos", redigido por René Vollgraaff, foi destravado que no Gordon Institute of Business Science (Gibs), escola de negócios da Universidade de Pretória, os estudantes de MBA participam de um módulo global obrigatório, diferenciando-se de outras instituições sul-africanas. Este módulo consiste em uma viagem de 10 dias ao exterior, onde os alunos visitam países como Brasil, China, Índia e Estados Unidos. Durante a viagem, são realizadas reuniões com empresas locais, briefings com diplomatas e palestras em escolas de negócios. O objetivo é proporcionar aos estudantes uma

---

<sup>62</sup> Link para acesso: <<https://www.timeslive.co.za/sunday-times/lifestyle/2009-09-10-education-going-the-extra-mile-for-students/>>

compreensão prática das economias globais e refletir sobre o contexto sul-africano em comparação com outros países. Os destinos são selecionados com base nos melhores aprendizados e práticas oferecidas em diversas regiões geográficas. Após a viagem, os alunos compartilham suas experiências com a turma e são avaliados com base em apresentações e exames que testam seu conhecimento teórico e prático. O custo do módulo global está incluído nas taxas do curso de MBA e é pago separadamente em dólares americanos para mitigar a volatilidade do rand. Os alunos escolhem os destinos com base em seus interesses e objetivos de aprendizagem, com o Brasil sendo um destino popular devido ao seu crescimento econômico e semelhanças sociais e econômicas com a África do Sul. Os alunos ganham insights valiosos sobre práticas de negócios, cultura empresarial e desafios sociais, enriquecendo sua experiência acadêmica e profissional.

O próximo artigo<sup>63</sup> foi selecionado por retratar um jornal sul africano abordando o convite para integrar o bloco, publicado em 16 de janeiro de 2011 com o título traduzido como “A SA está contra o muro do Brics?”. O editorial destacou o convite estendido pela China à África do Sul para se unir à aliança informal das nações conhecidas como Brics, com isso, oferece ao país africano oportunidades de crescimento econômico e influência regional. Os Brics neste período ainda não operam como um bloco comercial formal ou uma aliança política. No entanto, servem como um fórum que possibilita aos membros estabelecer contatos e negociar acordos econômicos. De acordo com projeções do Goldman Sachs, os Brics são esperados para superar os Estados Unidos até 2018, com as economias individuais de Brasil, Índia e Rússia ultrapassando países como Espanha, Canadá e Itália em termos de tamanho. A ascensão da classe média nos Brics é apontada como uma tendência marcante para a próxima década, com um aumento significativo no número de pessoas com rendimentos entre 6.000 e 30.000 dólares. O convite à África do Sul para integrar os Brics pode parecer surpreendente, considerando economias de crescimento mais rápido, como Coreia do Sul e México, não terem sido incluídas. No entanto, a África do Sul possui recursos naturais valiosos, como urânio, carvão, minério de ferro e platina, que são essenciais para atender às demandas energéticas e de infraestrutura da China e da Índia.

---

<sup>63</sup>Link de acesso: <<https://www.timeslive.co.za/sunday-times/lifestyle/2011-01-15-is-sa-up-against-a-brics-wall/>>

Apesar das oportunidades, a África do Sul enfrenta desafios associados à sua adesão aos Brics. A governança democrática da Rússia e da China contrasta com os princípios democráticos progressistas da África do Sul. Além disso, a África do Sul pode ter que sacrificar parte de sua credibilidade no cenário global ao alinhar-se com a China e a Rússia em questões de segurança global, afetando sua postura em relação aos direitos humanos e outros valores democráticos. Como o menor dos países dos Brics em vários aspectos, a África do Sul pode enfrentar dificuldades para influenciar as decisões do grupo.

O último artigo<sup>64</sup> que avaliamos neste jornal, em tradução nossa do inglês para português, recebeu o título de “Cinco citações do ministro das artes, Nathi Mthethwa, na cúpula cinematográfica da África do Sul” discutiram questões críticas enfrentadas pela indústria cinematográfica, como financiamento, desigualdade de gênero e medidas colaborativas entre cineastas e governo para fortalecer a posição global da África do Sul na indústria. O Ministro Mthethwa abordou cinco pontos-chave durante o evento: 1) Construção da Nação: Destacou a importância da história pós-apartheid na formação de uma identidade nacional coesa para a África do Sul, destacando os desafios de união após décadas de fragmentação étnica; 2) Inclusão de Mulheres e Negros: Reconheceu a histórica injustiça e sub-representação de mulheres e negros na indústria cinematográfica, ressaltando os esforços contínuos para superar essas disparidades; 3) Identidade Nacional: Refletiu sobre a necessidade de definir a identidade nacional sul-africana em um cenário global competitivo, considerando os sucessos de outras indústrias cinematográficas regionais; 4) Desigualdade: Reconheceu os progressos feitos na África do Sul para abordar questões de desigualdade, especialmente em relação à representação na indústria cinematográfica; 5) Crescimento Econômico: Enfatizou o potencial das indústrias culturais e criativas, incluindo o setor audiovisual, como impulsionadores significativos do crescimento econômico e da criação de empregos no país.

### **2.2.6 BBC (British Broadcasting Corporation)**

---

<sup>64</sup>Link para acesso: <<https://www.timeslive.co.za/tshisa-live/tshisa-live/2019-02-05-five-quotes-from-arts-minister-nathi-mthethwa-at-sa-film-summit/>>

A BBC (British Broadcasting Corporation) é uma renomada organização de radiodifusão britânica, fundada em 1922. Reconhecida mundialmente, a BBC é conhecida por seus serviços de rádio, televisão e mídia online, oferecendo uma ampla gama de programas e notícias em diversos idiomas. Idealizada como um grande monopólio por razões técnicas, o faturamento inicial provém da venda de aparelhos sem fio e taxas de licença, e não de publicidade. Foi o governo britânico que estabeleceu o seu monopólio no século XX.

Os estudos sobre a história da mídia, Peter Burke (2006) já anuncia a necessidade do aprofundamento de estudos na comparação da imprensa e o rádio com as mídias que influenciam a informação e a opinião, a partir da BBC e a sua relação com Estado e imprensa.

A BBC é respeitada por sua objetividade, qualidade jornalística e cobertura abrangente de eventos globais. Seus serviços incluem notícias, programas de entretenimento, documentários, análises políticas e educacionais, entre outros. A organização é financiada por taxas de licença no Reino Unido e é comprometida com o princípio da imparcialidade em sua cobertura jornalística.

Com uma audiência internacional significativa, a BBC desempenha um papel importante na disseminação de informações e na promoção do entendimento global. Sua influência e alcance a tornam uma das organizações de mídia com maior capilaridade em todo o mundo.

O primeiro artigo<sup>65</sup> encontrado no site da BBC que remete ao Brics de 23 de setembro de 2005, com o título “Novos jogadores desafiam a ordem mundial”. Neste artigo destaca o relatório do banco de investimento Goldman Sachs sugere que os EUA, a Europa e o Japão estão em processo de envelhecimento como potências econômicas, e em 2050, apenas os EUA e o Japão deverão permanecer no G7, enquanto o Brasil, a Rússia, a Índia e a China, os "Brics", devem substituir o Reino Unido, a Alemanha, a Itália e a França. Essa mudança reflete a ascensão econômica dos Brics, com a China já ultrapassando a Itália e se aproximando da França e do Reino Unido em termos econômicos. No Brasil, o consumo de luxo, exemplificado pela Daslu em São Paulo, reflete a influência do investimento chinês, apesar das disparidades sociais do país. Os Brics representam metade da população mundial, mas seus níveis de riqueza são significativamente menores em comparação com os

---

<sup>65</sup> Link de acesso: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4260368.stm>>

países industrializados. CK Prahalad argumenta que o crescimento econômico dos Brics, impulsionado pelas populações mais pobres, acontecerá antes de 2050. No entanto, há um amplo debate sobre como essa mudança afetará as instituições globais e a distribuição de poder econômico, sugerindo que os Brics terão um papel mais significativo na configuração do cenário global. Assim como o fim do comunismo alterou a dinâmica global, a ascensão dos Brics é vista como uma transformação que irá redefinir o mapa do poder global.

O próximo artigo<sup>66</sup> foi escolhido por destacar o apelo dos Brics por mais influência na esfera internacional e pela primeira participação da África do sul na cúpula, em 14 de abril de 2011 com o título “Cúpula do Bric termina na China com apelo por mais influência”. Os líderes dos países emergentes do Brics, reuniram-se para a cúpula anual do grupo, onde apelaram a uma maior influência nos assuntos globais. Eles pressionaram pela rápida entrada da Rússia na Organização Mundial do Comércio (OMC) e pediram mudanças no sistema financeiro global, incluindo a expansão do uso de Direitos de Saque Especiais (DSE) pelo Fundo Monetário Internacional. Em uma declaração conjunta, os Brics defenderam um sistema monetário de reserva internacional mais amplo para proporcionar estabilidade. Eles criticaram a atual ordem monetária liderada pelo dólar, expressando preocupações com os déficits dos EUA. Os Brics também concordaram em estabelecer linhas de crédito mútuas denominadas em suas moedas locais, sinalizando uma diversificação dos investimentos em relação ao dólar. Além disso, eles pediram mais voz no Conselho de Segurança da ONU. Enquanto o termo "Brics" destaca as semelhanças entre Brasil, Rússia, Índia e China em termos de desenvolvimento e crescimento, a inclusão da África do Sul na cúpula gerou questionamentos sobre sua justificação, dada sua economia relativamente pequena em comparação com os outros países do grupo. Os Brics, com 40% da população mundial e quase um quinto do crescimento global, buscaram fortalecer o diálogo e a cooperação entre si.

O último artigo avaliado será o “Destino privilegiado do Brics para eventos esportivos” de 02 de julho de 2010, onde o Brasil, historicamente reconhecido por seu talento no futebol, está se preparando para sediar importantes eventos esportivos globais, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, pela primeira vez. A discussão sobre se o poder econômico de países como Brasil, Rússia, Índia e China se traduz

---

<sup>66</sup> Link de acesso: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-13076229>>

em poder no esporte é trazida à tona por Jim O'Neill, da Goldman Sachs, que cunhou o acrônimo "Brics" para descrever essas economias emergentes.

## **Conclusão**

Os Brics têm sido objeto de análise e debate acalorado em diversos veículos de imprensa, cada um trazendo sua própria perspectiva e abordagem. Enquanto jornais como Folha de S. Paulo e BBC adotaram uma postura mais crítica em relação aos Brics, com foco predominante em questões políticas e econômicas, relegando a cultura a um plano secundário, outros veículos, como Izvestia, The Times of India, Global Times e The Times Live, optaram por uma visão mais positiva e abrangente.

É interessante notar que os jornais críticos enfatizaram aspectos relacionados à política e à economia, destacando eventuais desafios e problemas enfrentados pelos países do bloco. Por outro lado, os veículos mais favoráveis aos Brics ofereceram uma análise mais detalhada e estruturada sobre a cultura dessas nações, reconhecendo a importância da consolidação do soft power do bloco e de seus países membros no cenário internacional.

Essa divergência de enfoque evidencia a complexidade e a multidimensionalidade dos Brics enquanto entidade geopolítica e econômica. Enquanto a política e a economia são componentes essenciais para entender a dinâmica do grupo, a cultura desempenha um papel fundamental na construção de identidades nacionais e na projeção de influência no cenário global.

Nesse sentido, é importante que a cobertura jornalística dos Brics busque um equilíbrio entre esses diferentes aspectos, reconhecendo a interconexão entre política, economia e cultura na construção da identidade e da influência desses países. Somente assim será possível oferecer uma compreensão mais abrangente e aprofundada do papel dos Brics no mundo contemporâneo.

### 3. O DESPERTAR DAS POLÍTICAS CULTURAIS DO BRICS

O cosmos da humanidade foi constituído pelo acender de diversas sociedades e também pelo seu declínio (Ohnesorge, 2020). Dentro da construção do saber histórico, reconhecer a transitoriedade do poder torna-se um pilar fundamental para nos debruçarmos, por ser uma característica tanto do ser humano quanto da ordem política. Portanto, no Tempo Presente, o declínio na posição absoluta global dos Estados Unidos da América, no que se diz respeito às transições de poder, é um fato. O Brics é uma peça fundamental para compreender o (re)despertar do apelo por um mundo multilateral, pois os países emergentes já não esperam pelas resoluções dos EUA.

Para Hendrik W. Ohnesorge (2020), é possível identificar uma mudança global de poder em direção ao continente asiático, bem como aos países emergentes, especificamente aos membros dos BRICS, no que diz respeito aos fatores de hard power: investimentos na indústria bélica, na economia e em inovação tecnológica; assim como nos aspectos do soft power como: políticas de desenvolvimento do NBD (Novo Banco de Desenvolvimento) que possibilitam o acesso ao crédito para obras de infraestrutura que respeitem a biodiversidade, o desenvolvimento da indústria cinematográfica chinesa, indiana e brasileira e até mesmo as decisões coordenadas em instituições multilaterais como a ONU, G20 ou FMI.

Após a virada do século, com o advento da globalização, apesar da relação entre a comunidade internacional mais integrada, o poder se torna mais difuso. Foram cinco grandes tendências que contribuíram para a difusão global do poder: interdependência econômica, atores transnacionais, nacionalismo em estados mais frágeis, a disseminação da tecnologia e questões políticas em mudança. No entanto, o cenário das relações internacionais sofreu alterações em sua forma de ser feita. Na era da globalização, os Estados-nação estão mais economicamente interdependentes do que nunca, como as crises financeiras ou humanitárias mais recentes têm demonstrado de forma dramática.

Com o despertar da temática envolvendo um mundo multilateral, a corrida por uma imagem e reputação favoráveis nas relações diplomáticas, alcançadas por meio de atração persuasiva, tornaram-se mais importantes do que conquistas de territórios, acesso e matérias-primas, tradicionalmente adquiridos por meio de ações militares e econômicas.

Apesar das diferenças aparentes entre poder duro e poder brando no despertar dos BRICS, na teoria, pode ser difícil de discernir qual variedade de poder está em ação em determinada conjuntura na prática (Ohnesorge, 2019). Uma característica específica do poder brando é a sua capacidade de se comportar como coringa para se encaixar em várias facetas (Christofoletti, 2021). Assim, por serem confundidos diversas vezes, aparentemente contraditórios à primeira vista, eles estão relacionados porque são ambos que buscam alcançar seus objetivos ao afetar o comportamento dos outros e, portanto, uma distinção entre eles é uma questão de grau.

Ao examinar de forma crítica os conceitos de poder, Bertrand Russell (2019) não só delineou uma distinção entre diferentes formas de poder, como também reconheceu a dificuldade em classificá-las rigidamente. Enquanto destacava a interdependência entre poder brando e duro, observou-se que o poder de atração pode perder sua eficácia na ausência do poder coercitivo, tornando-se uma mera sombra da política. Além disso, Janice Bially Mattern (2019) ressaltou a interconexão entre o poder brando e duro. A disponibilidade de recursos financeiros, como enfatizado por Cynthia P. Schneider (2019), é crucial para o exercício do poder brando, conforme argumentado por Nye (2019), cuja eficácia é potencializada quando complementada pelo poder duro.

No âmbito internacional, as dinâmicas sociais e políticas dos Brics e o ressurgimento do discurso multilateral demonstram como os acontecimentos em diferentes sociedades influenciam os contextos internos. Por exemplo, a disseminação dos jeans azuis na União Soviética na década de 1950 ilustra como símbolos de liberdade podem desafiar normas estabelecidas, despertando interesse e mudanças culturais entre os jovens soviéticos.

Este capítulo inicia com uma análise do contexto dos Brics e sua relação com o mundo na perspectiva da diplomacia cultural. O neoliberalismo, longe de ser apenas uma ideologia ou política monetária, é uma racionalidade que molda tanto as ações dos governantes quanto a conduta dos governados. Sua característica central é a promoção da concorrência como princípio orientador e da empresa como modelo de subjetivação, delineando um conjunto de normas de vida que moldam o mundo nas primeiras décadas do século XXI.

Pierre Dardot e Christian Laval (2016), no livro “A Nova Razão do Mundo”, apresentam uma visão crítica do neoliberalismo, descrevendo-o como um paradigma político, econômico e social que se estabeleceu desde os anos 1930. Eles

argumentam que o neoliberalismo não é apenas uma teoria econômica, mas sim um projeto político que busca reconfigurar profundamente as relações sociais, a governança e até mesmo a subjetividade humana. No contexto dos BRICS, a relação com o neoliberalismo pode ser complexa e multifacetada. O bloco é composto por economias emergentes que compartilham desafios comuns em relação ao sistema econômico global, mas também têm diferenças significativas em termos de história, cultura e estrutura econômica.

O neoliberalismo pode ser visto como um fator influente nas políticas econômicas de alguns dos países do BRICS, especialmente aqueles que adotaram políticas de liberalização econômica e abertura ao comércio internacional. No entanto, é importante notar que cada país tem suas próprias abordagens e respostas ao neoliberalismo, e nem todas adotam políticas estritamente alinhadas com os princípios neoliberais. Por exemplo, enquanto alguns países do Brics podem ter adotado políticas econômicas neoliberais em certa medida, outros podem ter implementado estratégias mais orientadas para o desenvolvimento do Estado, intervindo ativamente na economia para promover o crescimento e a estabilidade, muitas vezes, indo contra recomendações do FMI e do Banco Mundial. Portanto, a relação entre o neoliberalismo e os países do Brics vai variar consideravelmente dependendo do contexto político, econômico e social que estes países se encontraram no decorrer dos anos de 2001 a 2021.

Em resumo, enquanto o neoliberalismo influenciou as políticas econômicas de alguns países do BRICS, a relação entre eles e o neoliberalismo vai se desenvolver de forma complexa e sujeita a uma série de fatores contextuais e históricos específicos de cada nação.

### **3.1 Uma análise comparativa nas políticas culturais dos BRICS**

O uso da cultura como instrumento de política externa corrobora para o seu reconhecimento por meio do intercâmbio cultural entre os países de forma a aproximar esses atores e, a partir daí, lograr vantagens em acordos comerciais, de cooperação ou políticos. Sobre as políticas culturais que ocorreram dentro do bloco, apesar das distâncias pressupostas pela geografia e a diferença cultural entre os membros, é possível notar esforços para inserir o campo da cultura como uma temática de cooperação setorial no BRICS. Ao seguirmos estes rumos, Novais (2019, p.161)

destacou algumas diretrizes que marcam essas iniciativas no intercâmbio cultural entre eles:

(a) intercâmbios de teatro entre Brasil e Rússia por meio da participação da Escola do Teatro Bolshoi de Moscou em Santa Catarina; (b) celebração de acordos de cooperação cultural entre Brasil e Rússia; (c) realização do I Festival de Cultura Brasileira em Moscou no ano de 2008; (d) I Festival de Cultura Brasileira na Índia em 2009; (e) inauguração por parte da China de diversos Institutos Confúcio no Brasil desde 2003; (f) instalação de novos Leitorados Brasileiros em universidades da China; (g) elaboração e realização de projetos bilaterais, a exemplo de: Ano do Brasil na China e Ano da China no Brasil, previstos para 2014.

Para Bijos e Arruda (2002), a cultura estabelece conexões entre povos que anteriormente não existiam, transcende origens geográficas e econômicas, possuindo um caráter universal de alcance ilimitado. Dessa maneira, a cultura de uma nação reflete sua identidade distintiva em relação a outras, conferindo a cada país uma singularidade única. No nosso âmbito de análise, representa a primeira impressão de um país, atuando como cartão de boas-vindas e facilitando o estabelecimento de relações com outras nações.

Durante a VII Cúpula em Ufá<sup>67</sup>, na Rússia, em 2015, ocorreu a primeira reunião dos ministros de Cultura dos países do grupo BRICS. Durante essa reunião, foi aprovado o Acordo de Cooperação Cultural entre os membros do bloco. O principal objetivo deste acordo foi o de aproximar os cinco países nos aspectos das produções culturais, por meio de cooperação técnica e o intercâmbio em ações, a exemplo de: preservação de livros raros, funcionamento de bibliotecas digitais, compartilhamento de documentos e produções jornalísticas e realização de feiras e festivais. Foram 77 tópicos apresentados, com uma grande variedade entre eles, dos quais vamos destacar os que tiveram relevância para a presente pesquisa. O terceiro tópico reafirma o crescente engajamento com outros países, em particular com os países em desenvolvimento e economias emergentes. Eles entraram em consenso no comprometimento com a defesa dos objetivos e princípios da Carta das Nações Amigas e do direito internacional, reafirmando também o empenho em alcançar crescimento econômico sustentável por meio da cooperação internacional e na integração regional.

---

<sup>67</sup> Para obter acesso ao conteúdo deste acordo, segue o link para acessá-lo: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vii-cupula-do-brics-declaracao-de-ufa-ufa-russia-9-de-julho-de-2015](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vii-cupula-do-brics-declaracao-de-ufa-ufa-russia-9-de-julho-de-2015)>

O oitavo tópico, reafirma a postura já destacada nesta pesquisa, das intervenções militares unilaterais e sanções econômicas que violassem o direito internacional, destacando a importância singular da natureza indivisível da segurança, reforçando a ideia de que nenhum Estado deve fortalecer a sua segurança às custas da segurança do outro. Os Brics reconheceram neste tópico a interconexão entre o poder duro e poder brando ao destacar que a política externa se diz respeito à ação de um país ou de um bloco, em prol da defesa de seus interesses e de construir objetivos comuns permanentes a partir destas afirmações (Bijos; Arruda; 2010). Foi no tópico 64 que o caráter cultural chamou a atenção para esta declaração, levando em consideração a Declaração de Princípios da Cooperação Cultural Internacional da UNESCO de 1966 e a Declaração sobre a Diversidade Cultural de 2001, que reconhece a diversidade cultural como fonte de desenvolvimento.

O intercâmbio e a cooperação culturais facilitam o entendimento mútuo dos povos envolvidos neste processo. Foi assinado um acordo entre os membros dos Brics de cooperação na cultura, desempenhando o fortalecimento dos laços entre eles. Por fim, com o estabelecimento do intercâmbio cultural, logram-se vantagens em acordos comerciais, de cooperação ou políticos (Bijos; Arruda; 2010). A diplomacia cultural vai ser responsável por criar e implementar os projetos, como a Cúpula de Ufá, nos quais a cultura será difundida, atuando na defesa dos valores nacionais, visando à inserção internacional desse bloco econômico nas relações internacionais.

O esplendor cultural de um Estado está ligado diretamente com a interpretação de Fléchet e Dumont (2014), de que o poder político e econômico se reflete por vias culturais e de como ela permeia os outros países. Uma cultura sem potencialidade no cenário internacional, caracteriza-se como um país sem independência econômica e estratégica. Novais (2019) destacou o Fórum da Aliança Brics de Museus e Galerias de Artes, que ocorreu em Pequim, no ano de 2018, como um evento que tinha o objetivo de trocar experiências e encurtar os laços entre os países do bloco. O tema deste fórum foi Singularidade e Convergência com presença dos seguintes museus: Museu Nacional de Belas Artes (Brasil); Museu Estatal de Arte Oriental (Rússia); Galeria Nacional de Arte Moderna (Índia); Museu Nacional de Arte (China); Iziku Museu (África do Sul). Os diretores dos museus e galerias nacionais participaram de palestras, discutiram o desenvolvimento das artes nos cinco países e avaliaram em conjunto possibilidades de estímulo à sinergia cultural entre eles. Nota-se, à vista

disso, que há indícios da construção de políticas culturais entre os países membros dos BRICS.

### **3.2 Considerações frente às políticas culturais dos BRICS**

Novais (2019) avalia cada país do bloco Brics, em particular, como cada um deles preenche os requisitos para produzir suas políticas culturais no processo de elaboração, execução e avaliação a partir de 2003. Para fazer essa análise, o autor dividiu a sua avaliação das políticas culturais em alguns pontos. Entre seus oito indicadores, vamos utilizar cinco: “[...] (1) Modelo de gestão cultural; (2) Sustentabilidade da gestão da política cultural; (3) Estruturas institucionais (4) Financiamento cultural; [...] (8) Diplomacia cultural multilateral: relações com a Unesco.” (Novais, 2019, p. 162). A partir de 2003, ciente das particularidades sociais e econômicas, políticas e culturais de cada país membro dos Brics, vamos avaliar as políticas adotadas para o fortalecimento do intercâmbio cultural.

O modelo adotado por todos os países membros do bloco foi o de modelos mistos de gestão da política cultural dos respectivos países, deixando sob tutela dos Ministérios de Cultura às atribuições para formular e executar as políticas culturais, embora outras instituições corroborem com este processo. Sendo assim, Novais (2019, p.163) vai destacar que “há ações por parte desses países que podem ser compreendidas como aspectos centralizados, como secretarias e programas gerenciados pelos Ministérios de Cultura”. No Brasil, podemos citar a ação cultural do Itamaraty<sup>68</sup>, onde a popularidade já adquirida por produções culturais brasileiras no exterior, como nos âmbitos do cinema e da música, deu início à introdução de políticas específicas, com o intuito de defender os interesses econômicos e estratégicos do Brasil na década de 1960. A cultura popular deste período, segundo Fléchet e Dumont

---

<sup>68</sup> “Se a imagem do Brasil no exterior foi questionada desde os tempos do Império, foi somente durante o “reinado” do barão de Rio Branco (1902-1912) que o Itamaraty se tornou, segundo Gilberto Freyre, o “órgão supremo de irradiação ou afirmação do prestígio do Brasil”, um sistema de organização e de definição de valores superiores nacionais (Freyre, 2004, p.172). Assim também observou Thomas Skidmore, que destacou o “gigantesco trabalho” realizado por Rio Branco para apresentar uma imagem “civilizada” do Brasil, principalmente nomeando escritores a postos diplomáticos ou convidando célebres europeus para visitar a nação (Skidmore, 1974). Em 1920, com a reforma de José Manuel de Azevedo Marques para o corpo diplomático, que introduziu “a promoção do intercâmbio comercial e de missões industriais, intelectuais e comerciais em benefício do Brasil” (Castro, 1983, p.262), a ação cultural entrava oficialmente nas prerrogativas do Itamaraty.” (Dumont; Fléchet; 2014, p. 3).

(2014), surgiu como um meio eficaz de promover os interesses fora do país para compensar a falta crônica do financiamento do Estado por este tipo de promoção no exterior. Foi segundo orientações do Ministério das Relações Exteriores, que buscou-se aproveitar a atração exercida pelo samba, Bossa Nova e pelo Cinema Novo sobre o público europeu e norte-americano para promover o turismo internacional com destino ao Brasil, com ações feitas pela companhia aérea Varig e pela empresa de turismo Embratur.

Existem projetos na Índia que a ação de agentes regionais atua de forma descentralizada em Zonas Culturais, com projetos desenvolvidos sem a necessidade da relação com o Estado. Sendo assim, mesmo que os Ministérios sejam os responsáveis por estruturar as políticas culturais a partir da gestão pública na perspectiva federativa, existem características de uma administração descentralizada, o que nos leva a ressaltar o caráter misto de gestão da cultura nos países signatários dos Brics.

O segundo indicador fundamental foi a sustentabilidade da gestão da política cultural, visando avaliar se a política cultural tem solidez e se já está em processo de transformação em política de Estado. A não suscetibilidade desses projetos em programas de governo, demonstrou ser fundamental para não contar com descontinuidades de alternância de políticos e partidos no poder. Novais (2019) levou em conta as políticas do Brasil a partir de 2003, estabelecidas pelo governo no aspecto da cultura, proveniente de estudos acadêmicos e debates públicos do governo federal com a sociedade civil e nos indicadores culturais da Unesco. Constatou-se que, segundo o trabalho do autor, apenas o Brasil possui um Sistema Nacional de Cultura (SNC). Os demais países do Brics não implementaram ainda um sistema oficial para adoção de políticas culturais nos seus respectivos territórios nacionais. O SNC é a consolidação de um mecanismo de programas e ações culturais independentes das orientações do governo, consagrando-se como uma política pública de Estado.

As análises da atuação do Itamaraty, no que tange o investimento financeiro no departamento cultural, ainda é escasso, mas é evidente que o seu aparelho administrativo cresceu continuamente no período entre o pós-Segunda Guerra Mundial e o começo dos anos de 1980, quando iniciou de forma embrionária estudos do papel da diplomacia cultural na política internacional brasileira. Esse diferencial brasileiro se constitui a partir da atuação do Itamaraty e, de certa forma, da sua autonomia política, mesmo com as mudanças de políticos e da própria configuração

do Estado brasileiro no decorrer do século XX. O Itamaraty em diversos momentos apoiou artistas em função de seu sucesso no cenário internacional e, por isso, a diplomacia cultural se afastou das políticas governamentais. Para elucidar este contexto da relação com o Estado brasileiro, Dumont e Fléchet (2014, p. 215):

[...] após a adoção do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, que suspendia o habeas corpus, inaugurando um endurecimento do regime repressivo, especialmente nos meios culturais, e forçando a ida de vários artistas ao exílio. No interior do país, a mensagem era clara: os músicos e cineastas – como Cacá Diegues, Nara Leão, Caetano Veloso, Chico Buarque, Elis Regina e Gilberto Gil – apareciam como “os principais agentes de um grupo de cantores e compositores de orientação filocomunista, atualmente em franca atividade nos meios culturais”, exercendo uma ação nefasta sobre o público.<sup>25</sup> Porém, no exterior, a situação estava longe de ser assim tão direta: o Itamaraty patrocinou artistas conhecidos por sua oposição ao regime, em razão de seu sucesso de público. O Ministério financiou, por exemplo, as noites brasileiras do Mercado Internacional de Edição Musical em Cannes entre 1966 e 1975, das quais participaram, entre outros, Edu Lobo, Chico Buarque e Gilberto Gil.

Com este breve histórico, podemos identificar a precocidade, continuidade e pragmatismo do Brasil na diplomacia cultural. O Brasil demonstrou que bem cedo que o poder brando era uma ferramenta apreciável para a diplomacia, desejando consolidar a sua inserção no cenário internacional e afirmar suas posições econômicas (Fléchet; Dumont, 2014).

Uma comparação importante a ser feita neste trabalho é nas principais diferenças entre o G7 e os Brics na atuação diplomática apontadas por Massonetto (2018) são: a força geopolítica e o nível de integração em virtude do grupo - o que estamos identificando como um esforço por parte dos Brics no decorrer das suas cúpulas anuais. Mesmo com os Brics concentrando mais de 40% da população mundial, mais de 20% do PIB mundial e contarem com dois países integrantes do Conselho de Segurança da ONU (Rússia e China), os países membros do G7 possuem maior expressividade nos quesitos geopolíticos, visto que contam com bons índices de desenvolvimento econômico-social e têm forte influência política e cultural na dinâmica internacional. A próxima diferença está presente na integração que os grupos possibilitam para seus Estados: enquanto o G7 tem sido um espaço importante de coordenação entre os países membros, os Brics têm sido utilizados também como

plataforma para viabilizar a cooperação entre atores diferentes na esfera pública e privada. Inclusive, foram a partir dessas relações aprofundadas, que resultaram na criação de estruturas multilaterais próprias, os já mencionados no capítulo um, o NBD e ACR. Enquanto o G7 já se encontra sob controle das principais organizações multilaterais, os Brics, por outro lado, conseguiram aprofundar suas corporações a partir da rede de organizações, fóruns e reuniões entre os seus Estados membros.

O mecanismo de construção de estreitamento de laços culturais, econômicos, jurídicos e políticos entre os países membros dos Brics, nos permite apontar similaridade com a UE, se apresentando dessa maneira como projetos que demandam um longo prazo. Massoneto (2018) destacou que os Brics não configuram uma política concreta para relação entre os países membros, nos aspectos de uma pessoa jurídica, cujo conte com a existência de um tratado que estabeleça regras para a relação, como ocorre na UE com o Tratado de Maastricht<sup>69</sup>.

Podemos observar um notável desenvolvimento do campo cultural nos países integrantes dos Brics, revelando similaridades na abordagem de suas políticas. Esta configuração reflete a abordagem individual de cada um nas esferas jurídica, administrativa e política, alinhadas com as diretrizes da Unesco nos aspectos políticos e culturais. Segundo Novais (2019), apesar de estarem em diferentes contextos geográficos e culturais, os países do bloco estão engajados em um diálogo sobre a maneira como estão construindo na contemporaneidade suas políticas culturais nacionais.

Isso impulsiona a ampliação de projetos e programas de cooperação cultural dentro do grupo e com outros países e organizações multilaterais. Esse esforço inclui a tentativa de integrar a área cultural nas atividades do Novo Banco de Desenvolvimento dos Brics (NBD), alinhando-o com a proposta política de desenvolvimento sustentável, que é uma das principais áreas de atuação do banco.

---

<sup>69</sup>O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, estabeleceu a União Europeia (UE) como a conhecemos hoje, expandindo sua cooperação para além de questões econômicas. O tratado criou a União Econômica e Monetária (UEM), introduziu a cidadania da UE, estabeleceu a Política Externa e de Segurança Comum (PESC), além de abordar a cooperação em questões de justiça e assuntos internos. A UEM levou à criação do euro como moeda comum, adotada por muitos países membros da UE. O tratado também estabeleceu critérios de convergência econômica para a adoção do euro e fortaleceu a integração política e econômica entre os países membros.

As estruturas institucionais que implementam as políticas culturais são suportadas por recursos humanos, financeiros, tecnológicos e de infraestrutura. Esses instrumentos são fundamentais para alcançar os objetivos e metas estabelecidos pelas políticas culturais, refletindo a importância que essa área possui para qualquer nação. De acordo com o levantamento realizado por Novais (2019), as principais entidades responsáveis pelas políticas culturais nos países membros do Brics até 2021 incluem o Ministério ou órgão encarregado da cultura, o Ministério da Cultura em conjunto com outra pasta, institutos, fundações, agências ou conselhos, centros culturais locais ou internacionais, além dos escritórios da UNESCO e suas delegações permanentes. A pesquisa revelou que, até 2018, tanto a China quanto a África do Sul compartilhavam seus Ministérios da Cultura com outras áreas. Na China, o Ministério de Cultura e Turismo era responsável, enquanto na África do Sul, o Departamento de Cultura e Artes tinha status de Ministério. Os demais países mantiveram ministérios culturais individuais, embora em 2019 tenha ocorrido uma mudança no Brasil devido a uma reestruturação ministerial, resultando na extinção do Ministério da Cultura e sua lamentável transformação em uma secretaria vinculada ao Ministério da Cidadania e Ação Social, o que reflete a histórica instabilidade das políticas culturais.

O mapeamento dos países do Brics revelou a presença de diversos espaços culturais, como institutos, agências/conselhos, centros culturais nacionais, escritórios da UNESCO e delegações permanentes na UNESCO. Com exceção da China, todos os países possuem fundações de natureza cultural. Brasil, China e Índia também mantêm centros culturais no exterior.

Essa variedade de espaços culturais possibilita a execução de programas e projetos culturais nos países do Brics, bem como a interlocução com a UNESCO, o que fortalece o multilateralismo do grupo em contraste com a tendência de enfraquecimento observada em grandes potências, como os Estados Unidos, que se retiraram da UNESCO.

Foi importante ressaltar que o Ministério da Cultura do Brasil realizou estudos e pesquisas sobre formação no campo cultural, incluindo a Oficina de Avaliação do Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Cultura, realizada em Brasília em outubro de 2018, com pesquisadores da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Um questionamento importante feito no processo de idealização desta pesquisa, foi: como os países que integravam os Brics financiavam a cultura? Quais os indicadores possíveis de serem identificados? As possibilidades de financiamento

da cultura foram configuradas por meio de quatro indicadores, que vão ser apresentados a seguir.

Quadro 1 - Formas de financiamento por parte dos países dos BRICS no período 2003-2018

Indicador	Brasil	Rússia	Índia	China	ÁF. Sul
LEIS DE INCENTIVO AO MARKETING CULTURAL/PROJETOS CULTURAIS	X			X	
TRANSFERÊNCIA DIRETA DE RECURSOS PECUNIÁRIOS DO ESTADO	X	X	X	X	X
FUNDO NACIONAL DE CULTURA	X		X		
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP)	X	X		X	X

Fonte: Novais, 2019, p.167.

Ao observar este quadro, é possível identificar o investimento do Estado na realização dos programas para o desenvolvimento de programas e projetos culturais e a forma de desenvolver este processo, apontando para três formas de transferência: editais, programas e fundos. Brasil e Índia contam com um Fundo Nacional de Cultura. No caso do Brasil, foi a partir da implementação da Lei de incentivo à Cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991), também conhecida como Lei Rouanet, estabeleceu no Brasil uma espécie de “mercado de patrocínios” que vai estimular o aparecimento de diversos setores interessados em investir na cultura. Brasil e Índia contam com um Fundo Nacional de Cultura (FNC). No caso do Brasil, a Lei Rouanet criou o Programa Nacional de apoio à Cultura (Pronac)<sup>70</sup>, sendo sua forma de transferência arrecadada do valor bruto das loterias federais, doações, entre outras formas.

<sup>70</sup>Link para acesso do Programa Nacional de Apoio à Cultura <<https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programa-nacional-de-apoio-a-cultura-pronac>>

O Fundo Nacional de Cultura da Índia foi criado em 1996, para fomentar as artes e a cultura no país. Com exceção dos indianos, os demais países dos Brics estabeleceram parcerias entre os setores públicos e privados (PPPs) na área de cultura para compartilhar responsabilidades com o projeto de desenvolvimento das políticas culturais. A China também utilizou este método: na *Shangai Public Library* desenvolveu uma política de desenvolvimento das indústrias criativas por meio do trabalho com diversas temáticas, como tradições, literatura, moda, arte, ciência e fotografia. Outra característica importante de ser destacada neste trabalho é o caso da China tendo o Estado como o principal financiador da cultura, como, por exemplo, a indústria cinematográfica chinesa que obtém investimento privado, mas a principal fonte de arrecadação são as fontes públicas. Por último, temos a relação da Rússia com PPP, atuando na área de turismo, setor relacionado a cultura, com especificidade destes projetos na infraestrutura turística.

Com a implementação da Lei nº 8.313 no Brasil (1991), Bijos e Arruda (2010, p. 44) identificam duas possibilidades de reação dos setores envolvidos:

[...] 1º) os investimentos obtiveram um aumento maciço para a cultura e a integração dos setores antes da lei, distantes da lógica cultural, como ocorria com o que consideramos como cultura popular, por exemplo; 2º) o crescimento do mecenato privado, onde as estratégias publicitárias teriam um lugar de destaque na destinação de verbas em detrimento à função social de promoção da cultura brasileira.

Ou seja, a partir da política que envolve a Lei Rouanet, o capital investido por uma empresa gera um retorno de marketing, ele é todo constituído por dinheiro público, por isso, aquele que seria pago por impostos (Bijos; Arruda; 2010). Esta política de aplicação de recursos que eram públicos a partir de uma lógica do investidor do setor privado, foi uma característica do Ministério da Cultura sob a gestão de Francisco Weffort, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Para elucidar a política da Lei Rouanet e a sua relação com a forma de financiamento da cultura, observemos a tabela a seguir:

TABELA 2: INVESTIMENTOS EM CULTURA: CAPTAÇÃO (LEIS ROUANET/AUDIOVISUAL) E ORÇAMENTO REALIZADO (1996-2002)

Estado/ Região	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Total
<b>Centro-Oeste</b>	28.385. 129,09	34.069.38 1,96	34.043.87 3,17	35.916,72	44.031.13 1,28	42.476.63 4,33	40.746.07 7,35	259.668.423,91
<b>Nordeste</b>	17.659. 792,90	25.687.38 2,10	24.815.91 2,53	309.4807 3,37	303.5829 2,53	44.222.65 9,62	23.396.02 1,47	197.088.134,52
<b>Norte</b>	7.530.1 80,80	6.942.801 ,23	9.081.149 ,10	8.149.814 ,36	6.175.796 ,73	8.359.496 ,33	4.907.158 ,80	51.146.397,35
<b>Sudeste</b>	208.971 .314,38	313.296.9 99,56	280.438.1 88,45	271.530.0 59,73	366.116.9 82,57	439.215.4 73,45	259.145.9 28,43	2.138.71.4946,5 7
<b>Sul</b>	16.667. 699,00	24.984.27 6,45	27.711.31 9,17	31.180.29 2,07	34.703.22 3,35	48.497.35 0,26	34.376.78 9,65	218.120.949,95
<b>Nacional</b>	45.888. 954,00	53.503.44 5,00	53.1088.3 6,00	58.966.69 2,00	62.706.01 7,00	94.717.65 8,00	69.985.76 4,00	43.867.7366,00
<b>Exterior</b>	1.057.0 68,00	1.217.561 ,00	2.342.852 ,00	4.148.531 ,00	5.743.114 ,00	8.727.114 ,00	6.334.486 ,00	29.57.1201,00
<b>Total Geral</b>	326.160 .138,17	459.701.8 47,30	43154213 0,44	44063965 9,25	549.825.0 39,46	686.216.3 56,00	43889222 5,70	3332987419,31

Fonte: Bijos; Arruda; 2010

Após análise da tabela 1, conseguimos constatar o privilégio da região Sudeste, seguida pela região Centro-Oeste, na distribuição de recursos. A cultura que a elite brasileira pretendia representar para o país não era a busca por uma identidade autêntica, pois estavam preocupados com suas próprias motivações, envolvendo ganhos com a imagem institucional, agregação de valor à marca da empresa, reforço do papel social da empresa e aproximação com o público alvo.

Os dados apresentados na tabela 1 destacam a efetividade da Lei Rouanet, que foi amplamente empregada no Brasil, tornando possível concluir que a abordagem da política cultural do governo FHC se concentrou principalmente em questões de financiamento, tributação, isenção fiscal e promoção empresarial, revelase falho, sem alcançar o objetivo principal de representar adequadamente a realidade formada pelo processo social brasileiro (Bijos; Arruda; 2010). O modelo adotado por Cardoso, seguiu as cartilhas neoliberais, defendidas pelo Consenso de Washington, conhecido pela “aceitação explícita da chamada Nova Ordem Mundial”.

O contexto do recorte temporal que utilizamos nesta pesquisa, se deu com a continuidade desta Lei, com a presença de Gilberto Gil que, por sua capilaridade doméstica e internacional, contribuiu para o avanço do Ministério da Cultura e para

sua busca de superação de três tristes tradições da política cultural brasileira destacada por Bijos e Arruda (2010), que são elas: a ausência, o autoritarismo e a instabilidade. Por isso, é destacado de forma muito nítida dentro dos Brics a necessidade de construir políticas de Estado que não sofram alterações com a mudança do presidente ou do partido político após a eleição. Os integrantes do bloco demonstraram que sabem que este projeto precisa de estabilidade de suas políticas.

A particularidade de cada país na relação entre as políticas públicas e a participação da sociedade são notórias e fundamentais para entendermos esta construção para a política cultural de cada Estado membro dos Brics. Brasil, China e Índia realizaram conferências com a sociedade civil e seus representantes, para o poder público poder ouvir suas demandas e construir suas políticas culturais. Os três países, realizaram conferências públicas de cultura, tendo a China realizado em 2018, por meio do Ministério do Comércio a *Global Cultural & Creative Industry Partner Conference Successfully*, em Beijing<sup>71</sup>. O modelo adotado pela Índia foi diferente dos outros dois países, com a proposta de dialogar com a cultura europeia, eles buscaram trabalhar temáticas que envolvessem as heranças culturais entre a Índia e a cultura europeia. O evento ocorreu em 2018, em parceria do *The National Museum Institute of Art, Conservation and Museology*, com a *UE-India Conference on Cultural Heritage Conservation*, em Nova Delhi.

Com exceção da China, foi estabelecido um Conselho Nacional de Políticas Culturais (ou uma entidade similar). Esse mecanismo é significativo pois estabelece um canal de comunicação direto entre o governo e a sociedade civil para discutir e analisar políticas culturais, com o diálogo acontecendo com o setor privado. Bruno Novais (2019) destacou que o debate público realizado para construção de políticas culturais, fortaleceram as democracias do Brasil e da Índia.

Foi elaborado pelos Brics o Plano de Ação para a Cultura (2017-2021), durante a segunda reunião dos ministérios de Cultura dos Brics. O foco deste projeto é aproximar a produção cultural dos países membros e promover o intercâmbio técnico entre eles. Ele encontrou desafios para ser elaborado pela forma como cada país faz a sua gestão das suas políticas culturais. Sua questão principal foi destacar o

---

<sup>71</sup> Link para acessar evento cultural que buscou dialogar com a inserção da China na cultura global: <<https://conference.icci.sjtu.edu.cn/en>>

interesse do bloco em firmar diálogos e trabalhos em conjunto para a cultura no âmbito do bloco.

A cultura foi uma lente fundamental para enxergarmos a diplomacia dos Brics nesta dissertação e o seu desenvolvimento nas relações internacionais. A interação dos Brics com a Unesco, demonstrou a sua diplomacia multilateral pelo alto grau de interação. Essa relação foi possível de identificar a partir do site da Unesco no Brasil<sup>72</sup>. Todos os países signatários do bloco possuem sítios de patrimônio cultural da humanidade reconhecidos pela Unesco<sup>73</sup>, com todos eles respondendo pelos documentos jurídicos internacionais sob a tutela da Unesco.

A conclusão a que chegamos na relação Brics e políticas culturais foi que ocorreu o desenvolvimento de políticas neste contexto. O bloco está em processo de consolidação nos setores políticos e econômicos, com cúpulas anuais com os chefes de Estado e de Governo, a consolidação do Banco dos Brics (NBD) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR); mas a cultura ainda não ocupa lugar prioritário, mesmo com a elaboração de projetos de intercâmbio e cooperação entre os membros dos Brics. Apesar do pouco espaço dado à cultura pelos Brics, é possível afirmar que existe certa preocupação em aprofundar a relação cultural entre eles, assim como identificar estas intenções no Plano de Ação.

Os desafios para entendermos como as políticas culturais foram formuladas e executadas em cada país dos Brics são muitos. Apesar de terem buscado construir projetos e posicionamentos internacionais em conjunto, a distância geográfica e características culturais distintas dificultaram o processo de consolidação das políticas culturais.

Apesar das diferenças, as oportunidades para construir pontes culturais entre países tão distintos, a busca por estreitamento de laços e o fortalecimento de políticas culturais entre os países membros dos Brics, demonstra a tentativa de reduzir o multilateralismo nas relações internacionais.

---

<sup>72</sup> Link de acesso ao site da Unesco: <<https://www.unesco.org/pt>>.

<sup>73</sup> Brasil (21); Rússia (30); Índia (38); China (55) e África do Sul (12).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de desenvolvimento deste estudo possibilitou a avaliação de diversos aspectos pelos quais os países membros dos Brics elaboraram suas políticas culturais com base no conceito de poder brando, tanto em âmbito nacional quanto no cenário internacional de cada signatário deste acrônimo, que se tornou um bloco com atuações coordenadas em instituições multilaterais.

Na perspectiva do Tempo Presente, os eventos se apresentaram diante de um vasto conjunto de fatores que envolviam os Brics, ocasionalmente gerando incertezas quanto ao rumo que seu desenvolvimento poderia tomar. Estas incertezas tornaram esta pesquisa ainda mais instigante e frequentemente questionada - "este bloco não irá resultar em nada, está em declínio; por que estudá-lo?" - Fortalecendo minha determinação em compreender e ampliar a discussão sobre este conjunto de países tão diversos, repletos de peculiaridades, com aspirações expansionistas, atravessando algumas crises financeiras e tornando-se porta-vozes das demandas por um mundo multilateral.

Assim, as reflexões sobre História, internet, mídia, relações internacionais e poder brando nos permitem identificar como são inseridos na imprensa e constituem a formação da opinião pública, criando um terreno fértil para estudar suas consequências no entendimento do passado e do presente. Nesse contexto, podemos observar uma instabilidade dos Brics de 2001 a 2021, mas também compreender uma nova hierarquia nas relações internacionais. Os EUA, de fato, viram-se retraídos da posição de superpotência alcançada após a Guerra Fria, com seu unilateralismo sendo criticado tanto por países desenvolvidos quanto em desenvolvimento.

É importante salientar que a partir da crise financeira de 2008, o G7 foi abalado tanto na esfera financeira quanto geopolítica. Os jornais utilizados nesta pesquisa destacam o fortalecimento da presença dos Brics em seus artigos, ainda que de forma discreta. Os países desenvolvidos demonstraram fragilidade, levando os órgãos de governança global a ampliar a participação de mais países nas discussões internacionais, resultando na formação do G20.

Os Brics sempre estiveram em destaque nos jornais, servindo como um indicador paradigmático; os aspectos gerais e específicos tornaram-se essenciais para aprofundar nosso objeto de estudo. Com dinâmica própria, suas contradições e

história, a investigação sobre essa literatura tem sido constantemente debatida e aprofundada ao longo dos anos de desenvolvimento desta pesquisa.

Uma política de construção de posicionamentos e projetos comuns tem sido elaborada a partir de políticas culturais, a partir dos projetos de cooperação entre os países signatários dos Brics. A elaboração desta pesquisa passou por diferentes etapas desde o seu início em 2021 até 2022, alcançando sua maturidade nos meses finais de 2023. O período de confinamento causado pela pandemia de COVID-19 tornou esta pesquisa mais desafiadora, dadas as incertezas desencadeadas por esse momento. Os espaços públicos transformaram-se em espaços virtuais, tornando a escrita historiográfica mais desafiadora em tempos de confinamento e pós-pandemia.

A imprensa online permitiu concluir que os temas mais discutidos envolvem aspectos econômicos e políticos, marginalizando os aspectos culturais dos Brics nos mais de 11 mil artigos de jornais que abordam o grupo. Foram avaliados qualitativamente seis jornais, e em sua maioria, esse padrão foi observado em todos os jornais nacionais. Portanto, é relevante destacar o papel da imprensa e seus discursos, nos quais a necessidade de aumentar visualizações muitas vezes leva a contextos apelativos que empobrecem a discussão, como evidenciado no artigo da Folha de S. Paulo "Criador dos Brics diz que o governo brasileiro se tornou chinês demais", de 9 de novembro de 2014, por Marianna Aragão, que acusa a intervenção da então presidente Dilma Rousseff na economia, alegando que tais ações resultaram em baixo crescimento.

Os conflitos internos surgiram e se destacaram a partir de transições políticas, como o realinhamento do Brasil com as agendas europeias e dos EUA durante o governo de Michel Temer. Essa mudança enfraqueceu o discurso de defesa dos interesses nacionais e sua expansão internacional. Apesar do discurso sobre a breve duração dos Brics e suas supostas dissoluções (inclusive no final de 2023, quando Jim O'Neill, o criador do termo Brics, sugeriu o possível fim do bloco em agosto), não podemos ignorar a possibilidade de sobrevivência do grupo ao longo da história.

O primeiro capítulo desta dissertação explorou as complexas inter-relações entre poder brando e o agrupamento no contexto do novo milênio. Inicialmente, é discutido como o conceito de poder brando, introduzido por Joseph Nye, se aplica aos países que compõem os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Estes países têm utilizado estratégias de poder brando para aumentar sua influência global sem recorrer à coerção militar ou econômica. A análise mostra como esses países,

individualmente e como bloco, buscam projetar uma imagem positiva e atrair parcerias internacionais, moldando a opinião pública a seu favor.

Em seguida, o capítulo aborda o pêndulo da política cultural nas disputas diplomáticas, destacando como as iniciativas culturais são usadas como ferramentas diplomáticas pelos BRICS. A diplomacia cultural é vista como um meio eficaz de promover entendimento mútuo e cooperação, suavizando tensões políticas e econômicas. As políticas culturais dos BRICS são analisadas como parte de uma estratégia mais ampla para aumentar sua presença e influência no cenário internacional.

Por fim, a análise se concentra nos embates internos dentro de instituições multilaterais como a ONU, o FMI e o Banco Mundial. As dinâmicas internas e as tensões entre os membros dos BRICS e as potências tradicionais nessas organizações são examinadas, revelando como essas instituições são campos de batalha onde interesses divergentes são negociados. O capítulo demonstra que, apesar de sua crescente influência, os BRICS enfrentam desafios significativos na tentativa de reformar essas instituições para melhor refletir a nova ordem mundial multipolar.

Em suma, o capítulo revela que os Brics, através de uma combinação de poder brando e diplomacia cultural, bem como por meio de sua atuação em instituições multilaterais, buscam redefinir as normas e estruturas da governança global. No entanto, essa empreitada é complexa e enfrenta resistência das potências estabelecidas, tornando o processo de mudança um esforço contínuo e multifacetado.

O segundo capítulo desta dissertação examina o papel fundamental da internet na interseção entre poder brando e os BRICS, destacando como a revolução digital molda a dinâmica de influência global no novo milênio. Primeiramente, é oferecida uma análise concisa do desenvolvimento da internet na contemporaneidade, destacando sua rápida expansão e o impacto transformador nas comunicações, economia e cultura global. A internet emerge como uma ferramenta crucial para a disseminação de informação e para a construção de narrativas nacionais e internacionais, permitindo aos países dos BRICS ampliar seu alcance e promover suas agendas políticas e culturais.

Em seguida, o capítulo explora os "Horizontes Digitais", onde são discutidos debates contemporâneos e novas conclusões na história digital. Este segmento aborda como a era digital abre novas possibilidades para a diplomacia e o poder

brando, oferecendo plataformas para a disseminação de conteúdos culturais e políticos que moldam percepções e influenciam audiências globais. A discussão destaca o potencial da internet para fortalecer a imagem e a influência dos BRICS, ao mesmo tempo em que identifica desafios relacionados à governança digital e à concorrência de narrativas.

Por fim, são apresentadas perspectivas sobre o BRICS na cobertura midiática, analisando como os meios de comunicação digitais retratam esses países e suas iniciativas. A mídia digital é vista como um campo de batalha crucial onde as narrativas sobre os Brics são construídas e contestadas. O capítulo revela que, embora os Brics tenham conseguido utilizar a internet para promover suas visões e valores, eles ainda enfrentam uma cobertura midiática frequentemente dominada por perspectivas ocidentais, que pode distorcer ou minimizar suas realizações e objetivos.

Em síntese, o capítulo conclui que a internet desempenha um papel estratégico na projeção do poder brando dos Brics, oferecendo uma plataforma poderosa para a disseminação de suas narrativas e a promoção de suas agendas internacionais. No entanto, a eficácia desta estratégia depende da habilidade desses países em navegar e influenciar o complexo ecossistema digital global, enfrentando desafios significativos tanto na esfera da governança digital quanto na concorrência midiática.

O último capítulo avaliou o papel da cultura como ferramenta crucial para diplomacia e na projeção de poder dos países ao redor do mundo. No entanto, compreender como os Brics utilizam a cultura como ferramenta de soft power exige uma maior análise e mais detalhada das políticas culturais, dos intercâmbios artísticos, das estratégias de comunicação e das iniciativas de promoção cultural de cada país membro. A forma como cada país atua institucionalmente nas políticas culturais, exige maior aprofundamento e conhecimento jurídico de cada país, o que dificultou bastante a pesquisa.

No que diz respeito à relação de determinados jornais com os Brics, identificamos como a cobertura midiática pode influenciar a percepção e as relações diplomáticas entre os países. Observamos como determinados veículos de comunicação têm abordado a atuação dos Brics de maneiras diversas, refletindo seus interesses políticos, econômicos e culturais específicos. Essa diversidade de perspectivas evidenciam a complexidade das relações entre mídia e poder, destacando a importância de uma análise crítica e contextualizada das narrativas jornalísticas.

O segundo capítulo, em suma, contribui para compreensão mais abrangente das transformações sociais, culturais e políticas impulsionadas pela digitalização e pela expansão da internet, bem como para uma reflexão sobre o papel da mídia na construção e circulação de discursos sobre os Brics e seu papel no cenário internacional. Essas reflexões são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias e políticas que promovam a cooperação e o entendimento mútuo entre os países e atores globais.

No terceiro capítulo, realizamos uma análise comparativa das políticas culturais adotadas pelos países do Brics. Identificamos semelhanças e diferenças significativas em relação às abordagens de promoção e preservação da cultura. Enquanto alguns países priorizam investimentos em patrimônio histórico e cultural, outros enfatizam a produção cultural contemporânea e a indústria criativa como motores de desenvolvimento e projeção internacional.

Além disso, consideramos as implicações dessas políticas culturais frente aos desafios e oportunidades enfrentados pelos Brics. Reconhecemos que desempenham um papel crucial na construção de identidades nacionais, na promoção do diálogo intercultural e na consolidação da relação diplomática entre os países membros, e de forma efetiva, levar à aproximação entre eles a partir de políticas culturais. Diante disso, a partir do terceiro capítulo foi fundamental levantar algumas questões relevantes, como a necessidade dessas políticas inclusivas e participativas, que valorizem a diversidade étnica, linguística e cultural presente nos países membros; em segundo lugar, a importância de investimentos em educação e formação cultural, visando capacitar o indivíduo e comunidades a participar ativamente da produção e desfrute cultural.

É crucial promover a cooperação e o intercâmbio cultural entre os países dos Brics, fortalecer os seus laços de solidariedade e entendimento mútuo. Como foi apresentado, às iniciativas conjuntas nas áreas de arte, música, cinema, literatura e outras manifestações culturais podem contribuir para a construção de pontes entre povos e nações, superando barreiras e estereótipos. Em síntese os Brics e suas políticas culturais refletem suas aspirações, desafios e potencialidades no cenário internacional. Ao reconhecermos a importância da cultura como componente essencial do desenvolvimento humano e social, nas palavras de Gilberto Gil (2022) “É preciso acabar com essa história de achar que a cultura é uma coisa extraordinária. Cultura é ordinária”.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Alves, André Gustavo de Miranda Pineli. **Os Interesses econômicos da China na África**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2015.

Almeida, F. C. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisa histórica. **Aedos**, v. 8, n.3, p. 9-30, 2011.

Amorim, C. **Breves Narrativas Diplomáticas**. São Paulo: Benvirá, 2013

Ballerini, Francesco. **Poder Suave**. São Paulo: Summus, 2017.

Barão, G. R. (2014). **Cultura e Diplomacia Cultural no século XXI: proposta de revisão do pensamento brasileiro de Relações Internacionais**. Monções: Revista De Relações Internacionais Da UFGD, 3(5), 74–102. Recuperado de <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/3213>>

Basile, J. **Brasil cai cinco posições em ranking de “soft power”, para 29º lugar**. 2017. Disponível em: Acesso em: 30 de jun. de 2019.

Benjamin, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. / Walter Benjamin; tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 2012.

Bijos, L.; Arruda, V. **A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira**. Revista Diálogos, Brasília, v.13, n.1, ago, 2010, p.33-53. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/>. Acesso em: 29 jan. 2023.

Block, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. 1949; prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

Brasil. Ministério da Educação. Relatório da Unesco propõe ações para melhorar educação nos Brics. Brasília, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/222-noticias/537011943/21128-relatorio-da-unesco-propoe-aco-es-para-melhorar-educacao-nos-brics>. Acesso em: 21 out. 2020.

Brasil. Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 29 jan. 2024.

Brigg, D.M.; BURKE, P. **Uma História Social da Mídia De Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2006.

Campos, Yussef Daibert de. **Proposições para o patrimônio cultural**. Funalfa: Juiz de Fora, 2014.

Cezarinho, Filipe Arnaldo. **História e fontes da internet: uma reflexão metodológica**. History and internet sources: a methodological reflection. Mestrando em História, Universidade Estadual do Centro-Oeste. 2018

Cirino, Thais E. da Silva, LEITE, Alexandre C. Cunha, NOGUEIRA, Silvia Garcia. **Mídia e política externa brasileira: a diplomacia midiática na crise do impeachment de Dilma (2016)**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/interc/v42n1/1809-5844-interc-42-1-0057.pdf>>. Acesso em 30 jun. 2019.

Chaveau, Agnès. **Questões para a história do presente / Agnès Chauveau, Philippe Tétart; Tradução Ilka Stern Cohen.**\_Bauru, SP: EDUSC, 1999.

Christofoletti, R. (Org) **Bens Culturais e Relações Internacionais: o patrimônio como espelho do soft power**. Santos. Editora Leopoldianum, 2017.

Dardot, P.; Laval, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.

De almeida, F. C. **O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para Pesquisas Históricas**. Revista Aedos, [S. l.], v. 3, n. 8, 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/16776>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Dennison, Stephanie, MELEIRO, Alessandra. **Brasil, soft power e a cultura cinematográfica**. 2016. Disponível em: Acesso: 30 de jun. de 2019.

Dumont, Juliette; Fléchet, Anaïs. **“Pelo que é nosso! ”: a diplomacia cultural brasileira no século XX**. Revista Brasileira de História, vol. 34, núm. 67, enero-junio, 2014, pp. 203-221 Associação Nacional de História São Paulo, Brasil

Ginzburg, Carlo. **Medo, reverência, terror: Quatro ensaios de iconografia política**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

Ginzburg, Carlo. História na era do Google. In: Fronteiras do Pensamento 2010. Porto Alegre: 29 nov. 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wSSHNgAbd7E>> Acesso em: 10/12/23

Gomez, Eduardo J. **The benefits behind challenging US-Brazilian relatios**. 2013. Disponível em: Acesso em: 30 de jun. 2019.

Gueraldi, Ronaldo Guimarães. **A aplicação do conceito de poder brando (soft power) na política externa brasileira**. Dissertação de Mestrado. Fundação Getulio

Vargas. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – Centro de Formação Acadêmica e pesquisa. Mestrado em Administração Pública. 2010.

H. Robert, Jackson. **Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

Lévy, Pierre. **Cibercultura**. 2. Ed. São Paulo: ed. 34, 1999. 260 p.

Lucchesi, Anitta. **Entre Storiografia Digitale e a Digital History: um olhar comparativo**. In: Seminários Visões do Mundo Contemporâneo, II, 2012, São Cristóvão – SE. Tema do evento: as estações da história: do grande inverno russo à primavera árabe, 2012. Disponível em: <[https://www.academia.edu/2310957/Entre\\_a\\_Storiografia\\_Digitale\\_e\\_a\\_Digital\\_History\\_um\\_olhar\\_comparativo](https://www.academia.edu/2310957/Entre_a_Storiografia_Digitale_e_a_Digital_History_um_olhar_comparativo)>

Lustig, Robin. **Brazil seeks to expand its influence**. 2010. Disponível em: Acesso em: 30 jun. 2019.

Manovich, L. (2015). **Banco de Dados**. Revista Eco-Pós, 18(1), 7–26. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v18i1.2366>

Martins, Cosme Freire, Christofolletti, Rodrigo. **Urduuras de Ariadne: Contribuições da História Cultural aos labirintos do Patrimônio, Linguagens e Movimentos Sociais** / organizado por Cosme Freire Martins, Rodrigo Christofolletti. - São Paulo: Desconcertos, 2020.

Mcclory, Jonathan. **The Soft Power 30 – A Global Raning of Soft Power 2018**, 2018. Disponível em: Acesso em: 30 jun. 2019.

Novais, Bruno do Vale. **Políticas culturais dos países do Brics no período de 2003 a 2018: uma análise comparativa**. Pol. Cult. Rev., Salvador, v. 12, n. 1, p. 157-186, jan./jun.2019. Disponível em:<<https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/29646/19444>>. Acesso em: 29 jan. 2024.

Nye J. S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs. 2004. NYE J. S. **The Future of Power**. New York: Public Affairs. 2011.

Ohnesorge, Hendrik W. **Soft Power: the forces of attraction in international relations**. 2020

Polatin-Reuben, Dana; Wright, Joss. **An Internet with BRICS Characteristics: Data Sovereignty and the Balkanisation of the Internet**. University of Oxford, 2014

Silva de Oliveira, Nucia Alexandra. **História e internet: conexões possíveis**. Revista Tempo e Argumento, vol. 6, núm. 12, mayo-agosto, 2014, pp. 23-53. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

Silva, Frederico Augusto Barbosa; Ziviani, Paula; Ghezzi, Daniela Ribas (2019): **As tecnologias digitais e seus usos, Texto para Discussão**, No. 2470, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

Reis da Silva, A. L. (1). **Os países emergentes na política internacional: O grupo next eleven (n-11) e as convergências com a política externa brasileira**. Estudos Internacionais: Revista De relações Internacionais Da PUC Minas, 1(2), 205-222. Recuperado de <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/6314>>

Ribeiro, Edgard Telles. **Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

Sá, A. F. A. **Admirável campo novo: o profissional de história e a Internet**. In: ENCONTRO ESTADUAL DE PROFESSORES DE HISTÓRIA, 2008, Aracaju. Anais... Aracaju: Faculdade São Luís de França, 2008.

Soares, M. S. A. (2008). **A diplomacia cultural no Mercosul [Cultural diplomacy in Mercosul]**. Revista Brasileira de Política Internacional, 51(2), 165-183.

Stallybrass, Peter. **O casaco de Marx: roupas, memória e dor**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

Stuenkel, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

**Fontes:**

Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www.folha.uol.com.br/>>

Izvestia. Acesso Disponível em: <<https://iz.ru/>>

The Times of India. Disponível em: <<https://timesofindia.indiatimes.com/>>

Global Times. Disponível em: <<https://www.globaltimes.cn/>>

The Times Live. Disponível em: <<https://www.timeslive.co.za/>>

BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/>>